

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA

Elysson Barros Pereira da Silva

**APROXIMAÇÕES INTERMITENTES: EXECUTIVA NACIONAL DE
ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O DEBATE SOBRE SAÚDE**

Goiânia

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE
GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Elysson Barros Pereira da Silva

Título do trabalho: Aproximações intermitentes: Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física e debate sobre saúde

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Farias De Sousa, Professor do Magistério Superior**, em 08/04/2022, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Furtado, Professor do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELYSSON BARROS PEREIRA DA SILVA, Discente**, em 11/04/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2813014** eo código CRC **D2145B9B**.

Elysson Barros Pereira da Silva

**APROXIMAÇÕES INTERMITENTES: EXECUTIVA NACIONAL DE
ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O DEBATE SOBRE SAÚDE**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado

Goiânia

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SILVA, Elysson Barros Pereira da
APROXIMAÇÕES INTERMITENTES: EXECUTIVA
NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA E O DEBATE SOBRE SAÚDE
[manuscrito] / Elysson Barros Pereira da SILVA. - 2022.
117 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira FURTADO.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação
Física e Dança (FEFD), Educação Física, Goiânia,
2022.

Bibliografia.

1. Movimento Estudantil. 2. Saúde. 3. Formação. I.
FURTADO, Roberto Pereira , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na data de **01/04/2022**, às **18 horas**, de forma **virtual**, por meio de **videoconferência via Google Meet**, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**Aproximações intermitentes: Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física e o debate sobre saúde**”, de autoria de **Elysson Barros Pereira da Silva**, do curso de **Educação Física - Licenciatura**, da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo **Prof. Dr. Roberto Pereira Furtado - orientador FEFD-UFG** com a participação da demais membros da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Marcel Farias de Sousa - FEFD-UFG** e **Me. Fernando Medeiros Mendonça - CEPAE-UFG**. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de **9,5 (nove e meio)**, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Farias De Sousa, Professor do Magistério Superior**, em 08/04/2022, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pereira Furtado, Professor do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Medeiros Mendonça, Técnico Desportivo**, em 11/04/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2813011** e o código CRC **419C00F0**.

Elysson Barros Pereira da Silva

**APROXIMAÇÕES INTERMITENTES: EXECUTIVA NACIONAL DE
ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O DEBATE SOBRE SAÚDE**

Esta monografia foi Aprovada em sua forma final

Goiânia, 01 de Abril de 2022

Este trabalho é dedicado ao meu falecido avô, Euripedes Pereira da Silva, que acreditava que a detenção de conhecimento funciona como óculos para aqueles que desejam enxergar a realidade de maneira mais propositiva e sensata.

AGRADECIMENTOS

À Ana Carolina dos Santos Nogueira, minha companheira, pelas ajudas que me ofereceu e pela compreensão para com as inúmeras vezes que optei por me reservar para o referido trabalho. Obrigado por me incentivar e demonstrar a importância do foco e da excelência.

Aos meus companheiros de militância pelo MEEF e pelo DAEFD/FEFD, por terem me inspirado, me permitido aprender tanto e desenvolver um maior apreço pela coletividade e pela empatia.

Ao meu orientador Roberto Pereira Furtado, que diversas vezes me concedeu a oportunidade de falar sobre as minhas ansias e angústias e transformou esses relatos em algo frutífero, me ensinando como caminhar do sincrético para o sintético, do ponto de vista pessoal e acadêmico.

Às e aos que contribuíram por meio da concessão de entrevistas, agradeço pela disponibilidade em revelar suas trajetórias, seus olhares sinceros, e confiarem ao meu trabalho suas críticas, seus incômodos. Sem suas contribuições, não seriam possíveis as aproximações com o movimento real que foram realizadas.

À minha mãe, Elise Silva, e demais familiares que em algum momento me apoiaram e reforçaram a importância da universidade e do conhecimento, não permitindo que a apatia e indiferença influenciassem à mim e o prosseguimento deste trabalho.

À Celi Nelza Zulke Taffarel e Erica Cordeiro Cruz Sousa, professora e militante de tantas frentes de luta pela Educação Física, pela Educação e por uma sociedade mais igualitária e justa. Agradeço pelo esforço que por décadas tem somado tanto, qualificando as táticas e estratégias das e dos que resistem, bem como fomentando esse olhar na juventude.

Ao Pedro Henrique Rodrigues do Vale, companheiro do MEEF, que se prontificou à me ajudar com o levantamento de materiais documentais para o enriquecimento desta pesquisa.

Ao grupo de pesquisa ECOS, conjunto de professores e estudantes que me acolheu e me permitiu visualizar um modo de se construir ciência que destine um olhar aos egressos, seja socialmente referenciada e contribua com as diversas demandas reais da classe trabalhadora.

Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi recuperar elementos da trajetória da ExNEEF (Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física) que fizessem referência às aproximações e afastamentos do debate sobre a temática da Saúde. A metodologia utilizada se pautou na análise de dados documentais sistematizados pelos estudantes, e registros empíricos advindos de entrevistas com ex-militantes. O primeiro intervalo (1991-2000) identificado foi caracterizado pelo desenvolvimento do viés teórico-metodológico e mercadológico na Educação Física, sendo que o embate entre concepções e sobre qual seria o objeto de estudos da área propiciou um ambiente favorável para que a ExNEEF se inserisse nas disputas internas que envolveram, dentre outros, o tema da Saúde. O segundo intervalo (2000- 2005) foi definido como o período de ascensão do debate crítico em Saúde, devido à insistência regional de alguns estudantes e algumas aberturas institucionais, a consistência da articulação de estudantes de Educação Física com os de outros cursos e o início do Grupo de Trabalho Temático Permanente de Saúde. E o terceiro período (2005-atualmente) é definido pelo início do distanciamento da ExNEEF com o debate crítico da Saúde, tendo de se considerar os debates internos da área, como as influências do sistema CONFED/CREF's e da fragmentação da formação a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Educação Física, bem como as implicações conjunturais que resultaram em dificuldades de articulação entre os movimentos estudantis.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Saúde; Formação

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue recuperar elementos de la trayectoria de la ExNEEF (Ejecutiva Nacional de Estudiantes de Educación Física) que hiciesen referencia a los acercamientos y salidas del debate sobre el tema de la Salud. La metodología utilizada se basó en el análisis de datos documentales sistematizados por los estudiantes y registros empíricos de entrevistas con exmilitantes. El primer intervalo (1991-2000) identificado se caracterizó por el desarrollo del sesgo teórico-metodológico y de mercantil en Educación Física, y el choque entre concepciones y sobre lo que sería objeto de estudios en el área proporcionó un ambiente propicio para que ExNEEF entrara en las disputas internas que involucran, entre otros, el tema de la Salud.

El segundo intervalo (2000-2005) fue definido como el período de auge del debate crítico en Salud, debido a la insistencia regional de algunos estudiantes y algunas aperturas institucionales, la consistencia de la articulación de los estudiantes de Educación Física con los de otros cursos y el inicio del Grupo de Trabajo Temático Permanente en Salud. Y el tercer período (2005-actualmente) está definido por el inicio del alejamiento de la ExNEEF del debate crítico sobre la Salud, debiendo considerar los debates internos en el área, como las influencias del sistema CONFEF/CREF y la fragmentación de la formación de los Lineamientos Curriculares Nacionales de la Licenciatura en Educación Física, así como las implicaciones coyunturales que resultaron en dificultades para articular los movimientos estudiantiles.

Palabras-clave: Movimiento estudiantil; Salud; Formación

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
<u>2. CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA INTRODUÇÃO.....</u>	12
2.1. MOVIMENTO ESTUDANTIL	17
2.2. MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	23
<u>3. CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE</u>	31
<u>4. CAPÍTULO 3 - O DEBATE CRÍTICO DE SAÚDE E O MEEF</u>	36
4.1. A SAÚDE SOB A ÓTICA DA EXNEEF: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS.....	36
4.2. APROXIMAÇÕES INTERMITENTES: A EXNEEF E O DEBATE SOBRE SAÚDE.....	43
4.2.1. A saúde e a ExNEEF em meio às divergências: a formação em foco (1991-2000)	43
4.2.2. A saúde e os embates internos: protagonismo estudantil (2000-2005).....	49
4.2.3. Outras prioridades do movimento (2005 – dias atuais)	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A - ENTREVISTADO/A A	67
APÊNDICE B - ENTREVISTADO/A B.....	72
APÊNDICE C – ENTREVISTADO/A C	79
APÊNDICE D - ENTREVISTADO/A D	88
APÊNDICE E – ENTREVISTADO/A E	95
APÊNDICE F – ENTREVISTADO/A F.....	104
APÊNDICE G – ENTREVISTADO/A G.....	109

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus impactou todas as áreas da organização humana, de modo que pode-se sugerir que o meio científico foi um dos mais demandados e acionados nesse período. Do ponto de vista epistemológico, portanto, a Educação Física foi pressionada a dar respostas no que diz respeito à saúde da população, seja a partir da tematização da abertura ou fechamento das academias de ginástica, seja quanto a realização de exercícios físicos realizados ao ar livre e no ambiente domiciliar. Esse contexto por um lado movimentou cientificamente alguns pesquisadores, por outro suscitou um histórico debate central dentro da área, no que se refere ao seu objeto de estudo e a abrangência (dimensão biológica, psíquica, social, cultural) de suas contribuições. O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) historicamente tem se inserido nas discussões que tangenciam a formação, uma vez que os parâmetros intrínsecos de um projeto formativo refletem as intencionalidades políticas de sujeitos que se sobressaíram em determinadas disputas políticas, realizadas antes da consolidação de um entendimento comum.

Dessa forma, os estudantes se comportam como um ator político importante no que diz respeito aos questionamentos e contradições presentes no desenvolvimento científico da área. A entidade organizativa do MEEF, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), tem por responsabilidade fomentar esse debate e garantir a devida sistematização desses acúmulos e posicionamentos; contudo, após a realização de pesquisas bibliográficas iniciais, foi constatado que as aproximações da ExNEEF com o debate específico de Saúde não foram amplamente exploradas cientificamente, havendo, portanto, um objeto de estudo em potencial. As hipóteses referentes à ausência de literatura provavelmente estão têm relação com as limitações da instrumentalização dos militantes em relação a esse tema, de maneira que essa incipiência fosse a responsável por não permitir uma consistência significativa desse debate. Do ponto de vista das ações políticas concretas da ExNEEF, nos últimos anos têm-se constatado pouca ou nenhuma inserção desse debate nas agendas de discussão nas regionais da entidade e os respectivos eventos regionais, bem como na própria Coordenação Nacional e os respectivos eventos nacionais.

Com a finalidade de investigar a procedência das referidas hipóteses, a metodologia de pesquisa se deu por uma nova pesquisa bibliográfica a fim de identificar as principais

referências científicas sobre as seguintes palavras-chave: movimento estudantil, saúde e formação. Posteriormente, foram consultados documentos produzidos pelos próprios militantes, em especial as sistematizações das plenárias finais do evento deliberativo máximo da entidade (Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF)) e os textos presentes nos Cadernos de Debate, visto que representam um reflexo da trajetória teórica e política dos militantes sobre determinados temas e contextos históricos. Ambas consultas foram realizadas para precisar qual era o grau de incorporação teórica dos militantes e a disposição política do movimento em relação ao tema da Saúde e seus desdobramentos. Também foram realizadas entrevistas com ex- militantes de diferentes períodos, de modo a reunir um maior detalhamento das aproximações ou afastamentos feitos em relação ao tema da Saúde e quais as principais possíveis causas e consequências observadas. Os critérios para a seleção desses/as militantes não foram suas afinidades teórico-política com o tema da Saúde, e sim suas capacidades analíticas dos seus respectivos períodos de militância, bem como a garantia de uma abrangência temporal e territorial.

O/a entrevistado/a A se graduou pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e circunscreveu seus estudos, já como mestrando, na área da saúde. Seu período de militância no MEEF foi entre 2011 e 2014, e como coordenador nacional 2012-2013. O/a entrevistado/a B revela que atualmente sua aproximação com o tema se dá pela necessidade profissional, especialmente no que se refere à saúde mental e ao tema da drogadição. Seu período de militância foi de meados de 2002 até o ano de 2006, sendo sua graduação realizada pela Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás, Universidade do Estado de Goiás (ESEFFEGO/UEG). Já o/a entrevistado/a C informa que possuiu dois períodos de militância: o primeiro, mais breve e a partir de uma universidade particular em São Paulo (1991), e o segundo pela Universidade de Pernambuco (UPE) (1995), mais orgânico em relação ao MEEF de fato. Oriundo da região nordeste, não possui atualmente um vínculo direto com o tema da saúde e sim com o exercício universitário (disciplinas de estágio obrigatório).

O/a entrevistado/a D todavia se encontra concluindo sua graduação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e seu período de militância compreende o ano de 2013 até 2019. Todavia ainda não possui relações diretas com o tema da saúde. O/a entrevistado/a E militou na ExNEEF entre 2002 e 2004, apesar de ter tido contato com o MEEF desde o primeiro ano de graduação (1998), pela Universidade de São Paulo. Sua aproximação com o debate da saúde é anterior ao seu contato com o MEEF, mas na militância

ele/a pôde amadurecer mais a sua discussão sobre o tema. Atualmente possui atuação direta na universidade e com a temática da Saúde. E é observado que o/a entrevistado/a F se graduou pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), deu continuidade aos seus estudos nessa instituição de ensino e militou no MEEF de 2008-2014.

É revelado que ele/a cursava o curso de fisioterapia e Educação Física simultaneamente, de modo que abandonou o primeiro e se dedicou à atuação escolar, atuando na rede estadual de do Estado do Rio Grande do Sul nos dias atuais. Em seu período de militância, se aproximou dos debates ligados à universidade e à formação. E cabe destacar por fim que o/a entrevistado/a G esteve presente na ExNEEF durante os anos de 1999 – 2002 e desenvolveu seus estudos na região Sul do país. Sua graduação se deu pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e atualmente se encontra lecionando na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Não possuiu uma aproximação direta com a saúde em seu período de graduação, tampouco em sua atuação profissional posterior; seus estudos se direcionaram para o campo da formação de professores de modo geral e na área dos movimentos sociais. Todos os sujeitos da pesquisa assinaram o termo de Consentimento enquanto sujeitos desta pesquisa. A identidade dos/as participantes será preservada.

A contextualização, dos tempos e sujeitos históricos foi de grande importância para construir de forma qualitativa os apontamentos finais deste trabalho. O objetivo central foi recuperar os registros e características da trajetória do MEEF os quais se poderia estabelecer um maior ou menor grau de aproximação com o debate sobre a temática da Saúde. Assim, foi necessário compreender com quais concepções de Saúde a ExNEEF dialogou até o presente momento, bem como verificar a natureza das resistências que influenciaram no caráter progressivo e ininterrupto da realização desse debate.

No primeiro capítulo foi realizada uma contextualização acerca dos movimentos sociais e do movimento estudantil, compreendendo que a constituição do MEEF se deu - e todavia se dá- a partir dessas duas categorias. Visto que o MEEF guarda relações com esses grupos sociais, compreender como se dão essas mútuas influências é fundamental para se analisar as particularidades ligadas ao tema da Saúde.

Em seguida, foi realizado uma contextualização de como a Educação Física foi alçada socialmente como uma elemento constitutivo do novo Estado nacional, de modo que foi se reconfigurando mediante as tensões internas da área e movimentos globais que em certa medida também a determinaram.

O terceiro capítulo foi dedicado à identificação da natureza da relação entre o MEEF e o debate sobre Saúde a partir dos dados obtidos (por intermédio dos documentos produzidos

pelos estudantes, do material colhido nas entrevistas e na literatura disponível), de maneira que estes foram analisados e interligados entre si a fim de verificação dos aspectos com um grau maior ou menor de relevância histórica, tomando como referências as relações dadas pelo conjunto da sociedade e também os atores específicos à Educação Física.

CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são parte importante da sociedade e surgem no intuito de fomentar alguma mudança, seja na ordem dos valores, das condições objetivas e até de ordem estrutural. Ghon (2008, p. 335) os define como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.” Essa organização permite que os indivíduos iniciem interações que objetivam lidar de forma conflituosa com um outro organismo, inclusive podendo ser este um outro movimento social.. Acerca especificamente da categoria “conflito”, Melucci (1989, p. 57) explica que é a relação de oposição direta entre agentes que, de certa forma, pleiteiam um mesmo recurso. De forma mais geral, esse mesmo autor sugere que os movimentos sociais possuem uma consistência responsável por conferir a eles uma certa resistência enquanto uma ação coletiva. Também “as reivindicações podem ser negociadas, mas o comportamento antagônico não pode ser inteiramente integrado” (MELUCCI, 1989, p. 57).

Um grupo heterogêneo de diversos movimentos sociais se coloca, portanto, como uma força social em potencial. Estando as forças sociais incluídas necessária e permanentemente em uma dada ordem social, há a compreensão de que tais agentes opostos se aproximem do conceito de formas de poder antagônicas, de modo que o âmago da relação entre ambas “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, como aponta Tilly (1993, *apud*. ALONSO, 2009). Como detentor do poder, o autor indica o Estado Nacional como sendo um formato organizativo no qual seus ocupantes detém temporariamente o controle dos recursos e das decisões políticas; por outro lado, os desafiantes seriam aqueles que aspiram exercer alguma influência sobre tais objetos, respectivamente. O autor também chama a atenção para o fato de que aqueles que constituem uma dessas forças, podem ocasionalmente compor a sua equivalência oposta, ou seja, “os atores sociais migram entre elas.” Seguindo o desenvolvimento dessa perspectiva, Tarrow (1998, p. 20 *apud* ALONSO, 2009) conceitua as Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP’s) como mecanismos voláteis que permitem o “aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder”, por exemplo. Têm-se, então, as EOP’s como um fator externo aos movimentos sociais mas capaz de dar mais significância às próprias reivindicações dos mesmos, no que se refere à possibilidade destas serem integral ou

parcialmente atendidas.

É possível tecer intrínsecas relações entre os movimentos sociais e a política institucional, sendo possível indicar casos em que líderes sindicais lograram eleger suas lideranças para cargos supremos da nação, à exemplo do ex-presidente Evo Morales, na Bolívia (GOHN, 2011, p. 337). A profissionalização de membros deve ser observada de forma crítica, pois conforme estes se aproximam demasiadamente da esfera governamental, proporcionalmente se ampliam as probabilidades de que esse movimento seja controlado por políticas governamentais (GOHN, 2011, p. 340). Assim, por mais que possam participar em alguma medida da elaboração das normativas, a contrapartida ao apoio institucional os torna meros fiscalizadores das políticas públicas. Há de se frisar que a mera aproximação com a política institucional, à exemplo da figura dos partidos políticos, não necessariamente faz com que haja tal profissionalização. Em verdade, parte dos movimentos de caráter mais radical e antissistêmico- que apontam alternativas emancipatórias em relação ao sistema sócio-político capitalista- também portam projetos políticos e propagam as suas ideologias. Assim, é possível o estabelecimento de uma aproximação com a política partidária a fim de que esta some esforços na militância orgânica daqueles, sem que haja a perda da autonomia dos movimentos por estarem permanentemente articulados aos interesses e objetivos desse partido, como sinalizam Guimarães e Guerra (2013).

A segunda metade do séc. XX tem como marco uma mudança na natureza dos movimentos sociais, de modo que algumas “organizações civis se profissionalizaram e muitos de seus ativistas se converteram em autoridades políticas”, como demonstra Alonso (2009). De volta ao tocante das modificações na configuração dos movimentos sociais, esse quadro gerou alterações tanto na ordem dos conflitos, como também nas lógicas internas desses movimentos. Teóricos norte-americanos como John D. McCarthy e Mayer N. Zald se esforçaram para ratificar a necessidade de mais profissionalização dos movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 51). Constituindo a chamada Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), apontava-se que seria essencial uma especialização dos membros e uma administração precisa e eficiente dos recursos que tangenciam os movimentos sociais, tais como recursos materiais, humanos e o nível de organização em si. Eles acreditavam ainda que a longevidade de um dado movimento estaria estreitamente relacionada com a sua capacidade própria de “competir” com os demais movimentos, gerando uma espécie de “indústria de movimento social”. Entretanto, deve-se ponderar que tais análises possuem um viés excessivamente racionalista e pragmático, de forma que opta por ignorar fatores relacionados às interações interpessoais entre os membros e o sentimento de pertencimento

dos mesmos, por exemplo.

Ter apenas esses elementos como referências para os rumos de um movimento social é praticamente deslocá-lo de uma realidade maior, senão até inferir que ele estaria operando em causa própria. Melucci (2009) contribui com essa análise quando afirma que além da esfera de ação dos novos conflitos sociais possuir origem e desenvolvimento a partir dos movimentos contraditórios do sistema social, o alcance dos resultados está subordinado às condições históricas e conjunturais. Esse autor destaca justamente o caráter processual da construção de um movimento social por meio de interações entre os membros, tais como negociações, influências, tomada de decisões e avaliações conjuntas (MELUCCI, 1988, *apud* ALONSO, 2009). Dessa forma, dá-se um caráter de continuidade temporal ao movimento, pois tais interações estão condicionadas ao transcorrer de um dado período de tempo (e vice-versa), formando assim uma espécie de acervo interpessoal próprio àquele coletivo. Além disso, há um cuidado para com as facetas subjetivas dos sujeitos integrantes, de modo que existe o reconhecimento de que um “investimento emocional” faz com que continuamente estes permaneçam unidos, levando em conta também uma equilibrada relação entre a liderança e organização interna. O grupo passa identificar socialmente aquele sujeito e vice-versa, sendo estabelecida uma “identidade coletiva”.

Entretanto, deve-se ponderar que os movimentos sociais são constituídos de sujeitos plurais, havendo assim diferenças e heterogeneidades de várias naturezas. Tal pluralidade é presente no seio social e não somente no interior dos movimentos sociais, mas um fator relevante é compreender sob quais aspectos o indivíduo é influenciado a tal ponto de sentir a necessidade de organização com os demais. Jasper (1997, *apud* ALONSO, 2009) contribui com a questão das emoções e como elas podem “ativar” as pessoas especificamente em manifestações públicas, como nos protestos. Ao definir as emoções como “formas culturalmente construídas de compreender o mundo e exprimir posições” (p. 80), o autor auxilia na compreensão de que até mesmo as pautas internas dos movimentos não são concebidas da mesma forma por todos os integrantes, de modo que previamente deveria existir um “gatilho” externo - como um choque moral possivelmente potencializado por uma liderança ou pela conjuntura - ou interno, advindo de uma elaboração individual que compreendesse que as problemáticas de cunho coletivo solicitam uma forma também coletiva de resistência.

Esses indivíduos são, pois, criadores e mediadores da opinião pública, de modo que os integrantes dos movimentos sociais, na qualidade de sujeitos humanos, devem se comportar como multiplicadores das principais defesas e concepções desses coletivos.

Assim, a unidade não deve se instituir a partir da reunião exclusivamente de conflitos anticapitalistas e de reivindicações de classe, mesmo que as diversificadas pautas possam se articular com elas. Dessa forma, e como salienta Galvão (2011), é possível construir uma unidade em meio à diversidade por meio de estratégias em comum e sem que haja a eliminação das especificidades dos movimentos.

Gohn (2011) também revela que o fim da década de 1970 foi um período especialmente notório para o contexto brasileiro no que se refere aos movimentos sociais. Tomando como verdade que até esse período a concentração das mobilizações giravam em torno da oposição ao regime militar, a redemocratização foi uma conotação histórica muito propícia para que novas formas populares surgissem. Especificamente no início dos anos 90, alguns acontecimentos fomentam ainda mais a consolidação de movimentos e aglutinação destes, à exemplo da criação da “Central dos Movimentos Populares”, responsável por interligar nacionalmente esses grupos; outro exemplo que contribuiu para isso foi o “Ética na Política”, movimento importante para o período histórico e inédito no país, em que um Presidente da República foi deposto, via processos democráticos, por atos de corrupção. As alterações políticas foram se consolidando, de forma que a autora destaca também pressões populares de categorias profissionais específicas que não chegaram a se transformar em movimentos de fato, mas que marcaram os períodos. Grupos também com suas especificidades, como os “indígenas, funcionários públicos e ecologistas” se organizaram de modo mais contundente, sendo que Habermas (1981 *apud* ALONSO, 2009) já apontava estes últimos como emergentes, contudo com uma conotação direcionada à reparos dos “efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista”.

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, foi possível que esses movimentos mais “gerais” pudessem se conectar e interagir mais facilmente, inclusive à nível global. Foram sendo construídas não mais apenas redes de globalização e sim de solidariedade (GOHN, 2011, p. 337). Essa autora auxilia na análise desses movimentos, conhecidos como alter ou antiglobalização, ao ponderar que eles se apresentam por meio de modelos fragmentados, tanto em relação às propostas, como quanto às formas de luta. Portanto, por mais que exista um trabalho integrado inclusive entre diversos países, são movimentos que buscam amenizar os efeitos da própria globalização, de forma que não apresentam em seus discursos os processos efetivos de dominação (POUPEAU, 2007, p. 47-48 *apud* GOHN, 2011), por exemplo.

Melucci (1996) destaca o quão efêmeras são as participações em grupos, visto que a quantidade de tempo que os investem se mostra cada vez mais reduzida. Para ele,

“nomadismo e metamorfose parecem constituir respostas para essa necessidade de continuidade através da mudança. A unidade e continuidade da experiência individual não pode ser encontradas em uma identificação fixa com um modelo, grupo ou cultura definidos” (p. 38). Dessa forma, pode-se afirmar que quando esses sujeitos se organizam em prol de reivindicações sociais, encontram uma certa dificuldade em sustentar uma resistência frente à problemáticas estruturais e principalmente históricas, que requerem uma profunda reflexão e alcance, no que diz respeito à conscientização de mais ativistas, por exemplo. Fica, por sua vez, comprometida uma concepção mais teleológica e que possibilite unificar ações à níveis internos e plurais (entre movimentos) para fins em comum, finalidades essas que possam realmente exercer pressão sobre os grupos hegemônicos que de alguma forma se beneficiam do atual estágio das relações humanas e produtivas.

Gohn (2011) revela que quando se trata de movimentos que se orientam a partir dos direitos fundamentais (como saúde, moradia, alimentação, segura e educação), os mesmos tendem a contextualizar as suas insatisfações e propostas se utilizando da categoria “direito”, a fim de evidenciar o caráter de universalidade das questões sociais e, logo, das políticas públicas. Para a autora:

A óptica dos direitos possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergia, não compaixão, que resulta em políticas emancipadoras, não compensatórias. Fora da óptica da universalidade dos direitos, caímos nas políticas focalizadas, meras justificativas para políticas que promovem uma modernização conservadora (GOHN, 2011, p. 347).

Dessa forma, se tornam possíveis reflexões mais verticalizadas acerca do papel do Estado, do funcionamento da tributação, princípios legislativos, ou seja, discernimentos que priorizam incorporações basilares acerca do *modus operandi* social, para que só então se possa fomentar estratégias e táticas efetivas de articulação, mobilização e ações coletivas. Das diversas aprendizagens que a autora computa à presença de um sujeito no interior e cotidiano de um movimento social, se destacam a aprendizagem política- responsável por elucidar sobre:

(..) quais são seus direitos e os de sua categoria, (...) hierarquias do poder estatal governamental, quem cria obstáculos ou usurpa seus direitos etc- e a aprendizagem ética, pautada “a partir da vivência ou observação do outro, centrada em valores como bem comum, solidariedade, compartilhamento, valores fundamentais para a construção de um campo ético-político (p. 353).

2.1. MOVIMENTO ESTUDANTIL

A juventude é um grupo social desenvolvido no e pelo sistema socioeconômico vigente e referenciado como um grupo social de notável importância pelos meios de comunicação, a ciência e o mercado consumidor (VIANA, 2014 *apud* TELES e MAIA, 2016)

Estes setores exercem influências formativas inclusive em relação às concepções de “progresso” e do “novo”. Portanto, deve-se enfatizar que esse sujeito não é livre de ideologias, crenças e costumes, de forma que uma rápida análise histórica revela que o atual quadro político é composto por indivíduos que, em seus respectivos momentos juvenis, também foram concebidos em alguma medida como transformadores. Mesquita (2003) revela, por meio de depoimentos de estudantes que compareceram ao 46º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), que grande parte de seus debates se direcionaram para refletir sobre como é latente políticas que contemplem os conflitos do jovem em relação ao mundo do trabalho, nesse caso já se tratando especificamente dos estudantes. Se evidencia, portanto, a necessidade de políticas relacionadas ao primeiro emprego e políticas de integração, mas ações essas pensadas com a participação democrática desse grupo, e não somente para esse grupo. O estudo do autor ressalta como a educação, especificamente no interior da universidade, é um elemento relevante para se compreender qual a natureza das relações que o jovem começa a estabelecer com o seu entorno. Uma instituição de ensino superior de fato tem o potencial de provocar diversos novos interesses por conta das possibilidades oferecidas em relação ao estudo verticalizado de fenômenos.

Muitas são as contradições que acompanham o jovem nessa aproximação com a vida acadêmica e com a vida adulta de modo geral. Uma delas se trata de que mesmo não tendo grandes responsabilidades no tocante familiar e trabalhista, existe um interesse existencial em compor o mundo adulto. Pois bem, há de salientar que jovens advindos de classes desprivilegiadas adentram de forma precoce na nomeada vida adulta (TELES e MAIA, 2016), inclusive esse processo pode se dar todavia na infância. Da mesma forma que as classes sociais se relacionam com o trabalho material de formas antagônicas, ainda na escola o saber é organizado e didatizado de maneira distinta e tendo como pilar as origens sociais dos sujeitos, sendo um princípio da análise a constatação de que “as classes dominantes (capitalistas/gestoras) não se preparam para o trabalho, mas sim para dirigir os que trabalham” (FREITAS, 1994).

Para Mesquita (2013), há um paulatino esvaziamento escolar por parte justamente

dos filhos dos trabalhadores, por motivos de ordem comportamental, mas principalmente por questões objetivas. E é curioso que mesmo que tais desproporções se tornem mais agudas, ainda assim vigora o entendimento social que concebe a educação como uma ferramenta viável para a ascensão social, ascensão essa marcadamente individual, meritocrática e que de antemão pressupõe os demais à posições subalternas. Para Mesquita (2003, p. 132), por mais que nos anos 60 o diploma universitário foi sinônimo de alguma mobilidade social, nas últimas décadas as reivindicações passaram a orbitar mais o direito ao trabalho e a qualificação profissional.

Os jovens estudantes não se reconhecem conforme a identidade social conferida a um adolescente, entretanto continuam a dispor de uma quantia significativa de tempo, o qual podem utilizá-lo para fins de aprendizagem; essa condição, aliada ao senso de pertencimento (TELES, 2019) que existe entre eles, é primordial para fomentar a organização dos mesmos no tocante às suas insatisfações relacionadas ao ambiente que compartilham, bem como situações dos próprios “subgrupos” que o compõem. O autor destaca ainda que apesar de a característica estudantil ser fundamental, não basta que indivíduos que estudam reconheçam essas problemáticas e se manifestem, pois a mobilização coletiva por um objetivo adequadamente delimitado é o que confere caráter de legitimidade ao “grupo estudantil em sua totalidade”.

Quando se considera um dado período histórico e os agentes sociais envolvidos, não é homogênea a concepção social que se tem do movimento estudantil. Teles (2019) descreve a abordagem geracional como aquela que prioriza a definição do movimento estudantil como uma manifestação genérica dos próprios movimentos juvenis; se faz presente uma generalização que compreende os jovens como sujeitos “rebeldes”, com modos de ser próprios, ao mesmo tempo em que se subsume os conflitos mais gerais da sociedade capitalista. Assim, é uma abordagem que desconsidera as reais condições daquele sujeito como um ser social, ou seja, tende a fomentar explicações por um lado simplistas e subjetivistas e por outro demasiadamente focalizadas na aparência dos fenômenos e não em nas “múltiplas determinações do fenômeno estudado”.

Após os anos de 1930, autores clássicos como Theodor Adorno e norte-americanos como Neil Smelser se debruçaram em configurar as chamadas “teorias da desmobilização política” (ALONSO, 2009). Tendo como núcleo de sentido a cultura, esses autores já ensaiavam que as novas manifestações sociais poderiam ser definidas como explosões reativas e momentâneas, causadas pela irracionalidade externalizada por indivíduos frustrados. Tais preceitos psicossociais se fundamentavam em teorias sociais funcionalistas,

de modo que comprometiam quaisquer créditos advindos da organização e dos interesses teleológicos desses movimentos. E cabe reiterar que no Brasil essa concepção reducionista se fez presente precisamente em registros acerca de como os professores e reitores compreenderam um movimento estudantil grevista no ano de 1962. No momento em que a União Nacional dos Estudantes (UNE) concentrou as reivindicações nas propostas de uma reforma universitária e na necessidade que de que a representação discente nos órgãos decisórios se desse na proporção de $\frac{1}{3}$, a greve assim que assim ficou conhecida, tanto a entidade como os estudantes foram acusados de “desvios de conduta”, no sentido de que a opinião pública entendia ser a prática acadêmica dizia respeito aos estudantes, desaprovando assim as mobilizações de cunho político, por exemplo.

Outra abordagem, tida como “classista”, se encarrega de analisar o movimento estudantil a partir da origem social de seus componentes, sendo a “classe média” a base social fosse majoritária nessa composição (TELES, 2019, p.4). Apesar desse entendimento avançar no que se refere ao cuidado para com as relações entre o sujeito que estuda e todas as contradições subjacentes, ele infere uma perspectiva essencialista em relação aos militantes que, por mais que estejam interligados pelos viés educacional, são múltiplos em linhas políticas, gênero, regionalidade, etnias e, sem dúvidas, em condições socioeconômicas. Entendimentos deterministas que correlacionam a base social e a posição política não correspondem à totalidade da realidade concreta, uma vez que para que se precise isso seria necessário “a análise das condições materiais, da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante e da relação com as outras classes (...)” (GALVÃO, 2011).

A autora revela o quão é precipitado sugerir que condições objetivas específicas automaticamente resultam em uma assimilação coletiva consciente a respeito das possibilidades que a ação coletiva pode proporcionar, que dirá se tais mobilizações terão um cunho reacionário e conservador ou progressista revolucionário. Ademais, as próprias divergências internas no movimento estudantil provocam uma indeterminação permanente, no sentido de definição sobre qual posição de classe se fará predominante naquele momento. Sobre a associação entre os setores que compõem os movimentos sociais e a respectiva adoção de diferentes hegemonias (VIANA, 2016 *apud* TELES, 2019), poder-se-ia dizer que setores de movimentos sociais cuja composição se dá majoritariamente pelas classes desprivilegiadas podem eventualmente romper com a “hegemonia burguesa”, mas também com a hegemonia proletária”. Assim, os vários elementos anteriormente citados devem ser observados de forma responsável, evitando generalizações.

Anteriormente foi destacado o fato de que teóricos se esforçaram por defender uma

concepção de movimento social que contasse com um planejamento rigoroso dos recursos humanos e financeiros, de modo a racionalizar a concorrência com os demais movimentos e entender novos militantes como potenciais consumidores de “bens políticos” (ALONSO, 2009, p. 52). Portanto, essa militância profissionalizada tende a descaracterizar qual a substância de um movimento social, que deve se diferir das demais organizações coletivas. Dito isso, Mesquita (2003) aponta o quão o interior do movimento estudantil é preenchido pelos partidos políticos e suas respectivas ideologias e práticas políticas próprias. Essa diversificação gera, de acordo com o autor e com a interpretação dos dados por ele coletados, uma presença expressiva de organizações partidárias, de modo que pode ocorrer que o conjunto de ações concretas do movimento esteja submetido ao interesse desses partidos, ocorrendo um processo nomeado de “aparelhamento”. Ele conclui que as intervenções, particularmente por parte desses estudantes, apresenta um tom caráter profissional, o que corrobora com a perda de representatividade mediante os demais estudantes que não participam desse campo político.

Há de se destacar que ainda dentro do que o autor denomina como “fatores internos”, o fato de os estudantes não se identificarem com o movimento estudantil possui motivos mais profundos do que somente uma influência partidária em seu interior. A falta de espaços que permitam uma maior participação discente é apontada como um motivo um número cada vez menor de estudantes se identifiquem com essas representações, bem como a falta de “estratégias que mobilizem ações coletivas e simbólicas”. Nesse momento, é cabível destacar que as entidades vêm experimentando novas configurações visando se aproximar de grupos minorizados, como a parcela negra, LGBTQIA+ e até propriamente ambientais. Essas experimentações ora se dão através de coordenações específicas, grupos de trabalho temático, e ocasionalmente por meio da aproximação direta com movimentos sociais mais específicos.

Um importante aspecto que Mesquita (2003, p. 124) também se esforça para detalhar, é que o contexto brasileiro tem passado nas últimas décadas por profundas conturbações políticas, de forma a dificultar a organização não só do movimento estudantil, mas demais movimentos sociais também. À exemplo do aumento da concorrência pelos postos de trabalho e por uma maior qualificação profissional, o individualismo atrelado às ambições pessoais dos sujeitos prejudicam as tentativas de se fomentar uma maior coletividade em torno de reflexões conjuntas e encaminhamentos práticos.

Gohn (2011) ao se debruçar sobre a categoria “direitos” e estando inserido nesse escopo o direito à uma educação gratuita e de qualidade, traz nuances sobre quais as

características dos movimentos que lutam por uma educação com esse caráter. Levando em conta um movimento social composto propriamente por estudantes, é esperado que necessariamente este tenda a posicionar suas reivindicações e agendas concretas paralelas ao universo educacional; mas há de salientar que a viabilidade da livre associação desses sujeitos está sempre condicionada ao grau de influência que estes podem impor a outros organismos sociais. As Estruturas de Oportunidade Políticas (EOP's) (TILLY, 1993, *apud*. ALONSO, 2009) ajudam a compreender como diferentes momentos históricos podem sugerir o aumento da repressão sobre essas associações, por exemplo.

É fato que não é possível delimitar um único mas sim diversos “movimentos estudantis”, além de ter de se considerar que as concepções e articulações são distintas quando se compara diretórios, centros acadêmicos e entidades estaduais em detrimento de uma entidade nacional, como no caso da UNE (GROPPO, 2007). A título de estabelecer aproximações e partindo do panorama brasileiro, o autor revela que no ano de 1961 e em meio ao impasse a respeito da possível ocupação do cargo da presidência da república por parte de João Goulart, em decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadros, essa entidade já se posicionava politicamente de modo “progressista” e se enquadrava na chamada “Rede da Legalidade”. Notadamente durante o governo Goulart, tido como populista, a UNE se debruçou em diversas campanhas e projetos de educação e cultura popular, por exemplo por intermédio da criação dos Centros Populares de Cultura (CPC's).

Desta forma cabe destacar que a entidade tinha uma significativa abertura política que a permitiu se aproximar de forma propínqua ao governo federal, de forma que a entidade estudantil estava presente em comícios e falas oficiais. Ainda sobre essa relação, Groppo acrescenta:

O governo Goulart, reconhecendo a ajuda da UNE, nomearia seguidos ministros da Educação ligados ao movimento estudantil, enquanto a UNE e outras entidades estudantis tentavam influenciar diversas organizações populares, como os sindicatos urbanos, onde foram menos eficientes (exceto entre comerciários e bancários, dado que muitos eram também universitários), os movimentos de militares subalternos e o sindicalismo rural (2007, p. 9).

Essa correlação harmônica se finda no momento em que as aberturas democráticas se encerram, em um momento em que forças cívico-militares atuam de forma a destituir o então presidente democraticamente eleito e instaurar uma intervenção que adentrou cada

vez mais nas autarquias e jurisdições públicas.

Entretanto, a legalidade também pode ser um fator que se interpõe entre os estudantes e sua capacidade de mobilização e articulação. Castro e Rios (2007) sublinham a educação como uma mediação dialética entre instituições civis- a exemplo da escola e da universidade- e a “conservação ou superação das estruturas capitalistas”. Nesse contexto, os estudantes e sua capacidade de organização se comportam como um importante “motor” de tais mudanças, uma vez que igualmente estabelecem uma relação dialética com essa conservação ou superação. Teles (2019) reforça que um movimento estudantil pode apresentar um caráter conservador, reformista ou revolucionário, de forma que estes necessariamente prezam pela articulação entre “as demandas estudantis específicas e a questão da transformação social revolucionária”. E o caráter radical reside nas proposições atreladas à circunstâncias de emancipação social muitas vezes concebidas como inviáveis por sujeitos ou grupos consolidados a partir das principais ideologias dominantes, como as que envolvem a supremacia racial.

2.2. MOVIMENTO ESTUDANTIL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Dentre os movimentos estudantis e considerando o espectro universitário, há uma diferenciação dos mesmos a partir dos respectivos cursos dos quais esses são oriundos. O Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) se reconhece como um movimento social, e traz consigo a possibilidade de estudantes do curso de Educação Física de todo o Brasil se organizarem em busca da reflexão acadêmica e política sobre as principais problemáticas dessa área do conhecimento e em seus diversos locais de inserção: universidade, seio estudantil e intervenções profissionais diretas. É através dos Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Acadêmicos (DA's) que essas pessoas conseguem se colocar de maneira organizada dentro de suas respectivas unidades acadêmicas, de modo que possam de alguma forma intervir nas mesmas, em se tratando das esferas decisórias. Levando em conta as primeiras tentativas de articulação coletiva desses estudantes, o período político vigente propiciou aberturas democráticas que culminaram em mudanças significativas por parte da chamadas Escolas de Educação Física (EsEF).

Melo (1997) revela que a Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD) foi palco de iniciativas discentes que seguramente exerceriam uma influência nacional. Em 1941 e por meio do primeiro regimento interno da ENEFD, a própria possibilidade direta de organização discente, na figura de um Diretório, passou a ser reconhecida formalmente mesmo que com diversos traços conservadores, como a obrigatoriedade da direção das reuniões do DA estar a cargo de um professor (MELO, 1997, p.11). No tocante às iniciativas diretas dos estudantes, Ferreira (1995) salienta o fato de que durante esse período, assim que os representantes da Educação Física puderam fazê-lo perante o Diretório Central dos Estudantes (DCE), tiveram contato com militantes estudantis experientes, diversos deles membros da UNE. E foi dessa forma que puderam de certa forma visualizar política e criticamente hábitos outrora comuns, como por exemplo entoar o hino nacional cotidianamente.

Após compreenderem que, por mais que a direção da ENEFD não mais fosse ocupada por uma gestão militar, os comportamentos padronizados e a aparente desvinculação política eram legados oriundos dos militares, os estudantes se apropriaram de um ímpeto de avanço de várias ordens, e as práticas corporais foram muito importantes nesse processo. Castellani Filho (1988) detalha que ainda nos meados do anos de 1950, um estudante sofreu um acidente ao utilizar as instalações (barra fixa), em virtude da má conservação que a mesma se

encontrava; também traz o relato referente às aulas de natação, que pelo motivo de não haver uma piscina no interior da instituição como laboratório para as aulas, as mesmas eram ministradas no Clube Guanabara. O estatuto não permitia pessoas negras em seu interior, fato esse que prejudicava e impedia a conclusão do curso por parte do estudante Floriano Manhães. Tal empecilho somente pôde ser solucionado no momento em os estudantes se mobilizaram, realizando um protesto em uma das aulas, de forma que o professor Amêndola (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 119) foi convencido a remanejar as aulas para a praia da Urca.

Ainda referente à ENEFD, no Rio de Janeiro, a percepção de que o diretor da escola, o professor e doutor João Peregrino da Rocha Seabra Fagundes Júnior, era negligente e indiferente corroborou para que a necessidade de uma piscina se tornasse uma reivindicação permanente. Não sendo a mesma atendida e considerando a declaração de que “o curso de Educação Física não teria nível e *status* para ser dirigido por ele” do referido professor, os estudantes realizaram uma greve na qual sinalizaram que somente a saída imediata dele do cargo da direção da Instituição acarretaria o fim da greve. Dessa forma, os estudantes se utilizaram de outras estratégias de articulação, como a intermediação por parte do próprio presidente da república à época, para viabilizar a construção a qual reivindicavam. E uma dessas estratégias foi contar com o apoio de um conglomerado de outros cursos da Universidade do Brasil, como Medicina, Arquitetura, Odontologia, Farmácia e a própria Educação Física. Como “saldo” da referida greve, pode-se indicar elementos como maior legitimidade e reconhecimento do Diretório Acadêmico, importantes apoios políticos vindos de honrosos docentes (como o professor Alberto Latorre de Faria), participações estudantis mais conscientes e consistentes nos órgãos colegiados e a elevação dos trabalhos de pesquisa dos estudantes ao nível de artigos (MELO, 1995).

Os resultados da greve supracitada circunscrita à ENEFD, foi responsável por estabelecer um “novo poder” não só por parte dos estudantes, mas também como uma forma de afirmação do profissional de Educação Física de forma geral. Como corrobora Melo:

A consciência de comunidade os fez romper com algo que os professores de Educação Física da ENEFD ainda não tinham feito por motivos éticos ou por resultado da grande discriminação que sempre sofreram: a interferência primordial e direcional de outras áreas numa área que tentava se afirmar, conquistar espaço e legitimidade. A greve foi também, e primordialmente, resultado da afirmação, de orgulho ferido, de um grupo que se constituía

(1995, p. 47).

Assim, há de se considerar que em diversos estados, estudantes das respectivas Escolas de Educação Física se reconheceram nessas posturas, de modo que houve a conseqüente necessidade de associação entre esses novos interesses. No ano de 1957, surge a União Nacional dos Estudantes de Educação Física (UNEEF), fato este que já indicava a intenção de unificar iniciativas outrora mais isoladas.

A centralidade dessas análises em torno da Escola Nacional de Educação Física e Desporto se dá em virtude da relação entre essa instituição e o subseqüente desenvolvimento nacional do MEEF. O membro do Diretório Acadêmico, representante da Educação Física perante o DCE e acadêmico da ENEFD Vinicius Rua, foi o primeiro presidente da UNEEF; ainda no ano de 1957, foi organizado o Primeiro Congresso de Estudantes de Educação Física, que teve as dependências da ENEFD como sede do evento e contou com representantes do Rio Grande do Sul, Paraná, São Carlos, Minas Gerais e Distrito Federal se fizeram presentes (MELO, 1995, p. 46). Mediante inspirações advindas de uma reabertura democrática e do 31º Congresso da UNE, um grupo de estudantes decidem pelo novo formato de Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEFF's), já nos anos de 1980.

No ano de 1992 ocorre o XIII ENEEF, e de acordo com Ferreira e Nascimento (1995), surgiram nesse momento alterações importantes no enfoque e na estrutura desse evento, de forma que é cabível salientar algumas delas que perduram até o presente momento. São elas: *Mesas redondas*: organizadas com o objetivo de estimular “o debate teórico referente às temáticas do evento, apontando diretrizes a serem investigadas e/ou serem implementadas por professores e estudantes”. Segue o quadro com os temas dos eventos, os respectivos anos e locais de realização dos ENEEF's.

Quadro I – Listagem geral dos ENEEF's

Tema	Ano	Local
Conjuntura política nacional e a participação dos profissionais de EF nas entidades.	1980	Salvador (Bahia)
Conjuntura Nacional e Educação Física de Base, Legislação e Currículo.	1981	Goiânia (Goiás)

Política Nacional de Democratização da Universidade, Legislação, Currículo e Mercado de Trabalho.	1982	Vitória (Espírito Santo)
Educação Física na Sociedade.	1983	Juiz de Fora (Minas Gerais)
Educação Física ou a Arte de Adestrar Seres Humanos?	1984	Florianópolis (Santa Catarina)
Perspectiva de uma Nova Prática.	1985	João Pessoa (Paraíba)
Educação Física diante da Realidade Brasileira: Reforma ou Transformação?	1986	Curitiba (Paraná)
Existe uma outra Educação Física?	1987	Rio de Janeiro
Condições para uma Nova Prática	1988	Recife (Pernambuco)
A Educação Física Avançou ? (Não ocorreu).	1989	Vitória (Espírito Santo)
O Corpo da Educação Física.	1990	Aracaju (Sergipe)
Educação Física Aberta para Balanço	1991	São Paulo
Educação Física: Sonhos e Realidade.	1992	Rio de Janeiro
Educação Física: Onde anda a Educação?	1993	Goiânia (Goiás)
Retrospectiva e Perspectiva – Educação Física: Libertação ou Submissão?	1994	João Pessoa (Paraíba)
Qualidade do Ensino – Políticas Públicas, Sociedade e Educação	1995	Juiz de Fora (Minas Gerais)
Legitimidade ou Legalidade: Qual a nossa prioridade?	1996	Cuiabá (Mato Grosso)

Como e onde se insere a Educação Física diante da Nova Ordem Mundial?	1997	Belém (Pará)
Educação Física na Corda Bamba – da formação a atuação profissional.	1998	Brasília (Distrito Federal)
Capitalismo x Socialismo: Quem está em crise: Repercussões do papel social da Educação Física.	1999	Recife (Pernambuco)
Educação Física e Movimentos Sociais: consolidando relações para a transformação social.	2000	Rio de Janeiro
Educação Física e Reforma Universitária: Resgatando Diretrizes do Movimento Estudantil de Educação Física e Propondo Intervenções	2001	Vitória (Espírito Santo)
Reforma ou Revolução: A Educação Física frente ao avanço Imperialista	2002	Belém (Pará)
Educação Física: Discutir Cultura para mudar a estrutura	2003	Paraná (Curitiba)
Desconstruindo o discurso da inclusão para a construção da transformação social.	2004	Distrito Federal (Brasília)
Movimentos Sociais e Formação Humana: “No centro da própria engranagem inventa a Contramola que resiste”.	2005	Salvador (Bahia)
Do “operário em construção à Cultura Corporal. Do mundo do trabalho à ciência do Berimbau.	2006	Goiânia (Goiás)
Socialismo ou Barbárie: o Movimento Estudantil de Educação Física rumo à superação do Capital	2007	Paraíba (João Pessoa)
Professora e professor regulamentado e a educação se ajoelhando para o mercado. Vamos à luta para acabar com esse reinado	2008	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
Educação física em tempos de crise: a formação para além dos muros da universidade	2009	São Paulo
As Cartas estão na mesa - Na Universidade precarização, no esporte grande ilusão! - Qual a carta na manga?	2010	Fortaleza (Ceará)
Formação Unificada e Universidade: o Movimento Estudantil disputando os rumos da	2011	Santa Maria (Rio Grande)

Sociedade.		do sul)
Se o presente é de luta, o futuro nos pertence – EXNEEF 20 anos.	2012	Feira de Santana (Bahia)
Megaeventos em tempos de precarização da universidade: o MEEF discutindo qual a prioridade.	2013	Vitória (Espírito Santo)
DOS MEGAEVENTOS EU ABRO MÃO! Das ruas ecoa a luta de uma nova geração!	2014	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
Para ver-o-peso do debate à ação: o MEEF nas ruas e universidades contra a precarização!	2015	Belém (Pará)
Em tempos de luta entre cidades rebeldes e cidades olímpicas, o MEEF contra as opressões. Socialismo ou Barbárie!	2016	Rio de Janeiro
Não ocorreu	2017	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
Precarização Retirada de Direitos e Destruição da Educação Pública: e a Educação Física? RESISTE!	2018	Porto Alegre (Rio Grande do Sul)
Reorganizando a luta e debatendo a formação: Ed. Física na unidade pelo combate às opressões.	2019	Goiânia (Goiás)
Não ocorreu.	2020	Brasília (Distrito Federal)

O ENEEF possui algumas partes integrantes que caracterizam a estruturação do evento, sendo essa estruturação fruto de debates e deliberações coletivas.

Temas livres: se caracterizavam pela apresentação de trabalhos científicos por parte dos discentes, de modo que era possível evidenciar uma preocupação central e em comum entre eles (no caso desse evento, a práxis pedagógica do professor de Educação Física) e alguns temas que também aglutinavam inúmeros outros trabalhos, como “tendências pedagógicas,

classe social favorecida/desfavorecida, Educação Física e mudança social e ainda currículo.” *Vivências* (atualmente nomeadas como *práxis*): se baseiam em experiências corporais organizadas por docentes e/ou discentes, de forma a procurar a reflexão sobre as relações sociais que estão incorporadas aos elementos da cultura corporal, bem como identificar quais outras relações são possíveis de ser estabelecidas.

Atividade Cultural: responsável por promover o intercâmbio cultural por meio de apresentações de grupos de dança, manifestações folclóricas, dentre outros.

Dia Livre: um dia em que, dada a ausência de programações oriundas do evento em si, os encontristas têm a oportunidade de realizar um passeio turístico pela cidade-sede do evento.

Plenária Final: “ocorre tradicionalmente no último dia do Encontro, sendo fundamental para a reflexão avaliativa e/ou prospectiva do Movimento de Estudantes de Educação Física” (MEEF).

Sobre as executivas de curso, Mesquita (2013) revela que uma grande maioria dela surgiu após a década de 70, de forma que se por um lado debatem questões e problemas específicos dos cursos -como “currículos, avaliação, qualidade dos cursos, entre outros”- por outro buscam aliar essas formulações às questões políticas de âmbito mais geral. E dessa forma, se aproximam de outros movimentos sociais que há muito se dedicam em qualificar seus acúmulos, críticas e tornar suas intervenções mais assertivas. Cabe ressaltar que a partir da década de 1990 é que algumas secretarias de curso que apresentavam desacordo com os posicionamentos da UNE quanto à intercorrências políticas nacionais, rompem com essa entidade e criam tanto executivas como federações de curso (PERGHER, LOVATTO E PORTELA, 2012). Como resultado, passa a existir o Fórum de Executivas e Federações de Curso (FENEX), que reúne essas entidades que acreditavam que por conta da proximidade existente entre a UNE e setores do governo federal, a mesma estaria “apaziguando as mobilizações estudantis e perdendo totalmente seu caráter de classe combativo contra a ordem do capital”.

No caso da ExNEEF, essa entidade foi criada no ano de 1991 com o objetivo principal de suprir a lacuna ocasionada pela falta de uma estrutura organizada à nível nacional, com uma direção também nacional e unificada. Na prática, essa entidade representa um considerável coletivo e almeja encaminhar as decisões coletivamente acordadas e sistematizar as bandeiras de luta, as finalidades, os fóruns deliberativos, e as competências das coordenações e respectivos coordenadores, por intermédio de um estatuto. Em se tratando diretamente das bandeiras de luta, destaca-se que as mesmas representam a síntese de todo o

acúmulo do MEEF, de modo a expressar com clareza e objetividade qual o projeto histórico defendido e sob quais concepções de ser humano, sociedade e progresso que essa entidade se sustenta. Seguem as respectivas bandeiras de luta:

- I. A defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, referenciada nas demandas da classe trabalhadora, e que portanto nos colocamos na contrariedade à atual Contra-Reforma Universitária, implementada pelo governo PT;
- II. A defesa da Licenciatura Ampliada enquanto projeto de formação humana, que se contrapõe à atual fragmentação da área entre Licenciatura e Bacharelado;
- III. A regulamentação do trabalho, em contraponto à regulamentação da profissão defendida pelo sistema CONFEF/CREF;
- IV. A defesa de um outro projeto de sociedade, o projeto histórico socialista;
- V. Somos contrários a todas as formas de opressão à classe trabalhadora, seja ela política, social, econômica, religiosa, em relação ao gênero, sexo, identidade de gênero, etnia, entre outras.

3. CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

A classe médica brasileira ao final do séc. XIX já detinha uma capacidade de influência social muito relevante, tanto para reforçar os aspectos nacionalistas relacionados ao compromisso sanitário, como para desenvolver e garantir o cumprimento massivo e ininterrupto das ações recomendadas; ações essas apoiadas em uma ciência que se dizia comprometida com a longevidade, garantia de mais saúde de modo geral e uma reprodução visando o gradativo “melhoramento da raça”, cunhando a expressão “regeneração *physica*” (MENDES E NÓBREGA, 2008).

A Educação Física cumpre socialmente o objetivo principal de instrumentalizar as aspirações higienistas e nacionalistas. Castellani Filho (1988) demonstra as formas como Rui Barbosa¹, intitulado por Inezil Penna Marinho como o “Paladino da Educação Física no Brasil”, buscou legitimá-la enquanto componente da grade curricular equivalente aos demais, bem como maior valorização dos professores dessa disciplina. Outra importante personalidade ligada à Educação Física foi Fernando de Azevedo, em virtudes de suas contribuições teóricas para o desenvolvimento do conceito de Eugenia no contexto brasileiro. Ele considerava a Eugenia uma ciência que objetivava a definição de quais medidas deveriam ser adotadas visando o desenvolvimento de qualidades hereditárias. Dessa forma, o Estado Brasileiro carregou consigo valores hegemônicos vinculados ao alcance da plenitude da força física e moral dos sujeitos. As regiões do Brasil foram categorizadas como insalubres ou civilizadas a partir de critérios de saneamento e excelência corporal, sendo que na realidade esses fatores estavam associados às profundas desigualdades socioeconômicas ainda hoje existentes no Brasil (MENDES e NÓBREGA, 2008).

O indivíduo masculino era preparado para não apresentar desvios em sua conduta moral, além de sempre enunciar suas excepcionalidades físicas, servindo as instituições militares para esses fins; já a mulher era sistematicamente preparada para o exercício da maternidade, de modo que as atividades físicas poderiam cumprir uma forma de maculação das boas maneiras e, portanto, deveriam ser rechaçadas do que tange a sua obrigatoriedade no ensino básico. Esse cenário exemplifica algumas incoerências presentes na própria ideologia dominante, uma vez que as mulheres eram induzidas a ter condições de saúde para que

¹ Rui Barbosa de Oliveira, político e jurista, nasceu em Salvador (BA) em 5 de Novembro de 1849. Bacharelou-se em 1870 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Na história da Educação Física Brasileira, destacou-se defender de forma veemente a prática da Educação Física mesmo não sendo favorável ao Método Alemão, se tornando esse o principal acontecimento para a área no final do período Brasil-império. Rui o fez por meio de seu parecer de nº 224, emitido enquanto deputado federal, e que tinha como título “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública”, apresentado à Câmara dos Deputados em 12 de Setembro de 1882 e citado por Castellani Filho (1988).

tivessem condição de nutrir e educar seus descendentes, mas privadas de práticas esportivas consideradas incompatíveis com as especificidades da feminilidade. Contudo, para além dessa restrição deveriam, não obstante, encarnar árduas trabalhadoras domésticas, labor esse igualmente desgastante do ponto de vista corporal. Havia, pois, a naturalização, ou biologização, do fato social (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 45), ou seja, as atitudes e possibilidades femininas eram determinadas por suas características biológicas e vice-versa.

Para Castellani Filho (1988), a Educação Física sendo utilizada como instrumento para superestimar e massificar um biotipo em particular, o fez por:

(...) Incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados. Para explorar e manter explorado, em nome da superioridade racial e social da burguesia branca, todos os que, por suas singularidades étnicas ou pela marginalização socioeconômica, não lograram conformar-se ao modelo anatômico construído pela higiene (...) (p.33).

É necessário reconhecer as relações a respeito da persistência dessa concepção de Saúde ao longo do séc XX e que também se faz presente na atualidade. Pode-se assumir que o aspecto moralizador do incentivo às práticas físicas permaneceu, pois os defensores da conquista de saúde a partir da manipulação de variáveis fisiológicas, depositavam suas confianças na atividade física como uma responsabilidade do sujeito, já que as possibilidades de acesso pareciam ter sido ampliadas. Góis Júnior (2007, p. 4) revela que no início da década de 80, houve uma abrupta ampliação no número de espaços privados (academias) que ofereciam a prática de Ginástica Aeróbia, de modo que concomitantemente aumentaram o número de praticantes, de divulgação midiática a partir da prática de famosos e artistas da época, além das vendas de artigos esportivos e equipamentos de ginástica. O mercado, naquele momento o principal motor de disseminação social da busca pela saúde, se somava a uma educação geral que ainda objetivava a educação para a saúde destinada à crianças, no sentido de se desenvolver e manter os chamados comportamentos saudáveis para uma vida saudável (GÓIS JÚNIOR e LOVISOLO, 2003), caracterizados pelo ensino de conceitos básicos ligados à saúde individual.

Quanto à produção científica sobre saúde na área, o exercício físico passa a ser o eixo do debate, obtendo cada vez mais prestígio como promotora e garantidora de saúde. Entretanto, se tratava de Saúde como condição individual, mensurável do ponto de vista fisiológico (GÓIS JÚNIOR, 2007). Estruturas governamentais passaram a prezar por esses cuidados como dispositivo de redução de gastos com a saúde pública, seguros de saúde.

A figura do *personal trainer* é capaz de simbolizar a expressão do individualismo aplicado à busca por melhores condições de Saúde, uma vez que a prestação do serviço passaria a ser pensada, sistematizada, praticada e aplicada de forma individual, considerando que os tomadores desse serviço teriam acesso somente o pagamento por isso. Outra referência relevante responsável pelo destaque social conferido à atividade física foi o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS), no sentido de se mostrar uma entidade que produzia cientificamente a partir da medicina esportiva. Suas produções científicas tinham um caráter quantitativo, e suas contribuições se direcionaram para a prática de atividades físicas por pessoas de todas as idades e condições econômicas, ainda que extremamente atreladas à lógica de promoção da saúde não como resultante das determinações sociais da Saúde, mas sim pelo mero incentivo à prática de exercícios físicos.

Dessa forma, se desenvolve o chamado “novo higienismo” (GÓIS JÚNIOR, 2007, p. 6) que enfatiza a saúde como uma potencialidade dos indivíduos que pudesse ser desenvolvida e treinada. O discurso que associa a estética corporal e a saúde dos indivíduos se demonstra outro aspecto relevante a ser criticamente destacado. Sendo um cenário não muito dificultoso de ser percebido na atualidade, os corpos esteticamente mais tonificados são apresentados como saudáveis e exemplares, enquanto aqueles que não apresentam esse padrão corporal podem ser vistos como não saudáveis mesmo que o sejam.

Bagrichevsky e Estevão (2005) apresentam a relação entre o tema da Saúde e a atividade física como um domínio orientado por uma hegemonia biologizante. Ou seja, é discursado que as pessoas que praticam exercícios físicos são saudáveis no que se refere aos seus indicadores fisiológicos mensuráveis, como pressão arterial e batimentos cardíacos. Entretanto, essas correntes teóricas e suas respectivas intervenções desconsideram por completo o contexto social, ao ponto de afirmar que apenas a prática regular de atividade física seria suficiente para tornar esse indivíduo saudável. Sujeitos que vivem em condições de vida desfavoráveis, por outro lado, dificilmente terão os elementos necessários para frequentar uma academia de ginástica, tais como tempo livre e condições financeiras e de deslocamento. Assim sendo, quem realmente tem esse o acesso ao ambiente privado e especializado na oferta sistematizada das práticas corporais são pessoas que já detêm determinados privilégios, como demonstra (Bagrichevsky e Estevão, 2005):

[...] seria mais razoável considerar, grosso modo, que indivíduos ‘previamente saudáveis’ é que buscam a prática sistemática de

atividade física (e não o contrário), uma vez que geralmente possuem aporte nutricional e financeiro e tempo disponível para tal (p. 67).

Fica, portanto, a reflexão de que somente exercícios físicos não deveriam ser considerados a força motriz da obtenção de Saúde em sua forma coletiva mais generalizável.

São inegáveis os benefícios orgânicos que o exercício físico traz para a saúde individual dos sujeitos e que são indicados pela produção cinética; entretanto, os questionamentos apresentados suscitam uma reflexão em torno da ênfase e do determinismo aparentemente unilateral. Se faz importante a compreensão de que esse processo de individualização pode ser percebido como uma continuidade da moralização presente na veiculação da necessidade de se obter e manter um modo de vida dita saudável; ora, no higienismo observado nos anos 30 (MENDES E NÓBREGA, 2008) havia uma responsabilidade a ser assumida, pois somente a partir dessa incorporação protocolar é que a aceitação social do sujeito se realizava efetivamente.

Enquanto instrumento de controle biopolítico (FOUCAULT, 1999, *apud* PALMA, ESTEVÃO e BAGRICHEVSKY, 2005, p. 24), a Educação Física militarizada permitiu que o tempo-espaço envolvido com as práticas físicas fosse permeado por valores como a obediência hierárquica, pautada na obediência de ordens diretas. Na atualidade, ocorre uma criação ininterrupta de necessidades subjetivas de consumo de produtos e serviços, tais como artigos esportivos e programas de emagrecimento, configurada como uma forma de coerção mais velada, mas não menos punitiva. Han (2010) contribui quando discorre sobre essa relação de “autocobrança” no qual o sujeito se coloca, de modo que os valores e expectativas externas são incorporadas de tal forma ao ponto de não ser necessário que outrem exerça um gerenciamento direto, pois esse mesmo sujeito se monitora, exige de si mesmo e, se necessário, cumpre o papel de algoz de si mesmo.

A indústria farmacêutica (PALMA, ESTEVÃO e BAGRICHEVSKY, 2002, p. 17) e o conjunto da sociedade médica internacional são responsáveis por continuamente revisarem parâmetros mensuráveis que diferenciam saudáveis dos não saudáveis, além de estipularem comportamentos e índices como patológicos e, conseqüentemente, passíveis de tratamento medicamentoso. O conceito conhecido como “Welfare State” auxilia na compreensão da Saúde como conquista coletiva. Cunhado nos Estados Unidos nos meados do Séc. XX e traduzido como “estado de bem-estar social”, esse conceito engloba uma atuação mais acentuada do Estado como garantidor de proteção social através de intervenções relacionadas a serviços considerados primordiais, como educação, saúde, segurança, moradia, lazer, etc.

No âmbito das lutas e debates da saúde, em 1986 ocorreu a Conferência Internacional de Promoção da Saúde de Ottawa, no Canadá, a qual contou com o Ministério de Saúde Pública e Bem-Estar do Canadá como um de seus organizadores. E sobre o termo “Promoção da Saúde”, o mesmo passou a centralizar um movimento e nesse evento surgiram apontamentos, no formato de um documento intitulado “Carta de Ottawa”, tais como “a integração da saúde como parte das políticas públicas e participação comunitária na gestão do sistema de saúde” (PAIM & ALMEIDA-FILHO, 2000 e RESTREPO, 2001b *apud* PALMA, ESTEVÃO e BAGRICHEVSKY, 2002, p. 26).

No mesmo sentido, Minayo (1992, p. 10 *apud* PALMA, ESTEVÃO e BAGRICHEVSKY, 2002, p. 19) aponta que o relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde já destacava saúde como “o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida”. Assumindo que uma minoria da população ocupa os cargos de gestão pública, bem como um seletivo grupo detém os meios de produção de bens sociais e coordena as relações de produção, é irresponsável o entendimento de que se encontra a cargo da parte majoritária da população o dever de assegurar por conta própria as circunstâncias envolvidas na obtenção e manutenção de saúde.

Do ponto de vista concreto, ao invés de utilizar seu tempo e suas disposições bioenergéticas para garantir, de forma preventiva, comportamentos e serviços ligados à obtenção e manutenção da saúde, a alternativa para milhões de trabalhadores acaba sendo a de reunir economias para sanar moléstias que possam vir a acometê-los. E mesmo diante dessa contradição, atualmente a moralização parece dirigir o processo de adoecimento individual, especialmente no que permeia a atividade física e seus potenciais benéficos efeitos.

4. CAPÍTULO 3 - O DEBATE CRÍTICO DE SAÚDE E O MEEF

4.1. A SAÚDE SOB A ÓTICA DA EXNEEF: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS

Como já mencionado anteriormente, a ExNEEF se ancora em alguns princípios que organizam sua atuação como um movimento social, dentre eles a quinta bandeira histórica que indica “A defesa de um outro projeto de sociedade, o projeto histórico socialista” (EXNEEF MEEF, 2016). Em se tratando desse tema, é importante ressaltar o quão o modelo explicativo pautado na determinação social do processo saúde-doença² foi e continua sendo primordial para se compreender o adoecimento dos indivíduos de forma não fragmentada. Uma vez consideradas as condições elementares da vida -caracterizadas pela segurança alimentar, acesso aos serviços de educação e saúde, moradia digna, lazer, dentre outros- Fonseca (2006, p. 21 e 22) contribui na medida que consegue sintetizar sobre essa teoria:

(...), a organização social é o determinante fundamental das manifestações deste processo e evidencia-se como uma forma de manifestação da qualidade de vida dos agentes sociais. Esta, por sua vez, é determinada pelos processos de produção e reprodução da vida social. (...) Nas sociedades classistas, especificamente naquelas organizadas sob o modo capitalista de produção, a cada classe social corresponderia um determinado padrão de desgastes e potencialidades, manifestos através de condições negativas (riscos de adoecer ou morrer) ou positivas (possibilidades de sobrevivência), conseqüentes às formas historicamente adotadas pela sociedade para conduzir a sua vida social.

Os cadernos de debate são importantes ferramentas de sistematização do MEEF, uma vez que almejam suprir as necessidades teóricas e formativas do movimento. As respectivas condições objetivas para a produção desses materiais são identificadas no momento do Planejamento Nacional, espaço que é regido pelas deliberações aprovadas na plenária final do ENEEF anteriormente realizado. Dessa forma e considerando ser esta a maior instância deliberativa do movimento, essas deliberações possuem um valor no que se refere a refletir o direcionamento da base estudantil e das suas respectivas gestões em determinado momento histórico.

² Aqui, essa perspectiva teórica se equivale a uma formulação da medicina social latino-americana, com contribuições do Movimento Operário Italiano e, posteriormente, aprofundada pela Saúde Coletiva de viés crítico, de modo que houve também a incorporação do pensamento de Karl Marx, no que se tange às referências acerca das forças produtivas e o modo de produção como determinantes do modo como o homem se relaciona com a natureza, produzindo o mundo social (Souza, 2020).

Para fins de análise documental relacionada à este trabalho, foram consultados os cadernos de debates sistematizados até então pelos estudantes militantes da ExNEEF; o material consultado propriamente dito foi o *Dossiê Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF)* compilado no ano de 2020 pelo grupo LEPEL – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer. Foram consultados, portanto, as produções realizadas a partir do ano de 1994, sendo a menção direta ao debate envolvendo o tema da Saúde o critério de seleção dos textos. Segue a listagem dos textos identificados:

- Formação em Educação Física para Saúde?
- Saúde e Cultura Corporal: do indivíduo ao coletivo.
- A relação Esporte e Saúde: primeiras aproximações.

Os ex-militantes Marcell Arruda e Guilherme Lovatto (2009) redigiram o texto *Formação em Educação Física para Saúde?*, presente no XII volume do caderno de debates, buscando acumular algumas reflexões pertinentes. É possível perceber esforços no que se refere à contextualização do processo histórico brasileiro de construção do debate em Saúde e como o mesmo esteve associado às discussões que vieram a consolidar o Sistema Único de Saúde (SUS). Os autores afirmam a necessidade cada vez mais latente da cobertura do sistema de saúde e observam as influências internacionais e nacionais, estas últimas compostas pelo período de redemocratização do país e pressão intensa dos movimentos sociais pela saúde. Sobre o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), são demonstradas algumas implicações dos novos modelos de gestão (via Organizações Sociais), bem como de que forma o Conselho Federal de Educação Física e suas regionais (CONFED/CREF's) se aproveitaram dessa nova possibilidade de inserção profissional do professor de Educação Física. Esse aproveitamento oportunista se deu pela ótica de angariarem mais filiações e regulamentar procedimentos que supostamente visariam o aperfeiçoamento qualitativo desse novo conjunto de intervenções.

No que se refere à formação curricular, o texto destaca que as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Educação Física, publicadas em 2004, atribuíram uma centralidade aos fundamentos biológicos em detrimento dos demais componentes formativos (p. 41). E o desenvolvimento histórico demonstrou que esse perfil formativo seria insuficiente para o tratamento das demandas advindas da realidade das comunidades, de maneira que setores específicos da área, à exemplo do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), passam a demandar estruturas curriculares mais amplas. Ora, ao sugerir que os moldes curriculares da formação em Educação Física para atuação no campo da Saúde eram

limitados, voltados ao mercado e calcados em intervenções de natureza biofísicas individuais, pode-se inferir que ainda que um conjunto teórico realize a mediação da prática social, é indicado que esta prática precisa contar com a identificação das múltiplas determinações e isso deve se fazer explícito nas intervenções que se seguirão. Por esse motivo, a categoria da Totalidade se mostra especialmente significativa quando se trata da temática Saúde.

Também necessita ser destacado o texto que compõe o XV volume do caderno de debates que leva o tema *Saúde e Cultura Corporal: do indivíduo ao coletivo*, escrito pelo ex-militante Alan John (2012). Dando continuidade às reflexões sobre o SUS, ele salienta que mesmo não contando com uma parte significativa dos leitos hospitalares, o SUS se mostrou a principal via de entrada de pacientes no ano de 2007, quando comparados aos pacientes possuidores de planos de saúde, por exemplo. No que se refere aos demonstrativos percentuais, o ex- militante sinaliza que “na rede hospitalar o setor privado ocupa quase que 71% dos leitos. No entanto, mesmo mantendo apenas 29% dos leitos com caráter público, o SUS financiou em 2007 mais de 73% das internações” (JOHN, 2012, p. 163). Quanto aos trabalhadores da saúde, é reforçada a inserção cada vez maior de Fundações Estatais e Organizações Sociais no serviço público, de modo que o apadrinhamento político foi apontado como um fator dificultante para a implementação efetiva de princípios doutrinários, tais quais a universalização, equidade e integralidade. A categoria das forças produtivas se faz especialmente expressiva, uma vez que elas se caracterizam como sendo os instrumentos disponíveis para a transformação da natureza biofísica em prol de se conseguir um produto útil, nomeado dentro de uma sociedade capitalista como uma mercadoria (JOHN, 2012, p. 160 e 161). Entretanto, é destacado o fato de que uma imensa quantidade de pessoas não goza dos benefícios que seriam possíveis graças ao atual aperfeiçoamento dessas forças, e essa desigualdade acaba por gerar implicações no tocante à saúde da população. O ex militante descreve:

(...) São desapropriados também do direito à saúde, ou seja, da garantia de condições (biológicas, psíquicas, físicas, sociais, etc) que lhes permitam exercer todas as possibilidades que o desenvolvimento das forças produtivas favorece a outros indivíduos na atualidade.

Notam-se aproximações relacionadas ao modo como é desenvolvida a realidade do trabalho pelos professores da Educação Física enquanto área mais ampla. Também é possível dizer que influências neoliberais socioeconômicas determinam de forma expressiva os valores e

objetivos pretendidos, bem como da população destituída de uma oferta de cultura corporal de maneira abundante, logo carente de intervenções com tal abrangência.

Já o texto *A relação Esporte e Saúde: primeiras aproximações* dos ex-militantes Luiz Carlos Júnior e Ediberto Almeida (2013), presente no XV volume do caderno de debates da ExNEEF, observa o fato de que aos trabalhadores do esporte não lhes é assegurado o direito à Saúde. Os autores revelam que mesmo os atletas de alto rendimento tendo acesso às condições de moradia, boa alimentação e acesso especializado aos serviços de saúde, a rotina intensa de treinamento e competições esportivas faz com que eles não consigam desfrutar desses benefícios e desenvolvam um estado de saúde-doença não desejado. Também são apresentadas informações que corroboram a premissa de que mesmo midiaticamente o luxo sendo associado ao cotidiano de vida dos jogadores (especialmente os de Futebol), a realidade é que uma ínfima parcela de fato usufrui desse padrão de consumo. Sobre os megaeventos e o esporte na saúde da população, os autores destacam como são desproporcionais os bilionários investimentos em infraestrutura esportiva e os investimentos no orçamento de programas sociais e de serviços essenciais (dentre eles, os ligados à saúde pública). A finalização do texto se dá pela defesa de que somente seria possível uma outra lógica esportiva mediante outra lógica de sociedade, portanto sendo necessária tanto a transformação do modelo societário, bem como a construção de um projeto transformador do esporte.

Também foram consultadas as deliberações de 10 (dez) ENEEF's, realizados nos seguintes anos: 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2009, 2010, 2011, 2012, 2014 e 2018. É importante pontuar que no início dos anos 2000 (2000-2005), os estudantes estavam amadurecendo seu processo de sistematização dos diversos elementos colocados em debate, como as contrariedades, apoios, campanhas, boicotes, articulações, etc. Esse fato fica nítido ao se analisar as mudanças organizativas ocorridas na sistematização do ENEEF 2000 para o ENEEF 2001: o uso de eixos temáticos. Assim, foi possível conferir mais praticidade nos debates e condução das discussões, bem como o acesso posterior por parte dos estudantes e suas entidades representativas.

Do ponto de vista do debate sobre o tema da Saúde, não houve, entretanto, nenhuma menção às articulações que já existiam por parte do movimento, bem como sua contrariedade às privatizações que inevitavelmente abarcavam a Saúde, seja enquanto um serviço, ou um direito. Nota-se que já nas deliberações observadas ao final do ENEEF 2005, o tema da Saúde já se faz presente nas decisões do movimento, especialmente a partir do indicativo de número 80 (oitenta): “Que a ExNEEF se posicione contra as OS's e as Fundações Estatais de Direito Privado, e apóie lutas e iniciativas nesse sentido, como o PLC 14/2009-SP que propõe o fim

das OS's para o estado de SP". Já no ano de 2010, os indicativos se direcionam para a importância de se seguir construindo articulações com vistas ao aprimoramento do acúmulo do MEEF sobre o tema, e a possibilidade de os espaços regionais (COREEF's e EREEF's) garantirem espaços que socializem esse acúmulo junto à base estudantil; também é importante pontuar uma especificidade dessas deliberações, que é indicar o tensionamento, a partir da saúde coletiva, nos debates sobre a reestruturação curricular. As deliberações do ENEEF 2011 mantêm o indicativo de contrariedade aos desmontes da saúde enquanto direito constitucional, bem como a necessidade de acúmulos sobre o tema, contudo de forma permante e conjunta às entidades de base.

O ENEEF 2012 (Feira de Santana, BA) inicia um processo que ao mesmo tempo que ampliava os olhares sobre alguns elementos que perpassavam o tema da Saúde e a Educação Física, também delimitavam melhor esse recorte e sua diferenciação quanto aos demais encaminhamentos aprovados. Esses elementos são apontados pelos pontos 123, 124 e 125, respectivamente: "Que a ExNEEF seja contrária ao ato médico; Apoio à ocupação contra o apagão da Saúde, em SP; Que a ExNEEF apóie a luta anti manicomial". Esse aspecto parece ter se seguido nos anos seguintes, pois no ENEEF 2014 (Porto Alegre, RS) dois novos subtemas também envolvendo a Saúde se destacam: "38. Que o MEEF siga acumulando no debate sobre a descriminalização do uso de drogas e da legalização da maconha" e "39. Que o MEEF defenda a descriminalização e regulamentação do aborto pelo SUS, debatendo pelo viés da saúde pública por entender a importância da autonomia das mulheres, contraria a lógica machista e conservadora da sociedade capitalista.". Dessa forma, é nítido que o debate da Saúde incorpora uma intenção de não somente atuar na resistência aos desmontes do aparato estatal, mas também questionar problemáticas que se encontravam ativas entre os estudantes e no debate público; e problemáticas essas que até os dias atuais demonstram o quão o Brasil distoa dos países vizinhos em relação à sua política sobre drogas e a descriminalização do aborto. Mas se destacam as deliberações do ENEEF 2018 (Porto Alegre, RS) em virtude de poder exemplificar o aprimoramento dos estudantes quanto à sistematização: nesse momento haveria a diferenciação entre "princípios" do movimento durante o período que se seguiria, e as "ações" indicando com clareza os encaminhamentos a serem alcançados. Além de qualificar em muito os debates prévios para se elaborar coletivamente o documento, este desempenha melhor a função de diretriz (anual) de todo o conjunto do MEEF. Seguem exemplos de alguns pontos deliberados:

46. [AÇÃO] Que o MEEF acumule e fomente o debate sobre Saúde, junto às Entidades de Base (CAs/DAs/DCEs) e outros cursos, à luz do Materialismo Histórico-

Dialético, por entender que é o Método mais avançado para analisar e intervir na realidade. Encaminhamento: Acompanhar as possibilidades de construção dos Fóruns de Saúde e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde nas Regionais. Fomentar os textos do Caderno de Debates da ExNEEF sobre Saúde à luz do Materialismo Histórico e Dialético.

47. [PRINCÍPIO] Com base no encaminhamento anterior, que o MEEF defenda uma concepção de saúde-doença enquanto um processo social, histórico e dinâmico, orientado pelo lugar que o indivíduo se insere na luta de classes, o qual irá determinar (em última instância) a forma como ele terá acesso aos determinantes sociais do processo saúde-doença.

São, em vista disso, necessários alguns intercâmbios teóricos com outros autores e autoras- à exemplo de PALMA, ESTEVÃO E BAGRICHEVSKY (2002)- que em muito contribuíram para com os debates sobre Educação Física e Saúde. Estes autores salientam que as atividades físicas podem se comportar como promotoras de benefícios orgânicos, contudo a estrutura social influencia diretamente nas possibilidades que o sujeito tem de realizá-la de forma sistemática. Esses mesmos autores indicam ser “importante considerar posições alternativas aos trabalhos biomédicos hegemônicos nos estudos sobre a saúde no campo da Educação Física” (PALMA, ESTEVÃO e BAGRICHEVSKY, 2002, p. 21) e o ex militante Alan John (2012), no mesmo sentido, certifica que a “concepção de saúde/doença em hegemonia continua orientada pela lógica biológica e individual” (p. 159).

Ora, observadas essas semelhanças e a utilização concomitante da categoria “Hegemonia”, cabe esclarecer que do ponto de vista etimológico, essa palavra deriva do termo grego correspondente *Eghemonia*, significando o comando supremo das forças supremas (ZIENTARSKI, OLIVEIRA E PEREIRA, 2010). Assim, deve-se compreender que quando há uma relação de subordinação entre grupos sociais conflitantes, há por consequência uma sobreposição cultural. Sobre a natureza dessa relação, Alves (2010) afirma:

Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, (...), dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva (p. 74).

Desse modo, poder-se-ia dizer que a propagação do discurso de saúde pautado majoritariamente em referências biológicas e mensuráveis parece se mostrar como uma

concepção de saúde -com efeito, uma concepção de mundo também- no mínimo controversa para uma classe social que continuamente desprende tempo e energia no intuito de reunir condições de sobrevivência e não de alteração de seu “estilo de vida”. Parece, portanto, que tanto teóricos da área da Educação Física, como ex-militantes da ExNEEF, se esforçaram por desvelar as formas pelas quais o modo de produção da vida material pode se opor a certas propagandas de grupos sociais com interesses bem específicos.

4.2. APROXIMAÇÕES INTERMITENTES: A EXNEEF E O DEBATE SOBRE SAÚDE

4.2.1. A saúde e a ExNEEF em meio às divergências: a formação em foco (1991-2000)

A década de 1980 foi um período em que professores e pesquisadores da Educação Física se debruçaram sobre qual seria o objeto de estudo da área e a caracterização da mesma. Havia, pois, diferentes concepções sendo debatidas, concepções essas que se relacionavam com o papel da Educação Física dentro da sociedade, no sentido ou de aprofundar determinados conhecimentos, ou se permitir adentrar mais nas chamadas Ciências Humanas. Durante esse período, havia uma forte crítica em relação à predominância da perspectiva da Aptidão Física dentro do seio escolar, entretanto o mercado de trabalho vinculado ao segmento *fitness* se encontrava em expansão. Essa espécie de incongruência entre o desenvolvimento teórico da área e a expansão do mercado de trabalho, especialmente a partir dos anos 1990, resultou em significativas discussões sobre a formação em Educação Física, caracterizadas por Furtado (2020, p. 117) como:

(...) bastante marcadas pela defesa do atendimento às demandas mercadológicas ou à sua denúncia, mas também perpassaram importantes análises epistemológicas e questionamentos sobre os perfis especialistas e/ou generalistas da formação do Licenciado e do Bacharel (...).

Sendo fruto desses debates, a Resolução MEC/CFE 03/87 se comportou como as novas Diretrizes Curriculares, sendo a alteração de maior impacto a possibilidade de haver graduação em Licenciatura e/ou Bacharelado a partir daquele momento.

Ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as discussões foram retomadas principalmente em virtude da apresentação dos trabalhos da primeira comissão de especialistas, formada para dar cabo à novas diretrizes. Os autores Tilton, Tranzilo e Alves (2005) evidenciam que o entendimento do MEEF era que essas comissões não contemplavam a ampla discussão, que deveria ser enfaticamente realizada à nível local, regional e nacional; e por conta do fato da composição das comissões já determinar a correlação de forças para a configuração de uma certa proposta, os estudantes optaram por não comparecer “onde estariam apenas legitimando o que não concordavam, pois na comissão prevalecia outra posição construída sem diálogo”. O MEEF se fez presente nesse embate, principalmente ao sustentar uma formação humana, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com referência social e no projeto histórico Socialista. Assim, os autores

acrescentam que a fragmentação da formação era um ponto recorrente, o qual os estudantes apontavam de que forma que as alterações na formação (mais flexível e embasada no ensino de competências e habilidades (de trabalho) e o atendimento das necessidades mercadológicas estavam associadas a um reordenamento do mundo do trabalho. Além do mais, o objeto de estudo da Educação Física era tido como a cultura corporal, em virtude dela corresponder “a um acúmulo histórico da área, tecendo uma crítica ao modelo hegemônico, criticando essa concepção da Educação Física na área da Saúde, trazendo à tona as contradições do sistema (...)” (TITTON, TRANZILO e ALVEZ, 2005, p. 92).

O contexto dos debates das ExNEEF na década de 1990 estava permeado por lutas políticas relacionadas com o avanço do neoliberalismo no Brasil. E quanto aos embates referentes à Educação Física, eram diversas as dicotomias existentes, tais como entre o campo de atuação escolar e não escolar, graus acadêmicos (licenciatura e/ou bacharelado) e as ênfases na teoria e/ou na prática. De toda forma, as categorias Saúde e Educação foram inseridas nessa diversidade de antagonismos também de forma mutuamente excludente, em parte pelo oportunismo daqueles que buscavam sustentar que esses conhecimentos seriam de fato fundamentalmente antagônicos, e por parte daqueles que em virtude de uma má compreensão realizavam essa tipificação de forma precipitada e simplista. Existiam diversos grupos de pesquisa influentes que correlacionavam a Atividade Física e saúde, e estes eram as referências tanto para a formação inicial dos estudantes, bem como a instrumentalização dos mesmos para o mercado de trabalho. À título de exemplificação, o/a entrevistado/a G assinala alguns deles:

(...) no âmbito das disputa que nós tínhamos na Educação Física escolar, havia a perspectiva que era defendida pelo Guedes e Guedes (o professor Dartagnan Pinto Guedes e a professora Joana Elizabete R. Pinto Guedes) que tinham um trabalho bastante importante defendendo a centralidade do trabalho na Educação Física escolar a partir da Atividade Física para a promoção da Saúde: a Educação Física como promotora da saúde, numa perspectiva muito próxima ao Eugenismo. Havia um pessoal ligado ao professor Go Tani, o grupo da USP liderado por ele, que também tinha perspectiva bastante limitada na compreensão da Atividade Física vinculada à Saúde.

Devido ao prestígio acadêmico recebido, esses sujeitos se consolidaram hegemonicamente na Educação Física, visto que o/a entrevistado/a revela que esses grupos e a imposição de suas

perspectivas influenciaram a constiuição das novas DCN's, no sentido de tensionarem pela fragmentação da formação. Ainda de acordo com ele/a:

(...) isso [a fragmentação] condicionou e direcionou a Educação Física para e como área da Saúde nas instâncias de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A dificuldade de identificação de professores e grupos de pesquisa que trabalhassem a Saúde em uma perspectiva crítica era visto como um obstáculo, pois eram escassos os nomes dentro da área que se disponibilizavam para auxiliar nessas discussões. Mas se faz pertinente salientar que haviam grupos de professores progressistas que se debruçaram sobre os estudos em Saúde. Alguns deles são descritos pelo/a entrevistado/a G:

Os grupos que trabalhavam numa perspectiva crítica eram mais restritos. Penso que aquele com os quais nós sempre mantivemos relação àquele período e que deram muita sustentação para esse debate era o grupo LEPEL. (...). Tinha o grupo da UNICAMP e infelizmente eu não vou lembrar do nome dele, mas de lá saiu o professor saiu o prof. Edgar Matiello, que posteriormente passa em um concurso da UFSC, (...), ampliando a discussão no âmbito da saúde coletiva inclusive com outros países, notadamente na América Latina.

Do ponto de vista acadêmico e científico, o grupo Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & e Esporte e Lazer (LEPEL), que tem a professora doutora Celi Nelza Zulke Taffarel como líder, pôde contribuir com a ExNEEF tanto com subsídios teórico-políticos voltados ao campo educacional, como com aqueles mais referentes à Saúde, indicando assim que não eram aspectos necessariamente excludentes entre si. O lançamento do livro “Metodologia do Ensino de Educação Física” (1992), também conhecido como Coletivo de Autores, foi classificado como uma “referência de uma proposta de Educação Física à esquerda, revolucionária e crítica” pelo/a entrevistado/a C. Esta afirmação demonstra que apesar de ser um desafio identificar sujeitos da área da saúde que pudessem compor as mesas nos eventos organizados pelo MEEF e que não tivessem um alinhamento ideológico antagônico com o que vinha sendo estabelecido internamente pela ExNEEF, alcançar esse feito era possível.

Por outro lado e do ponto de vista estudantil, houveram algumas articulações

fundamentais para que esse debate fosse realizado de forma coletiva e ampliada. O Fórum de Executivas da área da Saúde foi muito relevante no que diz respeito ao compartilhamento de referências teóricas, bem como auxiliar na organização do movimento estudantil a partir de suas entidades representativas. De acordo com o/a entrevistado/a G, o Seminário Estudantil Popular de Educação, Ciência e Tecnologia (SEPECT) pode ser considerado um fruto desse diálogo, pois teve o intuito de:

(...) qual seria o papel dos diferentes profissionais formados na universidade pública brasileira para fazer esse debate sobre a saúde de forma mais ampliada e não apenas restrita às especificidades de cada um dos cursos.

Dentro do escopo dos cursos considerados da Saúde, havia uma negação para com a idéia de conceber Saúde por um ponto de vista restritivo e demasiadamente biologicista. Mas não se pode considerar que o conjunto majoritário dos estudantes do curso de Educação Física corroboraram com essa perspectiva.

Ao se considerar a resistência dos componentes do movimento no que diz respeito à defesa do tema da Saúde, o/a entrevistado/a C, informa que

Naquela época, o debate da saúde aparecia, naquela perspectiva, como uma bandeira do neoliberalismo para a gente; não que ele fosse, mas pra gente era como se essa defesa da saúde deixasse de lado o debate da crítica da relação social que nós temos no país e no mundo hoje, né ?

Assim, o debate da saúde, atrelado à perspectiva da aptidão física, não estabelecia uma relação com as questões sociais que estavam sendo extensamente debatidas, cenário esse que acabou por distanciar esse debate do centro do MEEF, uma vez que as bandeiras do movimento sempre estiveram associadas à classe trabalhadora e a garantia irrestrita de seus direitos sociais.

Levando em consideração o relevante trabalho organizado no campo Educativo pelos grupos de estudo e no interior do MEEF no campo da formação, essas possibilidades restritas de debate e intervenção levavam ao julgamento de que uma “formação no campo da saúde como uma formação que tinha um ‘ar’ de alienação” (entrevistado/a C). Para além dessas associações, é pertinente pontuar que os defensores da regulamentação da profissão de Educação Física estiveram presentes em ENEEF’s. O/a entrevistado/a C, detalha que um dos principais expoentes dessa defesa, Jorge Steinhilber, foi convidado para um ENEEF (dividindo a mesa com a profa. Celi Taffarel), e um dos argumentos utilizados era de que essa

regulamentação traria mais segurança e qualidade na prestação de serviços no campo não escolar ligados às atividades físicas, especialmente nas academias de ginástica. Inevitavelmente, essa concepção de saúde estava implicitamente associada às academias de ginástica e com a regulamentação da profissão, pois tais sujeitos defendiam que a prescrição de exercícios físicos por parte do profissional devidamente regulamentado verdadeiramente conduziria à saúde e não à lesões (supostamente advindas das orientações de um profissional não filiado ao CONFEF), o que infere uma relação direta de causa e efeito.

Do ponto de vista da filiação ao CONFEF/CREF's e a imposição dessa necessidade por parte de seus integrantes, Nozaki (2004) indica ser a truculência um elemento comum às intervenções realizadas. O autor trás o “relato de uma Ação Civil Pública, expedida pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios (Brasília, op. cit., p.4-6)”, no qual o presidente da Associação Brasileira de Academias de Educação Física relata que as fiscalizações ocorriam em horários em que as academias estavam cheias, gerando constrangimento e muitas vezes algum tumulto, que não existe um procedimento padrão de fiscalização do CREF e que os fiscais entravam nas academias sem a autorização do responsável. Em especial aqueles que trabalhavam em academias de ginástica, outros trabalhadores do campo das práticas corporais (como as lutas e a Dança) eram coagidos, como demonstra Nozaki (2004, p. 238):

A cobrança pelos CREFs do registro dos professores das manifestações corporais que trabalhavam nas academias de ginástica, ocorreu, em sua maioria, de forma indireta, com os fiscais ameaçando os proprietários de perderem seu alvará de funcionamento.

De fato, o argumento do ordenamento legal (no caso, Lei 8649/98, da regulamentação da profissão de Educação Física) é o mais incisivamente utilizado nas intervenções de natureza fiscalizatória; entretanto, quanto à legitimidade social dessas ações, o art. 6º dessa lei indica: “Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, por constituírem serviço público, gozam de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços”. Assim, se evidencia que ao nível do discurso e considerando indiretamente a seara da Saúde Pública, o sistema CONFEF/CREF's se fundou e se mantém. O autor destaca o estabelecimento de ações na Baixada Fluminense (RJ) e em Campo Grande (MS), CREF1 e CREF6, respectivamente, em parceria com agentes da Vigilância Sanitária -um órgão público ligado à mitigação dos riscos à Saúde Pública, como expresso na Lei 8.080/90- que tiveram como finalidade a inspeção de diversas academias.

O/a entrevistado/a G, salienta que os anais dos eventos organizados pela ExNEEF demonstram que os trabalhos apresentados que englobavam o tema da Saúde não apresentavam uma discussão aprofundada e crítica, como se pretendia sempre fazer no interior do movimento. O trecho “fazíamos os nossos estudos e a nossa formação nos currículos dos cursos com uma concepção bastante (...), enfim, era diversificada. Havia diversas concepções de saúde ali, mas nenhuma delas em uma perspectiva crítica (...)” evidencia esse cenário. Esse distanciamento contraditório fez com que houvesse um atraso na apropriação significativa desse debate no seio estudantil. Também é acrescentado que por mais que a ExNEEF se esforçasse por construir o debate da Saúde pelo viés crítico, haviam dificuldades de se garantir esse debate junto à base de estudantes, em parte em virtude de não haver uma organização interna que permitisse acessar mais CA's e DA's, bem como por conta dos obstáculos em se adentrar diretamente nas instituições formadoras, as universidades.

Mas para além das dificuldades e estigmatizações feitas tanto por um conjunto de professores como de estudantes sobre o tema da Saúde, alguns diálogos permitiram o seu acolhimento enquanto uma discussão necessária e possível de ser conduzida a partir de preceitos sociais, e não mais estritamente biológicos. Como afirma o/a entrevistado/a G, “havia ainda as [executivas] que trabalhavam com a saúde coletiva, por exemplo a do serviço social que a gente tinha uma interface super interessante”. Portanto, a proximidade com executivas como do curso de Serviço Social, fizeram com que a Saúde Coletiva se tornasse um norte teórico, e gradativamente fossem realizadas apropriações nesse sentido. Uma vez que as aproximações eram realizadas e se constituía uma correlação entre Saúde Coletiva e Educação Física, era conferida uma especificidade aos estudos e nas possibilidades de intervenção a partir da cultura corporal. O/a entrevistado/a G ainda esclarece que a Saúde era politicamente analisada enquanto:

(...) relação social que se estabelece no processo de produção da existência e que exatamente nesse processo dentro da sociedade dividida em classes, dentro da sociedade capitalista, há a geração do adoecimento, e portanto, não se poderia trabalhar a Saúde desvinculada do processo de produção da existência humana em relações sociais determinadas; e que no nosso tempo histórico são as relações sociais capitalistas.

De forma antagônica, pensar a atividade física e suas consequências biofisiológicas -sendo a mesma realizada exclusivamente sob orientação de um profissional de Educação Física devidamente registrado no CONFEF- era uma percepção contrária ao entendimento ampliado

sobre essa temática.

4.2.2. A saúde e os embates internos: protagonismo estudantil (2000-2005)

A formação inicial em Educação Física sempre foi um objeto de atenção e disputa por parte do MEEF. Uma vez que se assume essa posição, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física ano de 2004 foi um acontecimento expressivo para a área. O/a entrevistado/a B salienta inclusive o episódio ocorrido nesse mesmo ano referente à ocupação do Conselho Nacional de Educação (CNE), uma ação política dos estudantes que teve o intuito de afirmar a sua contrariedade ao documento supracitado, fomentando um modelo mais avançado de diretriz curricular, pautado na formação unificada. Essa movimentação histórica denota que os estudantes estavam mobilizados para essa pauta muito em virtude de estar ocorrendo naquele momento a discussão e aprovação das novas DCNs, fato esse que impactaria diretamente nas suas graduações e nas dos futuros discentes. Portanto, pode-se considerar essa pauta como uma das principais aglutinadoras da luta do MEEF naquele momento, visto que inclusive gerou diversos materiais formativos, como as cartilhas. Citadas pelo/a entrevistado/a B e o/a entrevistado/a A, as cartilhas se mostram uma ferramenta responsável principalmente por disseminar o debate para um grande número de estudantes. Contudo, produções dessa ordem se fazem ausentes quando analisados temas como o da Saúde, visto que os participantes reconhecem que apesar de ser um tema minimamente presente de forma ininterrupta nos eventos do MEEF, não era uma temática extensamente discutida ao ponto de gerar encaminhamentos nacionais, como a confecção de uma cartilha. É informado pelo/a entrevistado/a E que a pauta mais construída durante seu período de militância foi a oposição quanto à regulamentação da profissão. Em um momento posterior (2002), se iniciam os debates mais próximos à realidade desse/a militante, incluída a temática da Saúde. Tendo o estado de São Paulo como lócus de análise, o programa “Agita São Paulo³” foi um subtema que por algum tempo norteou o debate dos militantes dessa regional, bem como foi a forma encontrada por eles para estender esse debate ao conjunto de estudantes que contruíam o MEEF, como é demonstrado:

A gente tinha camiseta contra o “Agita São Paulo” e tinha a compreensão de

³ O Programa Agita São Paulo foi criado pelo CELAFISCS – Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul, para combater o sedentarismo no Estado de São Paulo promovendo o aumento do nível de atividade física e o conhecimento dos benefícios de um estilo de vida ativa.

que o ‘Agita São Paulo’ é em São Paulo, mas ele já não era mais apenas em São Paulo, né?! O ‘Agita São Paulo’ já tinha um peso nacional. Ele servia como exemplo para vários outros lugares: havia o “Agita Curitiba”, “Agita Belém”, já existiam Agitas em vários lugares e o modelo era São Paulo. Então a gente achava que era importante esse debate (...).

Assim, nota-se que esses militantes tentaram inserir esse debate por compreenderem sua relevância inclusive nacional, mas que mesmo se comportando de forma organizada não houve uma reverberação significativa dessa tentativa, no sentido do esforço coletivo para acumular sobre esse assunto naquele momento. O/a próprio/a militante revela: “A gente trazia uma coisa que era quase que uma coisa “mágica”, que era o conceito ampliado de saúde (...). E tinha algumas palavras chaves, como o conceito ampliado de saúde e promoção da saúde” (entrevistado/a E). Entretanto, a insistência nesse debate gerou conflitos internos, pois esse tema não parecia se relacionar com os temas debatidos pela ExNEEF inclusive nesse período, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação em Educação Física, e a concepção política de uma formação humana.

É importante destacar que ainda no ENEEF ocorrido no ano de 1998, estudantes de Educação Física advindos de São Paulo se organizaram para estarem presentes no ENEEF (Brasília, DF), objetivando também a reivindicação por mais espaços nos quais se debatesse Saúde. Contudo, e como relata o/a entrevistado/a E:

Existia uma ligação direta que debater saúde é debater fitness, é debater a academia de ginástica ou debater estética. Havia essa ligação linear que pressupunha que se eu debato saúde eu estou preocupado com a estética, e havia também a defesa da escola, como se fosse uma coisa de dois pólos. Fato é que ocorre um abandono do ENEEF pelo grupo de São Paulo, ele sai no meio do ENEEF, vai embora e isso é meio marcante. Então de 1998 até 2002 (que é o meu primeiro ENEEF, em Belém), não teve uma participação organizada de São Paulo.

Como demonstra o quadro “ENEEF’s e suas temáticas”, o tema desse ENEEF pautava aspectos formativos, de modo que o conflito explicitado aponta que a correlação entre Formação e a temática da Saúde era instável e contraditória. Enquanto que parte dos militantes compreendia haver a importância e a possibilidade de se debater de forma mais aprofundada o tema da saúde, outra parte entendia que eram aspectos politicamente excludentes.

A partir do ano de 2002, esses mesmos militantes se colocam em um lugar de novamente provocar essa discussão nos espaços do MEEF: apesar de prevalecer temáticas ligadas à formação e formação humana, houve uma abertura do movimento capaz de acolhê-los. O/a entrevistado/a C detalha que mesmo compondo o principal conjunto de estudantes dispostos a, naquele momento, insistir nesse debate no seio da ExNEEF, não possuíam a apropriação teórica sobre o tema. Embora em São Paulo houvessem grupos de estudo mencionados anteriormente e em alguma medida dedicados à temática da atividade Física e Saúde, o/a entrevistado/a evidencia que “já não se identificava muito com aquilo, mas era um espaço protegido, onde a gente conseguia fazer uma discussão da universidade e a gente achava importante ocupar aquele espaço (entrevistado/a E).

Também merece ser citada a contribuição do Fórum Nacional de Executivas e Federações de curso (FENEX), que pôde somar com referências teóricas da Saúde e de fato marxistas por meio, por exemplo, do compartilhamento de cadernos de debate da Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina (DENEM) (entrevistado/a E). Entretanto, além de intercâmbios e inserções no âmbito estudantil, foram realizados diálogos com outras organizações importantes para o amadurecimento do entendimento desses estudantes sobre o tema da Saúde, como aponta o/a entrevistado/a E: “(...) acho que a gente tinha um debate muito frágil, mas a gente vai ocupando alguns desses espaços, tentando estabelecer algumas dessas conversas”. Alguns desses espaços foram os estágios de vivência no MST, a aproximação com o recém criado Grupo de Trabalho Temático (GTT) “Atividade Física e Saúde” do CBCE e a participação da ExNEEF na Conferência Nacional de Saúde em 2003.

Ainda sobre a presença em alguns espaços de grande importância, especialmente o comparecimento na “Conferência Latino-Americana de Promoção da Saúde e Educação para a Saúde”(2002) e no “Fórum Social Mundial da Saúde” (2005) foram responsáveis por amadurecer em muito a percepção desses militantes do que seria um debate crítico em Saúde; como o/a entrevistado/a E detalha:

A gente já achava progressista esse recorte pan-americano, que juntava Canadá e Estados Unidos, e que havia uma grande hegemonia por esse debate da promoção da saúde. Posteriormente, a gente rompe com esse movimento de Saúde Internacional Pan-Americana, nos aproximando do Movimento Internacional latino-americano. Então ao invés de olharmos para a América inteira, a gente vai olhar pra América Latina.

Essas conexões já eram tecidas no meio científico há algum tempo (à exemplo da

articulação do prof. Edgard Matiello, na UFSC, e o teórico Jaime Breilh e outros grupos na América Latina), porém nesse momento são incorporadas diretamente pelos estudantes, de modo que as mesmas todavia balizam as reflexões dos atuais militantes do MEEF.

Um livro foi organizado, no ano de 2010, pelos autores Jaime Breilh, Edgard Matiello Júnior e Paulo Capela com o intuito de fomentar o debate acerca do uso ideológico do esporte por parte das classes dominantes, e como essas proposições se correlacionam com a determinação social das funções corporais. No texto escrito pelos autores, é dito que:

A determinação social do rendimento físico-desportivo, assim como de todo o processo da vida humana, é um produto de relações entre alguns processos sociais amplos e outros de ordem individual (...) (JÚNIOR, CAPELA E BREILH, 2010, p. 17).

O potencial físico e psicológico também é colocado como um produto dessa determinação, de modo que esta “nem sempre produz mudanças ascendentes, estando sujeita a avanços e retrocessos” (JÚNIOR, CAPELA e BREILH, 2010, p. 19). Assim, os estudos latino-americanos se debruçaram em contextualizar, de forma mais localizada, como os avanços e retrocessos das condições de acesso e manutenção da saúde da classe trabalhadora impactam as diversas dimensões da vida desses sujeitos.

Em virtude de serem escassos os espaços de discussão e construção de sínteses sobre esse tema por parte da ExNEEF, uma parte significativa dessas formações tiveram de ser realizadas a partir de referências externas. A temática da Saúde era recorrente nos Encontros Regionais dos militantes de São Paulo e tido como primordial para eles, foram encaminhadas algumas ações concretas. O/a entrevistado/a E indica que a luta pelo fim da exigência do exame médico e do submetimento a um exame de aptidão física para se ingressar em cursos de Educação Física foram reflexos dessa intencionalidade de se questionar a concepção de saúde dos cursos, manifestada aos estudantes antes mesmo deles ingressarem nas respectivas instituições de ensino. Do ponto de vista de organização interna do MEEF, também houve uma valorosa iniciativa nesse período: os Grupos de Trabalho Temático Permanentes (GTTP's); definidos para serem espaços de discussão contínua de diversos temas e que deveriam se manter para além dos principais eventos de organização do MEEF (EREEF's e ENEEF's), os GTTP's contribuíram com as tentativas de centralização à nível nacional dos acúmulos devido ao fato de serem compostos por sujeitos envolvidos em uma militância mais circunscrita, o que justifica o fato de inclusive serem convidados para alguns EREEF's em

específico (entrevistado/a E).

4.2.3. Outras prioridades do movimento (2005 – dias atuais)

O/a entrevistado/a E e o/a entrevistado/a B indicam que no ano de 2003 havia o interesse do governo referente à cooptação das executivas, especialmente através da criação de comissões. Essa institucionalização ocorreu, para citar exemplos concretos, por meio da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) e da comissão do VER-SUS (estágio de vivências e reflexões na realidade do SUS), de modo que as executivas passariam a concorrer por essas vagas de estágio. A ExNEEF é uma das primeiras executivas a romper com a possibilidade de composição dessas comissões, uma vez que o entendimento do movimento foi o de que pudesse haver, assim, uma legitimação da iniciativa do Ministério da Saúde, bem como uma cooptação institucional por parte do governo. De toda forma, observa-se que o conflito que despertava os debates não era sobre o tema da Saúde -por mais que se tratassem de intervenções relacionadas a ele- e sim a composição das comissões e as implicações políticas disso.

A tendência de se contemplar indiretamente o debate sobre determinada temática ocorre também no que se refere ao Esporte. No final do ano de 2005, houve uma provocação do debate sobre esporte, em virtude das Conferências Nacionais do Esporte. Havia sido criado o inédito Ministério do Esporte, fato esse que levou à discussão das Políticas Públicas de Esporte por parte dos militantes, por mais que também existiram ressalvas quanto à participação da ExNEEF nas conferências supracitadas (entrevistado/a B). O tema da formação entra novamente em pauta com a defesa pela “Licenciatura Ampliada”, que foi uma proposta de formação de professores de Educação Física organizada pelo MEEF- em conjunto com o grupo LEPEL- que teve como objetivo se contrapor às Diretrizes Curriculares aprovadas em 31 de Março de 2004, a resolução CNE/CES N° 7/2004. Entitulada como “Educação Física é uma só. Formação Unificada Já! Pela revogação das atuais Diretrizes Curriculares”, essa campanha nacional contou com diversos materiais, dentre eles uma cartilha produzida em 2010, que detalha os 11 (onze) princípios dessa proposta.

Mas foram os temas relacionados com as condições estruturais objetivas da educação superior, já resultante das reformas neoliberais, que mais aglutinaram as pautas do MEEF no final dos anos 2000 em diante. Em alguns encontros deliberativos do movimento (COREEF’s

e CONEEF's), os pontos de Saúde e Esporte foram suprimidos ou minimizados das discussões e apenas incluídos posteriormente, muito em virtude de outras pautas como a campanha nacional pela reorganização do movimento estudantil, debates relativos à universidade (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e problemáticas ligadas ao acesso e permanência), de acordo com o/a entrevistado/a F.

O autor Roberto Leher (1999) detalha de quais formas o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) se organizaram, especialmente a partir dos anos 1970, para centralizar a Educação como a principal estratégia de controle ideológico e político sobre países periféricos. O autor destaca que o par “governabilidade-segurança” guiou grande parte das reformas estruturais realizadas; do ponto de vista da segurança, se tratava de um período em que a guerra fria despertava o temor de que diversas nações se encontrassem sob influência da União Soviética, uma vez que “um quarto da população mundial recentemente havia se revoltado contra o colonialismo e obtido a independência” (LEHER, 1999, p. 22). Com a crise capitalista no início da década de 1970, e especialmente a crise da dívida de 1982, a queda no preço das commodities e o exponencial aumento da taxa de juros de empréstimos diversos países necessitaram tomar empréstimos e esse fator gerou uma relação de subserviência com seus credores. Acerca de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o próprio Banco Mundial:

Os países que no início dos anos 1980 resistiram ao intervencionismo e à imposição do neoliberalismo, sustentando políticas neoestruturalistas, logo submeteram-se aos ditames dos “Novos Senhores do Mundo”. Este é o caso do Brasil, especialmente nos governos Collor e Cardoso (...) (LEHER, 1999, p. 24).

Dessa forma, são iniciadas profundas reformas, pois a insatisfação popular era um elemento que poderia obstruir essa abertura comercial. Contudo, o desemprego aumentava no Brasil e a Educação é apontada como uma saída, de modo que reformas se iniciam, como a reforma do ensino fundamental, que passa a ser “minimalista” e a sofrer com a descentralização administrativo-financeira que redesenham as atribuições da União, estados e municípios, à exemplo da “municipalização promovida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef, Lei 9224/96)” (LEHER, 1999, p. 27).

Do ponto de vista da produção de conhecimento e tecnologia, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) foram sendo transformados em universidades especializadas; e levando em conta os novos parâmetros internacionais, o decreto 2306/97 buscava distinguir as instituições de ensino superior universitárias dos centros universitários (exclusivamente destinadas ao ensino e à pesquisa, respectivamente). Houve também, à nível do discurso e da orientação política, a redefinição da autonomia universitária, passando a ser considerada a capacidade da instituição de autocustear, de forma a promover um alívio fiscal para o orçamento estatal. Dessa forma, é apresentado que a governabilidade estaria organizada de forma sustentável, do ponto de vista orçamentário. Leher (2001) especifica que do ponto de vista de envio de recursos, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) realmente vinham observando uma trajetória descendente, ainda que os gastos fossem aumentando a partir do próprio desenvolvimento científico e tecnológico. Uma manobra jurídica utilizada, inclusive também implementada durante o período da ditadura empresarial-militar por meio da Lei nº 200/67, foi “transformar as universidades públicas em organizações sociais, com natureza jurídica de fundações de direito privado” (LEHER, 2001, p. 261).

O governo Lula (2003-2011) foi responsável pela implementação de políticas sociais que prometiam, dentre outras metas, regredir os índices de proleza e universalizar o acesso à Educação. Entretanto, se até então havia a concorrência do setor privado em relação ao setor público- do ponto de vista da eficiência administrativo-financeira- nesse momento o governo objetiva promover a indistinção jurídica entre eles. Considerando as ditas ações sociais, Leher (2004) indica que era propagandeada a idéia de ampliação robusta do número de vagas universitárias, especulada como uma inédita reforma da universidade pública brasileira; porém, e considerando o exemplo do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) instituído pela Medida Provisória nº 213/04, o autor sintetiza: “o Estado irá comprar vagas do setor privado, metamorfoseando-as em vagas “públicas” (porém não gratuitas), como é possível constatar na MP 213 que instituiu o PROUNI” (LEHER, 2004, p. 875). Ainda que mais vagas fossem criadas e preenchidas, a falta de adequação das universidades públicas do ponto de vista de novos investimentos públicos gerou uma defasagem do quadro docente e material, que certamente não sustentaria qualitativamente essa ampliação por muitos anos. Os militantes Gabriel Conte e Pedro Silveira (2010) relatam:

(...) A falta de material, de professores e de espaços, tende a se tornar alarmante, comprometendo a qualidade do trabalho educativo. A falta proporcional de recursos para o desenvolvimento das atividades educativas

vai, a médio e longo prazo, estimular a busca por recursos próprios, ou seja, indiretamente, essa também é mais uma forma de aprofundar o processo de privatização das universidades públicas.

E esse cenário gradualmente foi limitando a atuação política dos estudantes também de Educação Física, que necessitavam de determinadas estruturas para materializarem sua agenda política anual (COREEF's, CONEEF's, EREEF's, ENEEF e demais eventos). Essas limitações são indicadas pelo/a entrevistado/a D, ao relatar que a partir de 2013, havia uma "(...) dificuldade do movimento estudantil se organizar, foram retirados muitos direitos: seja da assistência estudantil, seja de termos ônibus para irmos aos encontros e pra galera poder participar desse espaço de militância de forma mais geral".

Como consequências, além da reforma universitária gestada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a sua operacionalização realizada pelo governo Lula, houve também a perpetuação da idéia "de que as principais políticas sociais –e de infra-estrutura– podem ser protagonizadas pelo empresariado por meio de Parcerias Público-Privado (PPPs)", sendo o alcance dessas parcerias ainda mais amplo do que anteriormente (LEHER, 2004, p. 873). A ExNEEF buscou realizar essa discussão junto aos seus militantes, como indica o/a entrevistado/a F:

Uma outra pauta que a gente tinha muito presente também era a questão da Universidade: fazendo um balanço crítico do que foi a reforma universitária dos governos Lula, a partir do balanço do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), das próprias ocupações de reitoria que acontece em 2006, 2007 e em 2011 (quando a verba do REUNI acaba).

Entretanto, é preciso destacar que tais reflexões e encaminhamentos não tiveram a mesma ressonância perante o conjunto majoritário dos movimentos sociais e estudantis. Por conta do Partido dos Trabalhadores (PT), alçado ao governo federal em 2002⁴, haver se comportado como instrumento de luta política dos trabalhadores e ter sido construído por eles, as resistências feitas dentro da universidade foram demasiadamente localizadas e, conseqüentemente, insuficientes. E justamente por não reunirem condições de estabelecerem uma resistência frente ao conjunto de precarizações que se avizinhava, Lander (2001, *apud* LEHER, 2001, p.) ressaltam o seguinte conjunto de idéias no que se refere à manipulação da

⁴ Caderno de debates vol. 12, p. 17.

opinião popular com finalidades de legitimar tais ações:

Não cumprem muito bem o papel de reprodução ideológica, nem oferecem habilitações tão diretamente acopladas às necessidades efêmeras do mercado quanto lhes parece desejável. Teimam em produzir conhecimento, quando poderiam contentar-se em propagar o que nos chega pronto e com a etiqueta do primeiro mundo.

Nesse momento, é destacado o relevante interesse do setor privado no desmantelamento da estrutura pública, seja se tratando de pleitear recursos públicos através da gestão administrativa, seja pela absorção de uma mão de obra menos qualificada e com menor potencial de auto-organização.

Ainda na avaliação dos militantes Gabriel Conte e Pedro Silveira (2010), a União Nacional do Estudantes (UNE) não poderia representar uma resistência frente às reformas em curso, pelo motivo de além de oferecer seu apoio, também mobilizar atividades em favor delas. Assim, no ano de 2004 foi criada a Coordenação de Lutas (CONLUTE) e em 2007 a Assembléia Nacional de Estudantes Livre (ANEL), ambas propostas de organização dos estudantes à nível nacional objetivavam alavancar os enfrentamentos, porém ambas não cumpriram de fato com este objetivo. De todo modo, fica nítido que os estudantes careciam de uma maior articulação para que obtivessem vitórias concretas.

Em anos subsequentes, a pauta da Saúde foi mantida de maneira indireta, especificamente pelo viés da discussão acerca das privatizações em curso e dos ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em se tratando das privatizações, o/a entrevistado/a D, que militou no movimento de 2014 a 2019, destaca particularmente o caso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que foi responsável por privatizar os espaços de saúde dentro da universidade. Tendo como alvo principal os hospitais universitários, os mesmos passariam a ser empresas públicas mas de direito privado, o que resultaria na mescla de trabalhadores contratados por tempo determinado, e os contratados via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); além disso, esses hospitais teriam autonomia orçamentária, ferindo assim articulação do ensino, pesquisa, extensão e assistência incluídos na gestão universitária. Ao detalharem sobre esse processo de provatização em seus escritos, os militantes sintetizam:

Propõe-se, também no PL 92/07, a transformação dos Hospitais Universitários em Fundações, o que possibilitaria a eles fazer atendimentos não só pela via pública (SUS), mas também pela via privada (particulares e

convênios), o que traria recursos próprios para o hospital. (...) transformar um espaço que deveria ser predominantemente pedagógico e de pesquisa em mais um espaço de prestação de serviços.

No tocante aos ataques contra o SUS, fica nítido o entendimento da Saúde como um direito social constitucionalmente garantido, direito esse ameaçado por meio das privatizações, pela redução gradativa de investimentos e alteração dos critérios estabelecidos para a gratuidade e universalidade dos atendimentos. E é peculiar a forma do/a entrevistado/a D se referir à Saúde enquanto elemento associado ou à luta social, ou à luta pela Licenciatura Ampliada ou à programas como o *Mais Médicos*⁵. O seu entendimento do conceito de Saúde fica explícito no trecho:

(...) Educação Física ser um instrumento de prevenção no âmbito da saúde, e no desenvolvimento do ser humano como um todo. Se a gente não for olhar pra saúde apenas como doença ou como prevenção de doença, a gente encara ela também enquanto desenvolvimento do ser humano: eu acho que a saúde é totalmente intrínseca à Educação Física independente do ambiente em que ela esteja (...).

A mesma reconhece que talvez devido à fragmentação da formação, de modo geral as tratativas para com esse tema foram secundarizadas.

A aprovação das novas DCNs no ano de 2004 alterou drasticamente as relações que o MEEF estabelecia internamente entre os seus militantes e enquanto representante máximo das demandas estudantis. Por um lado, essa fragmentação pode não ter impactado do ponto de vista do aprendizado sobre Saúde na formação em Bacharelado, já que relato dos participantes indicam que na formação universitária já se tinha escassez de uma formação mais crítica nesse aspecto; porém, e analisando o caso da formação em licenciatura, a redução na compreensão ampla da Educação Física em virtude de um direcionamento pautado no campo de atuação, fez com que esses estudantes tivessem menos contato com o tema da saúde e, por conseguinte, menos interesse em desenvolvê-lo junto ao MEEF. Há de se acrescentar que estes historicamente se fizeram mais presentes no MEEF, tanto enquanto base estudantil, como ocupando cargos de gestão. Desse modo, o debate crítico em saúde parece ter perdido sua

⁵ O Programa Mais Médicos (PMM) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais. Fonte: <<http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>>

consistência entre os estudantes, pois se anteriormente as contradições se davam a partir da disputa política entre aqueles que detinham algum conhecimento sobre o tema, desse momento em diante os estudantes de licenciatura teriam uma razão para se distanciarem -ou não se aproximarem- desse tema: o fato de que a Saúde se faz relativamente distante do contexto escolar.

Cabe acrescentar que da mesma forma que a ExNEEF delimitou suas estratégias de direção para com o MEEF, cada militante individualmente define um tema de seu maior interesse a partir de suas experiências e aspirações. O/a próprio/a entrevistado/a B, informa que em sua opinião o debate sobre saúde era “incipiente” e “pouco aprofundado” quando comparado com outros, afirmações essas que não se sustentam ao se considerar as declarações de militantes do início dos anos 2000 e em períodos anteriores a esse. Entretanto, pode-se afirmar que esse conhecimento era pouco difundido e esse fato possui diversas explicações possíveis, mas é importante ter claro que o fato desses sujeitos possuírem seus interesses específicos (como é o caso desse participante, que declara ter se aproximado mais de debates ligados à conjuntura política) resultou em processos parciais de absorção tanto do movimento real envolto ao tema da Saúde, como dos acúmulos construídos a partir dele. O/a entrevistado/a A salienta de forma oportuna que o movimento optava por temas que pudessem oferecer uma espécie de saldo político: a atração do interesse da maior quantidade possível de estudantes. De acordo com ele/a:

(...) por mais que a gente aprofunde o conhecimento científico também dentro da ExNEEF, acabávamos abarcando aquilo que conseguia mobilizar mais os estudantes. A gente aprofundava naquilo porque era um processo natural de construir uma mobilização para trazer mais estudantes, afinal o movimento estudantil é um espaço muito cíclico; quanto ao tema da Saúde, a gente nunca conseguiu fazer com que fosse um tema fundamental (...).

Mesmo perante uma aproximação e apropriação frágeis dos militantes, por meio dos relatos é possível perceber que os mesmos tinham clareza de alguns conceitos e eram capazes de assimilar alguns pressupostos iniciais do debate crítico sobre o tema Saúde, à exemplo do/a entrevistado/a B, quando diz perceber que “sempre surgia crítica ao Conselho e às concepções do Conselho por se remeterem à toda atividade física como remédio”.

Essas assimilações iniciais parecem ter influenciado a trajetória acadêmica e profissional de alguns militantes, uma vez que relatos indicam iniciativas oriundas dessas aproximações iniciais. O/a entrevistado/a A relata que seu estágio pelo Programa de Educação

pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde), na vigilância sanitária, ocorreu de maneira concomitante à escrita de um texto sobre Saúde a fim de ser inserido no Caderno de Debates da ExNEEF⁶. E essa relação permitiu que o militante estabelecesse outras relações no campo de estágio, como detalha em seu relato: “Aí eu tentava nos relatórios e nas produções trazer esse aspecto da saúde mais pensada de um modo mais marxista, já que eu estava me aprofundando nesse período em algumas coisas (...)” Até mesmo aqueles sujeitos mais distantes do tema em seus períodos de graduação e militância indicam terem realizado importantes intervenções em momentos posteriores. Essa constatação permite indicar que em maior ou menor medida, o MEEF logrou desempenhar um impacto formativo nos sujeitos que com ele tiveram contato, de maneira que isso em si já é um importante papel dos movimentos estudantis. À título de exemplificar, o/a entrevistado/a F revela que:

(...) é um tema que aparece nas minhas aulas, no debate com outros colegas que acabam trazendo o tema muito a partir da pegada da atividade física e saúde, mas que a gente acaba apresentando o ponto de vista do MEEF. Inclusive uso referências, vídeos e textos que o movimento estudantil me apresentou com essa pegada mais ampliada.

Há de se considerar que em períodos anteriores, as reflexões e apropriações teóricas críticas sobre Saúde eram realizadas por um conjunto específico de estudantes, havendo uma delimitação regional citada por alguns dos participantes. Já em momentos posteriores, pode ser percebido que sujeitos de diferentes regiões do país também mantinham um estudo aprofundado e específico sobre esse tema. Nota-se também que os estudantes que se destacavam nesse tema -não tão abarcado pelo conjunto do MEEF- eram convidados tanto para participar em eventos locais, como consultados posteriormente do ponto de vista de suas produções teóricas (entrevistado/a A). O/a entrevistado/a B igualmente indica que no início de sua trajetória profissional na área de saúde, recorreu tanto a referências docentes como a um ex-companheiro de movimento para constituir sua prática profissional. Nesse sentido, o/a entrevistado/a A revela que além dele/a próprio/a, os estudantes Alan Jhon e Marcel Segalla foram indivíduos que buscaram contribuir com o tema de diferentes formas; fato é que havia uma descentralização gradual de São Paulo, no que se refere aos estudantes que se debruçavam sobre o tema da Saúde. E o aparecimento de novas figuras discentes que se destacavam no domínio sobre esse tema, demonstra o quão cabia aos mesmos a busca por

⁶ O referido texto, “A relação entre Esporte e Saúde: primeiras aproximações”, se encontra no Caderno de Debates, v. XV, 2013.

referências teóricas dentro e fora da Educação Física, de maneira que somente suas formações curriculares não eram suficientes para alcançar as aproximações com as atualizações do debate crítico em Saúde no cenário latinoamericano, por exemplo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o período até o final dos anos 2000 foi marcado pelo embate intenso quanto às possibilidades de o debate em saúde realmente poder vir a ser associado às críticas socioeconômicas e as desigualdades como produto delas. Uma vez que os professores e grupos de pesquisa eram muitos influentes sobre o MEEF, foi possível indicar que grupos ligados à saúde e atividade física (concepção ligada à aptidão física) foram influentes não só na formação dos estudantes nos respectivos cursos de graduação, como nos processos de reestruturação dos cursos. Do ponto de vista das diretrizes formativas, esse conjunto específico de professores e pesquisadores também defendiam enfaticamente a regulamentação da profissão, de modo que como resultado se observou a consolidação científica da Educação Física enquanto área da Saúde, a criação do sistema CONFEF/CREFs e o gradual enfraquecimento da defesa de uma formação unificada, a partir dos diversos grupos e entidades da Educação Física. Com o suceder dos fatos, se constata os intrínsecos interesses entre os defensores de uma concepção restrita de saúde e a mercantilização de atividades físicas.

É possível analisar que nos momentos em que houve uma intensa disputa quanto ao objeto central de estudo da Educação Física, os estudantes defendiam que não se poderia concebê-la como uma área do conhecimento limitado à Saúde (ou seja, um componente exclusivo das Ciências Biológicas), pelo fato dessa limitação se comportar como uma herança de um período em que a Educação Física era utilizada de maneira completamente instrumental. Entretanto, essa compreensão não negava Saúde enquanto um recorte passível de ser refletido a partir das mesmas referências críticas que a ExNEEF se embasa para tecer suas análises conjunturais, por exemplo. Levando em conta a proximidade das ciências sociais e humanas e esse arcabouço teórico, estudantes e pesquisadores que se debruçavam sobre o debate crítico em Saúde, buscaram explicar o processo de saúde-doença a partir de conhecimentos que extrapolassem o campo biomédico, com o objetivo de conferir mais consistência aos estudos de um fenômeno social tão complexo como é a Saúde. Entretanto, o consenso entre estudantes e professores variou de acordo com os sujeitos envolvidos, bem como os seus respectivos períodos históricos. O intervalo (1991-2000) foi caracterizado, portanto, pelo desenvolvimento do viés teórico-metodológico e mercadológico na Educação Física, gerando um ambiente favorável para que MEEF se inserisse nas disputas internas que também envolveram o tema da Saúde.

A relação conflituosa que perpassa o tema da saúde dentro do MEEF parece ser um

elemento significativo para que o debate de alguma forma se desenvolvesse. Por mais que associações ideológicas eram constantemente realizadas entre a discussão de saúde, o sistema CREF-CONFEEF e o neoliberalismo, haviam estudantes se articulando e buscando inserir o debate em virtude deste tema estar presente na realidade concreta. O segundo intervalo (2000-2005) foi definido como o período de ascensão, no interior do MEEF, do debate crítico em Saúde devido à insistência regional de alguns estudantes (especialmente por parte de São Paulo) e algumas aberturas institucionais, a consistência da articulação de estudantes de Educação Física com os de outros cursos e o início do Grupo de Trabalho Temático Permanente de Saúde. Assim, mesmo mediante as resistências, a ExNEEF logrou acumular um aprofundamento sobre o tema, mesmo que isso fosse limitado à alguns militantes. Esse aprofundamento se deu pela participação em diversos eventos nacionais e internacionais que trataram sobre Saúde, bem como as contribuições de outras instituições e organizações políticas que contribuíram para que as reflexões pudessem ultrapassar a circunscrição da Educação Física e adquirir características realmente mais amplas e próximas da complexidade social.

O fato de serem poucos os militantes que se debruçaram sobre o tema fez com que a continuidade deste debate para as próximas gestões do movimento ficasse comprometida. Como todo movimento estudantil, o MEEF possui um caráter cíclico, de modo que a partir do ano de 2002 foi que os estudantes mais presentes e interessados no tema iniciam uma trajetória que lhes permitiu acessar este debate de modo mais aprofundado. Pode-se dizer que mesmo havendo alguns registros pela ExNEEF, a presença do tema estava condicionada à extensão do período de graduação desses estudantes, que geralmente coincidia com seus períodos de militância. Entretanto, estes lograram direcionar politicamente a sua formação a tal modo que se tornaram referências neste debate para as futuras gerações do movimento. Até mesmo aqueles estudantes que obtiveram um contato indireto com esse tema e absorveram superficialmente o acúmulo crítico sobre Saúde, puderam não só compreender o tema de uma maneira menos linear e simplista, mas também difundir isso em seus exercícios profissionais ou aprofundar cientificamente em outros momentos. Assim, o MEEF pôde contribuir com esses sujeitos através de conhecimentos que muitas vezes estiveram ausentes de suas respectivas instituições formadoras.

Para a ExNEEF, o terceiro período (2005-atualmente) é definido pelo início do distanciamento com o debate crítico da Saúde, a considerar os debates internos da área, como as influências do sistema CONFEEF/CREF's e da fragmentação da formação a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Educação Física. A Saúde se

insere como um elemento de subsídio da luta social, em um contexto caracterizado por um conjunto de medidas neoliberais que afetam diretamente a vida da classe trabalhadora. Entretanto, seriam de grande valia novas produções teóricas que tivessem como objetivo a verificação da capacidade que essa oscilação política teve no enfraquecimento de importantes políticas públicas e comprometer uma expansão universitária qualitativa; esses dados auxiliariam na definição mais precisa dos impactos sofridos pela ExNEEF no que diz respeito à limitação de suas condições políticas e objetivas de aprofundamento sobre os temas pertinentes ao MEEF, bem como se o distanciamento para com o tema da Saúde contribuiu positiva ou negativamente com a reorganização dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate”. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.76, p. 49-86, 2009.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v.80, p. 71-96, 2010
- BAGRICHEVSKY, Marcos; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana. Saúde Coletiva e Educação Física: aproximando campos, garimpando sentidos. **A Saúde em debate na educação física – volume 2/** organizadores Marcos Bagrichevsky, Alexandre Palma e Adriana Estevão, Marco da Ros. – Blumenau : Nova Letra, 2006.
- BAGRICHEVSKY, Marcos; ESTEVÃO, Adriana. Os sentidos da saúde e a Educação Física: apontamentos preliminares. **Revista Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.65-74, janeiro/junho, 2005
- BERNARDES JÚNIOR, Osmar. *Das Classes às Identidades: o movimento estudantil de esquerda em 68 e 2018*. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, UnB, Brasília, 2018.
- BREILH, Jaime; JÚNIOR, Edgard Matiello; CAPELA, Paulo. A Globalização e a Indústria do Esporte: saúde ou negócio? **Ensaio alternativo latino-americanos de educação física, esportes e saúde /** organizadores Edgard Matiello Júnior, Paulo Capela, Jaime Breilh. Florianópolis : Copiart, 2009.
- CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 18 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
- FURTADO, Roberto Pereira. Novas diretrizes e antigos debates: uma análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Educação Física – Resolução CNE/ CES 06/2018. **Formação profissional e mundo do trabalho [recurso eletrônico]/** organizadores Marta Genú Soares, Pedro Athayde, Larissa Lara. – Natal, RN : EDUFRRN, 2020.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 32, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- GÓIS JÚNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003.
- GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O “novo” higienismo dos anos de 1980 e 90: um pensamento brasileiro sobre educação física e saúde. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*, 15, 2007, Recife, *Anais...: CBCE*, 2007.
- GROPPO, Luiz Antonio. As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967, *In: Otávio Luiz Machado e Michel Zaidan (orgs.), Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*, p. 231-253, Recife, Editora Universitária UFPE, 2007.

- GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; GUERRA, Eliana Costa. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 63-71, jan./jun. 2013.
- LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004
- LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Outubro, São Paulo, v.1, n.3, p. 19-30, 1999.
- LUCAS, Luiz Carlos Gonçalves; LEHER, Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira? **Revista Educação & Sociedade**, n. 77, Dezembro/2001.
- MAIA, Lucas; TELES, Gabriel. Reflexões sobre a organização estudantil. **Revista Enfrentamento**, v.11, n. 19, p.37-61, Jan/jun, 2016.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Juventude e Contemporaneidade**. – (Coleção Educação para Todos) Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, p.284, 2007.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova**, v.89, n. 17, p. 49-66, 1989.
- MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. O Brazil-médico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História das ciências da saúde** – Manguinhos, v. 15, p. 209-19, 2008.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117-149, 2003.
- NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. 2004. 399 f. Tese (doutorado) - Programa de pós graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFF, Niterói, 2004.
- PALMA, Alexandre.; ESTEVÃO, Adriana; BAGRICHEVSKY, Marcos. Considerações teóricas acerca das questões relacionadas à promoção da saúde. **A Saúde em debate na educação física** / Marcos Bagrichevsky, Alexandre Palma e Adriana Estevão (orgs.). Blumenau (SC): Edibes, 2003.
- SOUZA, Diego de. O caráter ontológico da determinação social da saúde. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 174-191, 2020.
- TELES, Gabriel. Movimento estudantil, luta de classes e hegemonia: Uma análise teórica. **Revista Despierta**, Curitiba, v.06, n.06, jan-dez. 2019.
- TITTON, Mauro; TRANZILO, Paulo José Riela; ALVES, Melina Silva. O embate de projetos na definição das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de educação física: contribuições do MEEF para formação de professores. **Revista Motrivivência**, n. 25, p. 79-104, 2005.
- ZIENTARSKI, Clarice; OLIVEIRA, Oséias Santos de; MENEZES, Sueli Menezes. A educação e escola brasileira: dialogando com Freire e Gramsci. **Revista Iberoamericana de Educación / Revista ibero-americana de Educação**, v. 5, n. 53, setembro 2010.

APÊNDICE A - Entrevistado/a A

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Meu período de militância no Movimento Estudantil de Educação Física foi entre 2011 e 2014, mas na ExNEEF, especificamente, fui coordenador regional na gestão 2011-2012 e coordenador nacional na gestão 2012-2013. Então esse foi o meu período de militância enquanto coordenador. Mas dentro do movimento foi de 2011 até eu me formar (início de 2014). Durante esse período, eu me lembro que a pauta mais agitada dentro da executiva foi a pauta de formação em torno da campanha (que talvez tenha começado em 2009) da formação unificada; era um período após a instituição das diretrizes de 2004 (já tem algumas diretrizes mais recentes), então desde esse período a gente vê uma campanha pela revogação das diretrizes e pela instituição da formação unificada. Havia movimentos fortes, por exemplo em Santa Maria onde conseguiram implementar um currículo baseado na proposta de uma licenciatura ampliada, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA) também. Então esse era um mote muito importante porque agregava e se situava no “calor do momento” da discussão. Outra discussão que eu me lembro e que foi bastante discutida foi a questão dos megaeventos, também pelo contexto: a gente estava próximo da Copa do Mundo em 2014, tivemos as Olimpíadas em 2016 e talvez o ENEEF de 2016 foi até no Rio (RJ). Então era algo que a gente já vinha agitando sendo contrários à realização desses megaeventos e apontando os problemas em torno disso, mostrando as contradições em torno da cultura corporal e esse processo mais mercantilizado da cultura corporal. Eu acho que esses foram os principais temas assim debatidos, pois estavam nas mesas e nos encontros. É claro que tinham outros temas que estavam nos espaços menores, mas os que estavam na mesa eram mais esses; além da outra discussão que eu lembro que teve bastante foi a discussão da universidade, porque 2012 foi um período em que tiveram diversas greves nas universidades federais, então foi um período com muitas greves e isso aqueceu bastante as discussões com relação a universidade e ao orçamento destinado à elas. Então acho que esses três temas (principalmente os dois primeiros) foram os que mais foram discutidos no meu período.

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

Era um tema bem carente de aprofundamento, talvez por não mobilizar tanto quanto

esses outros temas, né: querendo ou não, a gente está falando de uma organização política, então por mais que a gente aprofunde o conhecimento científico também dentro da ExNEEF, acabávamos abarcando aquilo que conseguia mobilizar mais os estudantes. A gente aprofundava naquilo porque era um processo natural de construir uma mobilização para trazer mais estudantes, afinal o movimento estudantil é um espaço muito cíclico; quanto ao tema da Saúde, a gente nunca conseguiu fazer com que fosse um tema fundamental. Então as discussões da saúde sempre estavam em Grupos de Trabalhos (GT's), ou seja, em discussões menores, se fazendo presente em todos os nossos espaços (planejamentos nacionais, Conselhos Regionais e Nacionais de entidades de Educação Física (COREEF's e CONEEF's) e nos ENEEF's e EREEF's) mas estava mais à margem, ou seja, existia a discussão mais dentro dos GT's. Até era uma discussão que talvez muita gente tivesse interesse, porque muita gente que participa do ENEEF e dos EREEF's não participa pela discussão política e tem afinidade ainda com a discussão da saúde, com a discussão de aspectos fisiológicos, biológicos da Educação Física (área mais fitness) que talvez tivessem interesse nesses GTs da saúde, porque eu lembro que os GTs da saúde ficavam bem cheios.

Mas a gente não tinha um aprofundamento nos espaços e um aprofundamento enquanto Executiva. Eu lembro que no texto que eu fiz com o camarada Luizinho (que é daqui da Bahia e que também é professor atualmente) a gente colocou até como “Primeiras Aproximações” porque a gente não tinha um aprofundamento tão grande assim no debate. E eu considero que eu ainda não tenho, porque por mais que eu tenha discutido isso no mestrado e eu tenha uma compreensão muito melhor do que nessa época, eu ainda não tenho um aprofundamento. E eu lembro que antes desse texto nosso, havia um outro texto do Marcel Segalha (vulgo “Osama”, que era o camarada lá da USP); acho que ele escreveu um texto na época de gestão dele também sobre Saúde.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

A gente teve sempre a preocupação de fazer esses debates a partir da saúde coletiva, então o debate da saúde ele sempre tinha esse aspecto político -que está presente na saúde coletiva e considerando uma perspectiva marxista pra saúde, né? Tem um pessoal da epidemiologia crítica, tem uma galera aqui da América Latina que faz uma discussão em torno disso também, então nossa preocupação era sempre de fazer um debate sobre Saúde mais crítico, para além daquilo que é colocado dentro dos nossos cursos. O que a gente vê nos nossos cursos é essa relação de que a Educação Física funciona pela causa e o efeito, né? Me lembro de apresentações de monografia aqui no curso de Educação Física da Universidade

Estadual de Feira de Santana (UEFES) que o pessoal analisava, por exemplo, policiais e diziam que estavam estafados, estavam cansados e a solução era fazer atividade física para melhorar a condição dele. Não havia nenhuma problematização com relação a rotina de trabalho, o ritmo de trabalho e as condições de trabalho né. Então nossa preocupação é sempre trazer uma análise mais crítica com relação a saúde, fugindo desse desse senso comum de que Educação Física é remédio: você realizando Educação Física você teria saúde, como sendo essa relação direta de causa e efeito.

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

Enquanto ExNEEF, eu acho que isso será um tanto quanto precário, porque essa apropriação se dava por parte de alguns militantes, no caso do Marcell e do Alan John (eu acho que eles ainda mais do que eu e o Luizinho, já que a gente fez um ensaio, “primeiras aproximações”, então não tínhamos um aprofundamento que eu acredito que esses camaradas na época já tinham). Não era uma apropriação coletiva da ExNEEF como, por exemplo, ela já tinha em relação ao debate de megaeventos, em relação ao debate de formação (que a gente inclusive fez cartilha). Havia uma cartilha sobre formação de professores, sobre formação unificada, tinha uma cartilha sobre megaeventos então a produção desses materiais já demonstrava um aprofundamento e uma apropriação coletiva desses debates. O debate da saúde era mais um debate que alguns militantes individualmente tinham aprofundamento, mas coletivamente a gente não tinha.

5. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confed /Cref's

Não, não havia, porque indiretamente quando a gente faz um debate a partir da saúde coletiva, a partir da epidemiologia crítica e da determinação social do processo de saúde e doença, a gente acaba atingindo a perspectiva do CONFED, mas não tinha um direcionamento, né? A gente não analisava e elaborava: “somos contrários à essa concepção do CONFED”. A gente era contrário a existência do CONFED e era essa a nossa bandeira, éramos contra a regulamentação da profissão mas não existia uma discussão em torno da concepção de saúde dele.

6. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que ?

Não, consistente não, porque a gente não fez nenhum debate mais aprofundado sobre o tema, já que eram sempre discussões mais dentro do GTs, ou seja, eram mais restritas então não houve um debate amplo com movimento eu acho que não houve identificou faltando. Acho que a coisa mais aprofundada que a gente fez nesse período foi a construção do texto, ele foi como um pontapé naquele período para trazer o debate da saúde de forma mais ampla. Para que politicamente não era uma discussão que MEEF mobilizava os estudantes, que mobilizava todas as escolas do movimento naquele período. Estavam mais “pegando fogo” a questão dos megaeventos e a questão da formação. Era recente a instituição das diretrizes, os megaeventos estavam batendo na porta e a questão das greves nas universidades. Então era algo que dentro do movimento estudantil era mais urgente, embora, como eu já mencionei, talvez muitas pessoas tivessem interesse nesse debate da saúde mas não conseguiam encontrar espaço pra aprofundar, ou seja, para levar esse debate da saúde mais para frente. Pode-se dizer que a gente também não se esforçou para fazer isso. Eu acho que o esforço inicial foi no texto, porque a gente reconhecia que tínhamos um déficit nessa discussão (todo mundo reconhecia isso: o debate da saúde não era o forte dos militantes da ExNEEF) e a gente tentou trazer isso inicialmente com o texto, mas a gente não conseguia fazer isso ir pra uma mesa de discussão em um encontro, por exemplo. Não conseguia fazer isso virar uma cartilha ou um seminário, porque eu acho que outros debates tinham mais relevância naquele período do que o debate da saúde.

7. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Rapaz, eu não lembro, acho que dentro do MEEF só foram as discussões nos GT's mesmo. Eu não lembro se aqui no diretório acadêmico a gente conseguiu fazer alguma mesa. Eu acho que sim, acho que teve uma mesa que a gente trouxe o debate da saúde como diretório acadêmico: a gente organizou o encontro regional em 2011, o encontro nacional em 2012, e em 2013 a gente fez uma semana de estudantes aqui pra UEFES mesmo, salvo engano. Mas a gente fez uma discussão provavelmente a partir de um formato de mesa (já que o Alan John estava presente), muito por conta da nossa preocupação por conta das críticas dos estudantes: eles não tinham a compreensão da necessidade de se discutir politicamente alguns pontos, então eles criticavam muitas vezes a gente do DA (a gente do MEEF) por estamos discutindo muita “política”. Aquela discussão bem rasa, bem senso comum sobre o que é a discussão política ou sobre o que é o movimento estudantil. Eles queriam uma discussão mais

científica (como se a nossa discussão não fosse científica) pensando para o lado da fisiologia, da anatomia e da fisiologia do exercício. Tinham muitas pessoas que faziam essa crítica, então eu lembro que nessa semana de Educação Física que o DA organizou, a gente teve a preocupação de fazer um GT sobre fisiologia do exercício e sobre musculação, de forma que trouxemos um camarada que era mais próximo do DA e que tinha uma compreensão muito boa sobre isso, bem como a mesa que, se eu não me engano, o Alan John participou pra debater saúde. Essa era uma preocupação nossa: tentar inserir essas discussões pra que o pessoal também se sentisse inserido, fazendo parte do processo já que eles avaliavam e tinham essa crítica (que eu achava equivocada) mas que em algum ponto tinha uma certa razão, já que a gente não discutia certas coisas, mas eles não compreendiam a importância política das nossas discussões.

8. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

Sim, inclusive o fato de eu escrever o texto sobre saúde aconteceu num período que eu estava tentando me aproximar do tema porque eu era estagiário do Programa de Educação pelo Trabalho na saúde (PET Saúde) na vigilância sanitária, e dentro do PET havia aquela discussão bem acrítica em relação à saúde, né? Aí eu tentava nos relatórios e nas produções trazer esse aspecto da saúde mais pensada de um modo mais marxista, já que eu estava me aprofundando nesse período em algumas coisas: eu estava lendo o texto da Asa Cristina Laurell, do pessoal da educação física que faz esse debate (não vou lembrar o nome de todos aqui) e a monografia do Alan John. Então acho que isso me permitiu me aprofundar naquele texto, e o texto por sua vez me permitiu também trazer contribuições no Mestrado; embora eu tenha tido muita dificuldade, porque não era um tema em que eu tinha tanto aprofundamento, então durante o mestrado eu me senti bem inseguro na discussão, mas eu acho que eu consegui trazer alguns pontos. Eu fiquei mais em torno da discussão sobre o conceito de saúde presente nos currículos, ou seja, qual era o conceito que eles apresentavam: se era mais ligado à saúde coletiva (determinação social do processo saúde-doença) ou se era um conceito que entendia a Educação Física enquanto remédio (numa relação de causa e efeito). Aí eu acho que contribuí sim; eu acho que poderia ter contribuído mais, já que a gente não aprofundava nessa discussão no MEEF, mas foi positivo.

APÊNDICE B - Entrevistado/a B

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Eu entrei na graduação no começo de 2002, por volta do 2º semestre que eu comecei a participar de algumas atividades do Centro Acadêmico, dentre elas o planejamento estratégico da ExNEEF, que foi em Brasília, logo de depois do ENEEF de Belém. Parte do do pessoal do CA da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapida de Goiás (ESEFFGO) fazia parte da regional 5 e a gente foi para participar; enfim, foi quando eu comecei a participar dos fóruns da Executiva, depois COREEF's, CONEEF's e em 2003 a gente teve um EREEF que foi na ESEFFGO, inclusive o professor Roberto era do CA e foi um dos organizadores do evento. O professor Marcelo também, que hoje é professor da FEFD, e depois desse EREEF houve o ENEEF de 2003 (em Curitiba) e a partir desse evento eu entrei na regional. Fiquei durante o ano de 2003 na regional da Executiva, em 2004 eu entrei em um dos cargos da coordenação nacional, em 2005 continuei na coordenação da Executiva e saí depois do ENEEF de Goiânia em 2006, que salvo engano ocorreu em Julho. Eu já tinha saído do CA um pouco antes, então esse foi o período. Sobre as pautas, pelo que me lembro a discussão de formação (licenciatura ampliada) sempre foi muito forte por parte da Executiva, principalmente mediante o diálogo com o grupo Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL), organizado pela professora Celi e situado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que conferia um peso ainda maior à essa discussão.

Aliado a isso, em 2004 ocorreu uma ocupação histórica do Conselho Nacional de Educação (CNE), até saiu nos jornais e foi interessante pois ajudou a movimentar essa luta; inclusive na tese de doutorado do prof. Paulo Ventura ele cita, como um dos movimentos por novos modelos de diretrizes, a própria atuação do MEEF, e é importante isso. Outra pauta sobre a regulamentação da profissão, ou seja, a luta política contra o sistema CONFEEF/CREEF's, além de uma proximidade muito grande com o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), embora tenha existido momentos de tensão também. E me parece que tinha muito a ver com os partidos políticos inseridos nesse coletivos. Atualmente, muitos desses sujeitos são professores em Institutos Federais, universidades ou nas redes municipais e estaduais, mas muitos deles filiados ao Partido dos Trabalhadores, no Trabalho e outros foram para o Partido Socialista e Liberdade (PSOL), eu mesmo estou no PSOL. Então sempre teve isso muito forte, então ao mesmo

tempo que havia um tensionamento, havia muita coisa que a Executiva tocava junto com o MNCR. Mas basicamente era isso, esses temas e os debates de conjuntura, mais políticos do movimento, principalmente o que mais pegou na minha época foi a natureza do governo Lula, se os movimentos sociais deveriam compor parte do governo, se deveriam aderir ou participar em determinadas políticas; também a reorganização do movimento estudantil, que passava pela discussão da União Nacional dos Estudante, rompimento com a UNE ou não rompimento, construção de alternativas: isso era uma pauta que pegou muito, principalmente de 2004 pra frente.

Depois não acompanhei; enfim, acho que eram as pautas que eu me lembro aqui que mais surgiram. Até teve uma discussão durante tempo que eu lembro sobre política pública de esporte, já quase no período que eu estava deixando o movimento (2005-2006) e houve uma discussão do esporte e políticas públicas de esporte (as conferências nacionais do esporte). A polêmica era se a Executiva tinha que participar ou não dessas conferências; enfim, lembro que a gente participou se não me engano como ouvinte (ou como observador), apenas lembro que a executiva não subscreveu os documentos. Inclusive eu fiz uma defesa que tínhamos que ir por conta da pauta Esportes; eu falava: “Olha, são inéditos na história do país esse evento e o próprio ministério do esporte, como o ministério exclusivo”. Esse cenário tem a ver com a militância de parte do pessoal do campo da Educação Física junto ao Partido dos Trabalhadores (PT), na época eles tinham muito forte um setorial de esporte e lazer. A ExNEEF até participou, mas foi um debate mais pontual, porque em via de regra o que mais perpassava os debates, de forma específica no campo da Educação Física, eram as diretrizes e regulamentação da profissão, era o que mais se debatia.

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

Em 2003 eu participei de um CONEF na USP e foi antes do ENEEF de Curitiba. Só que me parece que a partir do ENEEF de Belém (2002), o pessoal de São Paulo que durante muito tempo tinha ficado distante da Executiva se reaproximou, e foi nesse momento que o Heitor mesmo teve contato com a Executiva e passou a contribuir com os fóruns e militar dentro da EXNEF. Nesse CONEF da USP (2003), o pessoal principalmente de São Paulo (os meninos da USP, o Heitor, o Breno e um pessoal do CA da USP de forma geral) puxava esse debate sobre saúde: sobre a perspectiva da saúde coletiva na perspectiva crítica, as perspectivas essas contrárias a essa noção da saúde sob uma concepção restrita. Mas era um debate que durante um bom tempo (até pelo menos 2004) eu via que não tinha muita ressonância: o pessoal colocava na pauta se não me engano já em 2004 (é importante recorrer

aos documentos se já teve GTT de saúde), mas depois com o passar do tempo o pessoal já colocava nos GTT's o tema da Saúde.

O tema da saúde foi um tema que perpassou uma discussão que envolvia uma iniciativa do governo Lula (2003 para 2004), que era uma tentativa do Ministério da Saúde de se aproximar das executivas de curso. Então o governo na época criou o VER-SUS (estágio de vivências e reflexões na realidade do SUS) e teve toda uma procura de alguma das executivas de curso da área da saúde pra participar desse estágio. Contudo, a ExNEEF não participou na época, eu lembro que a discussão aconteceu, o indicativo foi de que a Executiva não participasse e o principal argumento que eu me recordo é que havia uma preocupação da Executiva em legitimar a iniciativa do Ministério da Saúde, ou de ser cooptada pelo governo. Essa discussão vem inclusive desde o ENEEF de Curitiba (2003): a participação em determinadas atividades que envolvesse o governo remeteriam a certa cooptação da Executiva pelo governo. Enfim, então foi um debate que sempre me pareceu mais periférico, me parece que não deixou de aparecer nos encontros, nos fóruns também da entidade, mas era um debate muito regionalizado ali no pessoal da USP, e não sei se se isso tinha a ver com (e de fato isso é elemento pra pesquisa) a correlação de forças políticas do movimento (por ser o pessoal da USP, o pessoal da regional São Paulo que estava propondo), mas me pareceu sempre o debate mais periférico.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

Do ponto de vista teórico e das perspectivas, o pessoal sempre trouxe o debate no viés da saúde coletiva, na crítica à Saúde enquanto concepção restrita de ausência de doença. Em um primeiro momento, o pessoal trazia o debate muito próximo de alguns professores vinculados ao GTT de saúde do CBCE. Então lembro do Heitor, dos professores Yara de Carvalho e Alexandre Palma, e alguns autores mais críticos ou progressistas, pelo menos dentro do campo da Educação Física, que dialogavam com o movimento. O professor Edgard Mattiello da UFSC é alguém que eu acho que transitou muito nos encontros, nessa discussão de saúde: são os três que eu vou lembrar que tinham mais diálogo com o movimento. Então parte muito disso, boa parte da discussão partia do que o pessoal da USP trazia, e aqui é interessante: eles tinham enquanto CA e enquanto discussão de saúde, um diálogo já com outras executivas de saúde e com outros cursos na área saúde, embora a Executiva não participasse. Então nessa época eles tinham um diálogo muito bom com o pessoal da executiva de medicina, com o pessoal da executiva de odontologia, pessoal da executiva de enfermagem, o pessoal de serviço social também durante um tempo tinha um debate

interessante ali com a EXNEEF.

Mas a EXNEEF não chegou a participar desses fóruns do governo na realidade eu lembro de um pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que chegou a participar do VER-SUS, alguns foram pro ENEEF de Brasília em 2004 e já estavam em Brasília participando desses fóruns aí do VER-SUS, e acabaram se aproximando um pouco do MEEF. Inclusive, a geração seguinte, depois que veio Chim, Alemão, pessoal da UFRGS, foi o pessoal que sucedeu inclusive o Leon que era um menino que lá da UFRGS que tocava o CA, uma das referências lá do CA deles e que inclusive participou do VER-SUS e assim que ele se aproximou do movimento estudantil. Depois que veio um pessoal que se aproximou mais do MEEF, passou a participar dos fóruns e construir o movimento, mas foram essas influências que eu me recordo aqui.

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

Me parece que era um debate crítico, mas um debate bem menos aprofundado que as discussões que a Executiva tinha referentes às diretrizes ou regulamentação, né? Era um debate muito incipiente, e não sei se pelo fato de na época ser um debate que não era tão encampado quanto os demais (aí a produção e as reflexões acabarem ficando limitadas a um setor do movimento, quase sempre era o pessoal da USP, depois de um tempo que veio o pessoal da UFSC que passou a contribuir muito mais do ponto de vista de contribuição docente); mas é isso, me parece que era um debate crítico, mas não tão aprofundado quanto as reflexões que a gente tinha sobre diretrizes, regulamentação e conjuntura. Eu mesmo não me recordo de texto, cartilhas ou qualquer coisa assim que a executiva chegou produzir, tal qual a gente já tinha feito referente a regulamentação por exemplo. Então eu não lembro de materiais assim que a Executiva construiu.

5. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confef/Cref's ?

Eu recordo que tinha um enfrentamento muito grande por conta da pauta da regulamentação e de forma indireta sempre surgia crítica ao Conselho e às concepções do conselho por se remeterem a toda atividade física como remédio. Teve um período que o Heitor mesmo trazia muito a discussão e críticas sobre o programa “Agita São Paulo”; enfim, é muito nessa perspectiva, mas me parece que era uma crítica mais pontual: a crítica ao sistema CONFEF/CREF's era muito mais pelo viés da regulamentação, do que pela

concepção em si de saúde deles, ou de Educação Física mesmo, embora isso acabasse surgindo no debate. O pessoal fazia muito mais aquela discussão sobre a diferença de regulamentação da profissão e regulamentação do trabalho, era muito mais esse debate que surgia do que o debate sobre as concepções em si, do Conselho.

6. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que?

Debate existiu, mas a avalio que foi um debate desenvolvido de forma periférica: outros sujeitos podem ter outra perspectiva. Me parece que era um debate consistente do ponto de vista teórico, um debate crítico, mas um debate que não era central, não era central dentro da Executiva, pelo menos não nesse período que eu acompanhei de 2003 até Julho de 2006); e quanto ao porquê, eu avalio que o movimento tinha outras prioridades: não sei até que ponto conscientemente o movimento construiu essas prioridades de forma clara ou até que ponto a conjuntura que pressionou pra essas questões, mas me parece que de fato não foi um debate central porque existiam outras prioridades. O debate da Formação e das Diretrizes - antes de eu entrar na graduação em 2001/2000, havia a professora Renata Linhares, que é uma professora que está na UEG (ESEFEGO) hoje e que foi militante do CA da FEF e do MEEF, que acompanhou muitos debates sobre formação- já era um debate muito forte dentro da ExNEEF. Além disso, o enfrentamento com o sistema CONFEF/CREF's tinha dois braços: o braço da regulamentação do trabalho frente à regulamentação da profissão (a ingerência que eles têm na atividade produtiva dos trabalhadores da área), mas era também um embate pelo viés da formação, já que eles têm uma atuação forte junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), junto aos formuladores das políticas.

Então acaba que isso tomava boa parte da pauta do movimento, talvez esse seja o motivo; além do mais, talvez a conjuntura naquele momento não permitiu tanto esse debate. Não sei também até que ponto (qual momento histórico) o campo da saúde coletiva dentro da Educação Física atravessava nesse momento, visto que as vezes o campo da saúde coletiva não tinha tanto peso dentro da área da Educação Física, então era muito difícil o movimento estudantil, isoladamente, dar conta. Talvez a conjuntura do SUS fosse outra: talvez não chamasse tanta atenção assim do movimento, pois já em 2015 (segundo mandato do governo Dilma mais ou menos) uma série de discussões que ainda em 2013 revelavam medidas do governo Dilma que vinham precarizando pelo menos o campo da saúde mental. Então já tem um tempo que o SUS vem sendo atacado e passando por restrições, então isso talvez tenha influenciado na época que eu acompanhei a Executiva: é isso, eu acho que não era prioridade,

existia, mas não enquanto prioridade, na minha avaliação.

7. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Eu lembro muito de haver GTT's: tinha GTT de regulamentação, GTT de diretrizes, GTT de esporte. Eu lembro que era uns 9/10 GTT's que o pessoal organizava, e me parece que de 2004 pra frente o GTT de Saúde sempre aparecia. Me lembro muito desse tema presente nos GTT's, mas mesa eu não vou lembrar: pelo menos nos EREEF's que eu participei aqui na regional 5 e nos ENEEF's que eu fui, não houveram; talvez alguns EREEF's Brasil afora você consiga encontrar algo além dos GTT's, mas eu de cabeça me lembro somente dos GTT's.

8. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

Bom, na trajetória profissional a presença do tema da saúde partiu inicialmente de uma necessidade de trabalho e posteriormente do ponto de vista de assumir (e aqui tem muito a ver com a posição política de procurar dentro do campo da saúde, especificamente no campo da saúde mental) o viés mais crítico; então é essa a aproximação que eu tenho com o campo da saúde hoje, do ponto de vista profissional. Principalmente do ponto de vista da saúde mental e do tema da drogadição, pois me parece que é um tema dentro da saúde mental que ainda requer tanto mais reflexões, quanto lutas, enquanto Sistema Único de Saúde. (...). E do ponto de vista da contribuição do MEEF pra isso, teve uma contribuição grande do ponto de vista de buscar referência depois: embora não fosse um tema que eu tivesse tido muito contato durante a graduação e durante o movimento, serviu muito de referência. Me lembro até hoje, pouco tempo depois que eu entrei no campo da saúde mental, de procurar o Heitor e outras referências que o movimento trazia: a discussão do Alexandre Palma, da Yara, enfim, tiveram uma contribuição muito grande nesse sentido.

Do ponto de vista político, a aproximação do movimento com viés progressista no mínimo, que é do campo da saúde coletiva. Então acho que foi isso: foi a grande contribuição, do ponto de vista da formação crítica (do ponto de vista teórico de bagagem, nem tanto), do ponto de vista da procura pelas referências. No caso, por exemplo, o Heitor já fazia esse debate tanto na graduação quanto no movimento, e virou trabalhador da saúde. Meu debate é muito mais do ponto de vista da conjuntura, sempre fui vinculado a partido, (...), os debates

que eu participava sempre foram mais do ponto de vista do movimento, as disputas dentro do movimento dentro dessa discussão de conjuntura. Depois que eu fui adentrar o campo da saúde diretamente como trabalhador mesmo, inclusive tive que percorrer uma trajetória maior porque parte dos debates críticos eu não tinha o domínio. Tive contato com trabalhadores na prefeitura de Goiânia que trabalhavam na saúde mental e que formaram na FEF e participaram em um ou outro momento de fóruns do movimento: acho que pelo menos em EREEF's e me lembro que participaram do CA da FEF. (...).

APÊNCIDE C – Entrevistado/a C

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Bom, eu tive duas épocas de militância no movimento estudantil, na verdade eu comecei a faculdade em São Paulo (...). O que eu posso dizer daquela instituição, que era privada, é que era a “casa” de um dos “bambambãs” da Educação Física: Victor Keinner Rodrigues Matsudo, o “pai” do CELAFICS e do “Mexa-se” (em São Paulo). Então ele quase foi meu professor, já que ele era docente da universidade mas ele não dava aula (ele “emprestava o nome” para a instituição para que ela “arrotasse” que tinha um professor da qualidade do Vitor. Havia uma militância inicialmente muito local, ou seja, na própria instituição: como era uma instituição privada (muito filho de trabalhador por lá eu estava entre eles), teve uma época que começou (Fernando Collor era presidente, eleito em fins de 1989) uma militância brava dentro da instituição e envolvendo todas as faculdades por conta dos constantes aumentos do curso e tal e estava com a pegar pesado eh pra muitos alunos, isso já no ano de 1992. A gente passou esse ano mobilizando os estudantes, interrompemos os pagamentos de mensalidades de boa parte dos alunos, né? E quando chegou perto do final do ano, a coisa começou a apertar e a galera começou a recuar, todo mundo começou a pagar a faculdade, porém eu, uma aluna de psicologia e uma aluna de fisioterapia fomos os únicos que não recuamos, né? Então fomos convidados a não nos matricularmos mais na universidade (essa é uma forma geral da gente ser expulso da faculdade). O nome ficou sujo então eu não conseguia vaga em nenhuma outra instituição em São Paulo porque tinha muita proximidade: eu achava que não daria fazer nenhum caminho para as públicas, tentar uma vaga na UNICAMP, na USP, sei lá. Meus pais já eram separados, meu pai morava em Pernambuco e conseguiu uma vaga na estadual de Pernambuco (Universidade de Pernambuco- UPE). Foi a segunda etapa da minha militância estudantil lá em Pernambuco, aí sim numa relação mais orgânica: ou seja, não era uma militância apenas local, a gente impôs o Centro Acadêmico (CA), a gente organizou Encontros Regionais de Educação Física (EREEF's) na nossa região, ajudamos na organização dos Encontros Nacionais de Estudantes de Educação Física (ENEEL's) e, como estudante, eu participei do ENEEL de Goiânia em 1993, em João Pessoa 1994 e em Uberlândia 1995. Depois ainda passei nos ENEEL's de 1996 (em Cuiabá), e em 1997 (Belém). Acho que foram esses dois ENEEL's que eu já fui como professor, o pessoal me convidava, eu tinha condições de ir eu fui; depois em Recife (em 1999), eu ainda acompanhei um pouquinho mas já na condição do professor. Mas eu militei no MEEF mais

organicamente mesmo não fazendo parte da executiva, já que a gente participava dos conselhos de base que a Executiva chamava entre 1993 e 1995. Sobre os temas, a gente ainda estava vivendo tempos de transição Fernando Collor para o Itamar, e depois do Itamar já houve a entrada do Plano Real com Fernando Henrique Cardoso. Nós tínhamos o debate da formação de professores, e ainda caminhávamos naquela discussão de “Educação Física pra quê? E para quem?” Em 1995, particularmente, nós tivemos o Projeto de Lei (PL 330/1995) responsável pela regulamentação da Educação Física e na medida que ele começou a circular, a gente começou a fazer um debate em torno da regulamentação da Educação Física naquele ano. Me lembro que nos CONEEF’s que a gente fazia durante o encontro (que iam até tarde da noite), nós tínhamos um debate intenso sobre isso. Tinha um camarada do Rio Grande do Sul (Pelotas) que é um defensor árduo do CONFED, que se chama Carlos Alexandre, que já naquela época fazia uma defesa forte do Conselho Federal de Educação Física e uma crítica aos docentes aparentemente de esquerda, né? Mas me lembro disso: tinha o debate da formação naquela época e tinha inclusive como pano de fundo a questão da saúde e da educação; eu lembro que isso era uma corrente presente nos debates da formação de educação física, e mais adiante a gente entrou um pouco no debate sobre a regulamentação (mas acho que já foi nos ENEEF’s nos quais eu não era mais estudante, já era professor). (...).

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

(...) entre 1993 e 1994, começou aquele programa “Malhação” da Tv Globo, e esse programa se chamava Malhação porque ele falava do dia a dia de uma academia de ginástica; (...) e muitos estudantes achavam que o programa era bom, porque valorizava a nossa área e a gente já se incomodava com aquilo e dizia: “valoriza mais ou menos, porque no final das contas, naquele programa a ênfase que era dada à nossa área, era da saúde”. E a gente entendia que a nossa atuação ia para além da saúde: não tínhamos ainda, por exemplo, o debate da da caracterização do nosso ato profissional, né? Hoje a gente entende que a atuação do professor ou profissional de Educação Física se caracteriza pelo ato pedagógico, então na escola ou fora dela a gente é professor, Mas isso estava ainda tão elaborado como se tem hoje, né? Mas a gente tinha essa relação de que o campo da educação era um campo que, por exemplo, o programa Malhação não destacava, né? Quando muito, era uma relação do papel do professor de Educação Física na academia muito moralista, muito enaltecendo de atividade física: “a pessoa saudável sempre será uma pessoa de bem com a vida” e por aí vai. A gente

problematizava isso naquela época, então eu lembro dessa primeira singularidade. O período foi marcado pelo início de “Malhação” e para muitos estudantes, era como: “agora nós temos uma programa na TV todos os dias que fale bem da nossa área” e era então se isso nos angustiava. Era muito interessante, porque a gente aparecia meio que como os caras “loucos”, do tipo: “como assim os caras acham que “Malhação” não ajuda a nossa área? É claro que ajuda.” A gente também não tinha tanta coisa acumulada assim, mas a gente já tinha essa crítica. Isso caracterizava uma Educação Física que naquele momento era marcada literalmente por essa dicotomia: Educação, ou Ciências Humanas, contra a Saúde, ou Ciências Biológicas. Era um campo de disputa acerca de que “quem é que vai vencer”, e esse debate (obviamente acho que hoje está mais mais claro) fez com que na atualidade entendamos que verdade não é uma negando a outra: é somente a caracterização da identidade profissional do professor (ou profissional, como quer o CONFEF) que se caracteriza pelo ato pedagógico, sendo professor na escola ou fora dela. Inclusive, (...) a gente defendia muito a educação pública e focava que ali era o espaço do trabalho do professor de educação física, e o professor que ia pra academia (ou para outros espaços não escolares) eram os alienados . Mas é interessante que no MEEF havia uma galera que pesquisava no campo da saúde e que era muito boa e estava presente na militância estudantil. Por exemplo, vou lembrar de um camarada da época que chama Sérgio Cahú (de Pernambuco), que inclusive foi para o mestrado em educação e debateu o campo da saúde. Acho um dos primeiros lá em Pernambuco que fez um pouco esse chamamento.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

A gente estava muito marcado pelo Coletivo de Autores que foi lançado em 1992. Então veja: minha militância foi entre 1993 e 1995, então era a grande novidade pra gente, como uma referência de uma proposta de Educação Física à esquerda, revolucionária, crítica, etc. Nos ENEEFs que a gente organizava a gente tinha, por exemplo, a presença da professora Celi; e a gente tinha a presença do Lino Castellani, de figuras como Hajime, como Marcelo Guina, dentre outros. No ENEEF de Cuiabá (eu já fui como convidado), que a gente teve uma primeira mesa entre a profa. Celi e Jorge Steinhilber; até ali, a gente tinha muito cuidado de trabalhar com perspectiva de chamar pessoas “contra” para as mesas, já que elas poderiam convencer a estudantada, então a gente meio que estava amadurecendo um pouco isso. Mas até então, as influências que a gente tinha eram muito orientadas pelo então lançamento do Coletivo de Autores, foi uma coisa que fez parte da nossa da nossa formação. O lançamento do livro foi em 1992, em 1993 foi quando eu me transferi para Recife e a gente queria escutar

a Michele Ortega, a profa. Celi, e a profa. Elizabeth Varjal, que eram as que estavam próximos da gente, Celi e Michele principalmente, ambas na Universidade Federal de Pernambuco). Tanto que eu e alguns colegas da UPE meio que saltávamos para a UFPE para justamente tentar acompanhar os trabalhos que Celi desenvolvia por lá. Na estadual, a gente até tinha alguns professores que ainda estavam se aproximando da Metodologia de Ensino de Educação Física, mas não necessariamente eram ávidos defensores.

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

Os debates nos encontros (tanto estaduais, quanto os regionais) tinham muita proposição de um debate crítico, né? A gente tinha, por exemplo, os espaços de apresentação de trabalho, e víamos lá colegas nossos de convivência apresentando trabalhos na perspectiva do campo da saúde e aptidão física e a gente tentava problematizar, então ali era os espaços; mas quando íamos para as mesas propriamente ditas, o debate da saúde era colocado um pouco em cheque. E na perspectiva de aprender uma proposição de contraponto à hegemonia da saúde no campo da Educação Física (naquela época era grande, e ainda hoje) e abrir um embate com a saúde naquele momento, a gente via a formação no campo da saúde como uma formação que tinha um “ar” de alienação, vamos assim dizer assim; aquela coisa da pesquisa positivista, da oratória, do ensinar a fazer e da técnica, ou seja, sem a problematização, sem a reflexão crítica. Por exemplo, o que é essa técnica, esse alto rendimento e essa saúde em um mundo que produz pobreza, num mundo capitalista em que a o custo de vida é alto, e que essas coisas não chegam na periferia, né? Então a gente colocava o debate da saúde em cheque por conta dele não dar respostas aos problemas sociais tangentes naquela época, inclusive (no Brasil e no mundo). Lembremos que a gente estava nos anos 1990, no avanço internacional muito grande do neoliberalismo. Dentro da corrente hegemônica mundo afora, você tinha pouquíssimas referências progressistas naquele período. Havia Cuba na resistência, a Coreia do Norte e alguém falava que a China era comunista, mas comunista só no Partido Comunista (...). Então o mundo estava sendo orientado pelo neoliberalismo, com a propaganda da globalização; só no finalzinho dos anos 1990 e início dos anos 2000 que o projeto neoliberal entrou em choque e colocado na parede, do tipo “Olha aí, vocês estão só produzindo miséria”. Naquela época, o debate da saúde aparecia como uma bandeira do neoliberalismo para a gente; não que ele fosse, mas pra gente era como se essa defesa da saúde deixasse de lado o debate da crítica da relação social que nós temos no país e no mundo hoje, né? A gente queria trazer esse debate e víamos que a Saúde (os defensores do debate da

saúde) não levantava essa bandeira de debater um pouco as questões sociais. (...).

5. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confef/Cref's ?

(...) em 1996 que começou, a partir de Cuiabá, começou nos ENEEF's a se colocar essa problemática; eu lembro que o Lino Castellani tinha publicado no boletim do CBCE (Colégio Brasileira de Ciências do Esporte) algo parecido com “As 10 teses sobre a falácia da regulamentação em Educação Física”, e esse foi um texto que a gente teve que trabalhar um bocado com ele para poder falar sobre a questão da regulamentação. Foi no ENEEF de Cuiabá (ou no ENEEF de Belém, não estou lembrado ao certo) que o Jorge Steinhilber e a profa. Celi fizeram uma mesa literalmente pra dizer: “olha, essa é a defesa da regulamentação, e essa a crítica sobre essa regulamentação.” Desde aquela primeira vista (do debate com o Jorge, até debates outros que também acompanhei dele), a gente sempre notava que a superficialidade da defesa da regulamentação já estava posta naquela época. Por exemplo, o ele lançou um livro em 1996, “ O profissional de Educação Física existe ?” (há obras que por mais que a gente lamente o seu conteúdo, a gente tem que ter), e uma das teses que ele defendia naquela época era a de que a área era ocupada por leigos e, portanto, nós tínhamos que regulamentar a Educação Física para que os leigos parassem de atuar na área. Dentro do Congresso Nacional quando passou pela Comissão de Constituição e Justiça, (...) a proposta era a de que quando aprovasse a lei, quem trabalhasse com qualquer coisa de Educação Física que não tivesse formação seria proibido trabalhar; só que isso era anticonstitucional, porque a atuava na área tinha o direito de continuar atuando, mesmo com a criação da lei. Os defensores da regulamentação tiveram de abandonar a defesa principal deles (acabar com o espaço dos leigos) para o projeto poder seguir (então o problema não seria os leigos atuarem, a questão era outra). O ‘puxão’ que se deu naquela época foi o de colocar em cheque todas as defesas em torno da regulamentação, e nós tivemos um período muito intenso: o Movimento Estudantil de Educação Física (pela ExNEEF, centros acadêmicos ou pelas regionais) intensificou bravamente esse debate. Eu estava em Pernambuco naquela época, e a gente via o centro acadêmico na UFPE chamando esse debate constantemente e também a federal. Eu mesmo fui pro EREF em Fortaleza com uma tarefa de fazer um grupo de estudos sobre a questão da regulamentação. Eu lembro de uma mesa que o Jorge Steinhilber (em Pernambuco, 1999, uma entidade do CBCE Pernambuco) falava abertamente que a preocupação deles não era a escola e sim os espaços não escolares; mas já naquela época, o CONFEF cercava tudo o que envolvia a escola: no primeiro ano de Conselho Federal de Educação Física, eles

tacharam nossos professores de Educação Física pra que apresentassem a carteirinha do CONFEF pra participarem dos Jogos Escolares, por exemplo. Então tinha lá o discurso, mas no final das contas os caras viram que a escola era o grande ‘filão’ de recursos do CONFEF; hoje já está diferente, mas no começo a grande maioria dos professores que estavam na escola não estavam nas academias e em outros espaços. A gente já problematizava a questão também dos espaços não escolares, entretanto uma entidade sindical que era importante pra gente mobilizar pra tentar fortalecer a luta contra o CONFEF e pelos professores de Educação Física nas academias, era o SINPRO (Sindicato de professores das escolas particulares), e era muito difícil os caras ‘comprarem’ esse debate. Com a lei já aprovada (1998), não era mais só uma bandeira do movimento estudantil, já era uma bandeira sindical, a gente tinha que fortalecer o sindicato pra enfrentar o Conselho Federal de Educação Física que continuava a exigir carteirinha dos professores. Veja, nas escolas particulares os caras chegavam amedrontando mesmo, já que as escolas públicas eram o sistema escolar público, então era mais complicado chegar nesses espaços. Eu atuava numa escola particular- que inclusive a escola era perto da sede do CREF lá em Pernambuco- e quando bateram lá e viram que eu era o professor, foram embora porque não quiseram mexer na cumbuca: eles íam nos lugares em que as pessoas estavam desinformadas, essa é a bem verdade. E a ExNEEF já chamava os debates a partir do ENEEF (1996): a gente via que tinha um discurso ainda muito abstrato, com pouco acúmulo, então precisávamos acumular um pouco mais naquela discussão sobre o espaço não escolar. Os técnicos de futebol, a maioria deles eram ex-jogador e mesmo assim não podiam; o professor de academia de ginástica também não pode (mesmo tendo passado a vida inteira na academia de ginástica aprendendo as coisas, não havendo nada que impedisse ele de virar um professor na academia. É como a gente dizer que um marceneiro que cresce fazendo aquilo não pudesse passar a ser um instrutor daquilo que ele aprendeu a fazer). Então a gente problematizava isso, mas era muito complicado porque nos espaços não escolares (particularmente pensando no campo da saúde, as academias de ginástica), o setor das academias de ginástica eram quase que militantes da Regulamentação: compraram a ideia de ter nas academias apenas professores registrados, né? Hoje, a galera não quer comprar briga porque no final das contas é o seu ganha-pão.

6. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que?

Mesmo o PL 330/95 era superficial. É como a gente vê hoje o debate da PEC 32: vai lá ver o Paulo Guedes falar um monte de coisa que não está no texto da PEC. E os defensores

da regulamentação não defendiam o texto do PL, e sim idéias gerais e abstratas. Então não era tão intensa essa militância inclusive por uma questão de amadurecimento na gente mesmo: as referências que a gente tinha, a gente escutava mais do que elaborava. A gente escutava muito o Marcelo Guina, a Celi, também escutava muito o Lino Castellani, o Cláudio Lira lá em Pernambuco (hoje ele é da UFBA), que eram os nomes que a gente acompanhava e tentava fazer a formação. Mas nós mesmos, quando íamos para a ponta fazer a formação, a gente ia com fragilidades. Então era muito mais uma questão de amadurecimento sobre o tema. No início dos anos 2000, principalmente quando houve a primeira proposição de fragmentação da formação do profissional de Educação Física (2004 para 2005) a partir da resolução sobre a formação do profissional de Educação Física formação: ali já tinha um acúmulo, já se via uma galera produzindo estudos em mestrado e doutorado sobre o tema. Mas os anos 1990 não tinha isso, a gente fazia uma militância muito mais emotiva do que propriamente formativa, vamos assim dizer, né?

7. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Era um debate que estava amadurecendo essa relação do que que era o lugar da saúde na formação do professor. Eu me lembro um SMEE (Seminário de Movimento Estudantil e Esporte) ainda nos anos 1995-1996 (não é mais quando eu era estudante, eu já estava formado) que fez um pouco esse debate também. Já não era mais nenhum embate com relação ao debate da saúde em si, e sim um embate é sobre uma entidade: o CONFEEF. Teve um CONBRACE (em 1999, Florianópolis) que o Jorge Steinhilber foi apresentar um trabalho, e a sala lotou, daí pensamos: “a gente deu platéia pra esse cara.”. Mas a sala lotou com um monte de gente levantando a mão pra criticar a defesa da apresentação. Naquele CONBRACE (lembrando que o movimento estudantil já tinha resgatado um pouco a relação das místicas, e o Furdunço passou a fazer parte da organização dos encontros, e isso é uma coisa que veio a partir de 1994-1995, sendo que em 1994 teve o EREEF em Petrolina, em Pernambuco, onde a gente fez muito esse exercício e depois começou a alimentar essa relação das místicas e do furdunço dentro do processo de formação também), o movimento estudantil e a galera fez uma mística arretada naquele CONBRACE, de deixar o professor Jurandir (presidente do CREF lá em Santa Catarina) com a cara vermelha, constrangido. O pessoal falava que não precisava daquilo e eu dizia: “rapaz, eu não estou preocupado se ele ficou constrangido, foi um ato só, e que a gente acha que inclusive nem vai mexer com o poderio financeiro, com o

poder coercitivo do CONFEF, mas ali valeu”. Muitos estudantes ali presente ajudaram a organizar essa mística em relação ao debate do CONFEF, né? Então já tinha uma galera que estava fazendo o debate da saúde de uma forma mais crítica, pois me lembro de um ou outro trabalho (eu mesmo sempre atuei no GTT de movimentos sociais do CBCE) que trazia o tema da saúde como uma perspectiva do debate da saúde pública, e isso era uma questão importante. Eu atuava muito com o MST naquela época (a questão da saúde popular era uma coisa forte), então a militância contra o CREF não era uma militância contra o campo da saúde, tanto que ali começou também a amadurecer o debate “No campo da saúde, nós também somos professores”, né ?

8. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

Não um vínculo direto. Eu sou professor de estágio, e até um tempo atrás eu atuava tanto no estágio escolar quanto não escolar. (...) nos meus primeiros anos aqui na UFPA, por exemplo, eu atuei muito no campo do estágio supervisionado, tentando justamente colocar em cheque aquilo que eu chamaria de “a abstração de que a saúde resolve tudo sozinha”. Então, por exemplo, eu coorientei um TCC a partir de uma visita de estágio, que era um trabalho de atividade física com o segmento idoso, e duas alunas que estavam fazendo estágio naquele local estavam escrevendo sobre a questão dos benefícios da saúde. E aí eu as provoquei: “vocês estão comparando os resultados que vocês estão levantando com o quê?” Elas responderam que era com outras pesquisas que fizeram pesquisas iguais, logo eu destaquei que eu achava que aquilo era improdutivo (e eu nem era o orientador, tinha orientadora, profa. Nathalia, que felizmente recebeu de boa as minhas reflexões). Eu disse isso porque eu só posso aparentemente saber, ainda que na perspectiva positivista, se há benefícios concretos mesmo se eu comparo alguma das singularidades da saúde com as pessoas -da mesma comunidade e da mesma idade- que não frequentam o programa. Essa é a primeira questão pra mim básica, já que o máximo que eu vou fazer é pegar os dados aqui e comparar com outras pesquisas que fazem o mesmo trabalho e dizer se nossos dados são semelhantes ou não: pesquisar pra saber se aqui é igual a outro local, eu achei bobagem, né? Mas se vocês querem saber se há benefícios, então vamos tentar chegar nas pessoas da comunidade que não participam do programa. Elas disseram que era mais difícil de chegar e eu sugeri ir até o posto de saúde, na associação comunitária, consultar as próprias senhoras que conhecem as senhoras que não participam, criando condições para se levantar esses dados. Eu comentei mais: “a promoção da saúde e de uma vida saudável em um bairro periférico que não tem

esgoto e não tem saneamento, é outra balela, entendeu? A pessoa pode até se sentir mais forte, mas para ela sair de casa e ter de ficar se equilibrando porque a calçada está quebrada ou porque a rua é de terra e quando chove alaga tudo, não tem como me dizer que se promove saúde sem ser de forma integral. E isso tem a ver com saúde pública, com políticas públicas e não só com atividade física 3(três) vezes por semana. Só sei que ao final, elas constataram que resultados em quem praticava atividade física eram um pouquinho melhor, mas do ponto de vista concreto, não era tanta coisa assim porque tinha uma série de outras questões sobre saúde pública no bairro (é um bairro grande aqui de Castanhal) que não eram atendidas, então no final das contas esse tipo de olhar tem limites, né? Então é esse o chão que normalmente eu faço quando entro nesse debate do campo da saúde; e quando a galera pergunta se somos totalmente contra a saúde: nisso, hoje, a gente já está mais avançado) (...).

APÊNDICE D - Entrevistado/a D

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Em 2013 eu entrei no curso e tive acesso ao primeiro ENEEF (no Espírito Santo) e foi uma loucura, pois foi muito importante pra mim no sentido de acessar o debate sobre marxismo, o debate mais crítico e que olhasse pra Educação Física a partir da sociedade que a gente vive. Então foi ali que eu comecei a ter uma ideia sobre o que estava rolando. Acho que o debate mais forte foi a pauta em defesa da educação: Educação pública, laica, de qualidade, socialmente referenciada; essa sempre foi uma pauta muito forte. Também já era muito latente a luta contra o CONFEF/CREF's, muito em virtude da exploração que é feita sobre o trabalhador de Educação Física, e pela falta de condição que esse sistema coloca pra nós, enquanto que deveria regulamentar o nosso trabalho mas que só regulamenta a profissão. Ou seja, não garante nenhum direito pra nós, mas nos cobra diversos deveres, a exemplo do pagamento da carteirinha; e se não tiver o pagamento mesmo formado e com toda a tua trajetória de formação enquanto trabalhador, não poderá exercer a tua profissão na área fora da escola. Mesmo na escola, eles ainda vão atrás do cara, então acho bem importantes essas duas pautas, apesar de que essa última é dividida em duas: pela regulamentação de trabalho e contra a regulamentação da profissão, e "Fora o CONFEF/CREF's".

Tinha também por uma sociedade socialista e contra o sistema capitalista, que pautava a importância de como a estrutura social vai determinar, de forma básica, tanto as profissões do sistema quanto a relação das profissões com as condições de trabalho dos trabalhadores. Então eu sempre achei uma pauta muito importante também. Tinha muito forte naquela época uma campanha, "Dos Megaeventos eu abro mão: das ruas ecoa a luta de uma nova geração" que colocava o movimento estudantil como movimento social, movimento importante pra intervir na pauta da sociedade: a Educação Física como uma parte desse movimento super organizado e importante. Naquela época, estava sendo trago pra cá a Copa das Confederações e no outro ano era a Copa do Mundo de Futebol FIFA, então nós enquanto um curso que tem total relação com o esporte e com megaeventos (pelo menos no sentido teórico), nos colocamos contrários a todo aquele fenômeno/movimento por entender que não estava servindo para a população e principalmente para a Educação Física; pelo contrário, estavam colocando a gente lá pra trabalhar de voluntário e sem garantir uma estrutura mínima; houveram também remoções forçadas.

Então estava a contradição muito forte: a gente não estava tendo oportunidade de

desenvolver a nossa formação nesse espaço, mas os empresários estavam ganhando muita grana, enquanto que o povo estava sendo retirado totalmente (nem os ambulantes podiam participar). Um pouco depois, ali em 2016, surgiu como uma bandeira e como algo mais estruturado da Executiva a luta contra o contra as opressões: opressões de gêneros, raciais e sobre sexualidade também. Acho que eram essas as mais fortes.

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

Esse tema sempre foi presente, pelo menos a executiva e o movimento estudantil (que era organizado pela executiva), a gente sempre teve essa ideia de que a Educação Física é uma coisa só, né? Isso é uma pauta inclusive desembocava na licenciatura ampliada, o nosso projeto de formação em Educação Física construído democraticamente: pelos encontros nacionais, por grandes teóricos (à exemplo da profa. Celi Taffarel) e o Diretório Acadêmico de Educação Física (que eu faço parte até hoje, aqui na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que teve uma grande contribuição nessa formulação e nessa defesa também). Mas depois de um tempo, o Ministério de Educação (MEC) junto à pressão do CONFEF/CREF's criaram teorias de que era melhor separar a formação em Educação Física, pra especializar melhor já que a área era muito ampla e que não era a mesma coisa o professor da licenciatura e o professor das outras áreas. Então eu acho que a partir desse momento, a gente começou a ter que se preocupar muito em relação a isso: defender que a Educação física não poderia ser fragmentada, que a Educação Física era uma coisa só. Mas na prática, os próprios cursos foram fragmentando fazendo com que a gente ficasse distante (em relação à formação mesmo e não somente ao movimento estudantil) essa relação do nosso curso com essas áreas do que hoje são ditas do Bacharelado: as da saúde, as áreas da academia, e áreas de pesquisa.

Então acho que ficou mais distante de os estudantes trazerem esses debates ou colocarem esses debates como algo prioritário dentro dos encontros ou dentro dos espaços. Mas eu acho que sempre foi um esforço muito grande tanto (tanto de quem participou da Executiva, como dos diretórios acadêmicos que participaram dessa construção) para que esse debate da saúde fosse presente, em específico. Mas ele sempre foi parte do debate geral: por exemplo, nesse primeiro de Educação Física em 2013 que eu participei, havia um GTT sempre com o tema da saúde como um tema; os espaços de formação mais amplos também sempre trouxeram um pouco do debate da saúde dentro dos debates de situação política e dentro do debate de formação em Educação Física (em meio ao debate de que a "Educação Física é uma só). Inclusive em 2013 se debatia muito a questão dos Mais Médicos: eu lembro

que isso era pra mim foi ficou meio marcado, né? Era governo Dilma naquela época, então existia um debate em relação ao acolhimento desses médicos que estavam vindo de outros países pra atender demandas importantes do Brasil especificamente em áreas remotas, áreas onde não tinham uma grande procura dos médicos brasileiros). Já existia uma crítica dizendo que não existia uma grande procura dos médicos daqui porque não existiam condições de trabalho básicas para eles. Então sempre houve esse esforço de trazer esse debate, de mostrar que ele fazia parte da nossa área (Educação Física como um todo), mas eu acho que por essas questões materiais da divisão do curso (a fragmentação da nossa formação em si) a gente foi ficando mais distante, e com o tempo foi ficando mais secundarizado, talvez.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

Na construção desses espaços a gente sempre já pensava em especificar a ementa do que tem de ser falado, e nesse caso era trazer a saúde (e a Educação) como um direito da população que o Estado deveria garantir pra população, e a Educação Física como uma área de trabalho (e uma área do conhecimento) fundamental no sentido da promoção da saúde e prevenção das doenças. Muitas vezes a gente olha pra saúde como se fosse resolver o problema das doenças e não necessariamente é isso: a Educação Física vem muito nessa idéia e da prevenção da saúde no sentido de se evitar doenças, mas não apenas evitar a doença (esse debate é contraditório, faz tempo que não o faço) mas como garantir uma qualidade de vida melhor para as pessoas, sendo a Educação física uma garantidora desse direito da promoção de saúde mesmo. A gente sempre fez um debate muito crítico relacionado ao fato de a saúde do nosso país não ser suficiente, que a Educação Física muitas vezes não ser valorizada nesse sentido que a gente sempre tentou debater. Mas eu acho que a gente sempre debateu nessa perspectiva de quanto que era importante a gente, enquanto movimento estudantil, olhar pra esse espaço como espaço de luta, de buscar a saúde para a população no geral, da Educação Física, exercer o seu trabalho nesse sentido (de promoção da saúde e de qualidade de vida para as pessoas, dentro debate da perspectiva da saúde coletiva também).

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

A gente sempre defendeu muito o SUS, mesmo que não seja com campanhas ou com bandeiras, mas sempre foi uma pauta importante por saber que o SUS não é algo muito comum nos países de capitalismo periférico (e nem nos países desenvolvidos, de capitalismo central). Por ser tido como uma herança da luta da classe trabalhadora no nosso país, eu acho

que ele foi muito valorizado: a ideia de saúde como um direito mesmo, não como solidariedade como foi antes da conquista do SUS, através das igrejas ou Organizações Não Governamentais (ONG's) que faziam esse trabalho), mas a nossa perspectiva defendida era da saúde como direito de todos.

5. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confef/Cref's ?

Eu sempre fui meio afastada do debate de saúde mais específico assim: por toda essa questão da formação ser fragmentada, o meu curso foi voltado para a licenciatura. Apesar de ser uma outra forma de licenciatura (chamada de licenciatura plena,) não é ampliada, então os debates de saúde ficaram muito limitados, foram poucas cadeiras que tematizavam eles. A gente debatia sim mas no geral, eu não participei muito dos debates mais específicos da área de saúde em relação ao sistema CONFEF/CREF's. Mas eu sei que na Executiva esse debate era importante, porque o CONFEF/CREF's vai cobrar a filiação de todos os trabalhadores dessa área (da saúde). Eu acho que tem uma relação muito forte, mas infelizmente eu não vou poder te ajudar muito, mas outros camaradas irão, eu espero que sim.

6. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que?

Se a gente for olhar nos cadernos de debate (são produções teóricas da Educação Física), o debate da saúde sempre foi muito presente, fazendo parte desses cadernos; mas eu acho que mais a partir de 2013 é que por toda essa questão da fragmentação dos cursos e também da dificuldade dos movimentos estudantil se organizar, foram retirados muitos direitos: seja da assistência estudantil, seja de termos ônibus para irmos aos encontros e pra galera poder participar desse espaço de militância de forma mais geral. Sei lá, acho que começou uma precarização muito forte, pois a galera teve que trabalhar mais e tínhamos de estudar mais especificamente alguns temas, de modo que ficou mais difícil haver mais camaradas junto à construção desse movimento organizado e também pra realizar essas produções teóricas. Então se for analisar o tamanho dos cadernos de debate, de repente não o tamanho dos textos mas sim a abrangência dos debates, eles ficaram mais limitados, né? A gente teve que selecionar alguns temas, e eu acho que o debate de saúde acabou não sendo um desses temas. Acho que a educação muito forte, opressões sempre muito forte e o debate de situação política também (e eu acho que a Saúde entra nesse debate, mas ele não ficou mais tão específico). Eu acho que tem essa justificativa: não foi por não entender ele como

importante ou não, e sim pelo fato dele estar mais distante da gente e por termos tido menos tempo e menos recursos humanos pra conseguir dar conta de tudo, e a gente acabou focando em algumas coisas.

6. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que?

Eu acho que de forma consistente sim, mas sempre dentro de um debate mais geral, sempre dentro do debate de que a Educação Física não deveria ser fragmentada, que ela é muito mais que Licenciatura ou Bacharelado, e sim um campo amplo. (...) . Eu acho que se na tua perspectiva (que está estudando isso) você for olhar e encarar como que se não tivesse sido consistente, eu acho que as justificativas da gente não conseguir, de repente, aprofundar mais o debate ou centralizar ele mais, tem a ver com isso: a nossa formação ter sido fragmentada.

7. Em relação às mesas principais, a partir de quais grandes temas esse debate indiretamente aparecia ?

Por a gente procurar debater sempre pela perspectiva marxista, e sempre tentar primeiro olhar para situação política para só depois pensar em como a gente iria intervir e como a gente iria se posicionar enquanto movimento social, quando a gente olhava pra situação do país (como estavam os direitos do país, como os governos estavam lidando com os direitos e com essas áreas que a gente tem atuação como a saúde e educação em geral) é quando isso aparecia. Mas realmente é importante olhar o que ganhava mais centralidade, pelo menos nos últimos anos, como a Educação e o debate das opressões, que ganharam mais essa centralidade a partir de 2016. Mas se a gente for olhar tanto para o debate de situação política quanto para o debate de movimento social, de movimento estudantil e de lutas sociais, eu acho que o debate de saúde esteve presente ali, não acho que de forma indireta e sim de forma direta, mas como parte do debate e não como centralidade.

8. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Pelo menos na UFRGS, onde eu estudo, pela executiva e pelo diretório acadêmico a gente sempre fazia as coisas de forma bem conjunta: sempre na semana acadêmica e nos

espaços de formação que a gente pensava, a gente sempre colocava o debate de saúde, seja em período onde esse debate está latente (datas especiais da luta pela saúde), seja em espaços mais gerais de formação. A gente sempre trazia um convidado de fora para esse debate da saúde, dificilmente era algum colega de nós mesmos que mediava esse debate. Então a gente sempre trazia o trabalhador que tinha alguma relação ou com a ExNEEF, ou com o nosso curso (um colega que já tinha se formado pelo nosso curso, ou que tinha participado do diretório acadêmico); e ele fazia esse debate de SUS, da saúde coletiva, das lutas sociais dentro da saúde e da saúde como conteúdo fundamental da formação do trabalhador (no caso, do estudante de Educação Física) e da precarização da saúde. Eu saí da Executiva por volta de 2019, mas pelo menos até aquele momento era muito presente o debate sobre os espaços de saúde da universidade que estavam sendo privatizados, por exemplo o debate sobre a ser contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), responsável por privatizar os espaço de saúde da universidade. Se a gente for olhar todos os encaminhamentos dos encontros e desses espaços de formação, sempre construindo o indicativo de sermos contra a privatização da saúde e dos espaços de saúde dentro da universidade.

9. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

Eu acho que eu tive acesso a esse debate com certeza foi no movimento estudantil, seja pelo diretório acadêmico, seja pela executiva (os encontros nacionais ou locais que a gente construía coletivamente); então se eu tive aproximação ou consegui aprofundar melhor esses debates, com certeza foi no movimento estudantil. No meu curso, por eu já ter entrado nele já fragmentado, eu tive algumas cadeiras onde a gente debateu a Educação Física especial, por exemplo, ou reabilitação a partir da Educação Física. Mas a minha formação foi bem limitada em relação a essa área da saúde, a não ser que a gente olhe nessa perspectiva que eu estava falando antes, da Educação Física ser um instrumento de prevenção no âmbito saúde, e no desenvolvimento do ser humano como um todo. Se a gente não for olhar pra saúde apenas como doença ou como prevenção de doença, a gente encara ela também enquanto desenvolvimento do ser humano: eu acho que a saúde é totalmente intrínseca à Educação Física independente do ambiente em que ela esteja, a não ser no alto rendimento por exemplo ou espaços assim: onde a Educação Física é olhada pra cumprir alguns objetivos do sistema, e não olha para o desenvolvimento desse corpo no sentido da saúde. Então se a gente for olhar a educação física no âmbito da academia, os problemas de educação física no âmbito escolar, qualquer espaço deste (seja voltado a um indivíduo, seja para um coletivo) eu acho que a

Educação Física sempre vem nesse sentido da saúde assim. Acho que a relação mais significativa que tenho é no debate de saúde mental, da Educação Física na reabilitação no sentido de aproveitamento desse tempo da galera que estava em privação de liberdade ou em tratamento em hospitais.

APÊNCIDE E – Entrevistado/a E

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Eu posso considerar militância na ExNEEF de 2002 até 2004. Começo a me aproximar do centro acadêmico na USP (que hoje mudou de nome) que a gente fez de uma forma espontânea (...); enfim, a gente não tinha nenhuma noção do que estava fazendo, era uma coisa um pouco de nos revoltarmos com algumas coisas que estavam acontecendo ali. Só pra entender um pouco a linha do tempo, a minha linha do tempo: fiquei na graduação de 1998 até 2007, ou seja, foram quase dez anos de graduação, e o primeiro contato que eu tenho com a ExNEEF foi no meu primeiro ano de faculdade. Então eu fui no ENEEF de 1998 que aconteceu em Brasília, mas não dá pra contar isso como militância. Participei de algumas coisas na UNESP Baurú, mas que eu vou considerar como militância mesmo foi de 2002 a 2004, isso já na USP. Sobre as pautas de consideradas nesse período, era um momento bem particular, pois a gente saía da “era FHC” (Fernando Henrique Cardoso) e estava vicenciando o primeiro governo Lula. Existia uma expectativa da então gestão da EXNEEF com esse governo, isso fica evidente com a aproximação demonstrada por essa gestão - isso eu digo enquanto “base”, já que eu estava longe de fazer parte dessa gestão. Mas existiu uma identificação muito forte com o PT, havendo uma esperança de que existissem algumas coisas; houve uma intenção inclusive de se aproximar do governo. Talvez a minha primeira militância, pra pensar em pauta, não seja com uma coordenação nacional e sim regional. Na regional, a pauta era quase que exclusivamente contra a regulamentação da profissão, isso em espaços regionais (COREEF’s, EREEF’s e outros espaços regionais); e havia uma falta de pautas mais próximas de São Paulo, inclusive isso me causava um estranhamento: apesar de estar ocorrendo um EREEF, a gente não tinha nenhuma pauta que deixasse explícita essa aproximação.

Então a gente começa a pautar algumas coisas com “uma cara de São Paulo” e o que a gente sabia fazer era discutir Saúde, então a gente vai um pouco pra discussão sobre Saúde. Regionalmente, a gente começa (por volta de 2002) a fazer alguns posicionamentos criticos ao “Agita São Paulo”, era uma pauta importante para o debate sobre Saúde localmente, ou seja, era ExNEEF mas não necessariamente a gestão nacional coordenando. A questão do exame médico também, já que em São Paulo era muito comum a exigência dele para o ingresso em cursos de Educação Física, então se fazia o vestibular e o teste de aptidão (USP, UNESP e várias outras). Então na UNESC de Baurú, a gente tinha de passar por um exame mestre e

uma prova de aptidão física; na USP, se eu não me engano, a prova de aptidão caiu primeiro e muito tempo depois caiu o exame médico. Então a gente vinha se posicionando a partir de um debate de Saúde por políticas públicas em Saúde diferentes das do Agita São Paulo, contra exames médicos e contra provas de aptidão em cursos de Educação Física: acho que de modo geral isso resumia as pautas regionais. Nacionalmente, essa é uma época muito hegemanzada pelo grupo da Bahia, tendo como referência a profa. Celi Taffarel e muita referência no grupo “O Trabalho”. Era uma pauta quase única de formação e formação humana, enfim, uma pauta que dirigia e orientava todas as nossas intervenções, mas havia uma interpretação de que para se discutir formação humana era necessário negar uma prática em saúde, uma inserção na área de saúde; enfim, é um pouco do que era mais visível nesse momento de 2002 a 2004.

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

Eu entendo que já no ano de 1998, foi um momento interessante porque o tema do ENEEF desse ano tinha a ver com uma com temas ligados à formação; então fica claro que o tema da saúde não era central para o encontro, mas teve um grupo importante de São Paulo que vai pra esse ENEEF de Brasília e reivindica mais espaços do debate de saúde, e isso é rechaçado né? Então isso é rechaçado: “Olha, esse debate não deve estar no ENEEF.” Existia uma ligação direta que debater saúde é debater fitness, é debater a academia de ginástica ou debater estética. Havia essa ligação linear que pressupunha que se eu debato saúde eu estou preocupado com a estética, e havia também a defesa da escola, como se fosse uma coisa de dois pólos. Fato é que ocorre um abandono do ENEEF pelo grupo de São Paulo, ele sai no meio do ENEEF, vai embora e isso é meio marcante. Então de 1998 até 2002 (que é o meu primeiro ENEEF, em Belém), não teve uma participação organizada de São Paulo. Pode-se dizer que existiam pessoas que participam, principalmente o Mateus Camargo Pereira (a gente o chamava de Mato Unicamp ou o Mateus da Unicamp, ele era inclusive da gestão nacional) mas com uma participação muito frágil de São Paulo.

Entendo que de 1998 até 2002, a regional I quase que some de forma organizada dos espaços da ExNEEF, em virtude talvez de uma má compreensão, né (considerando que São Paulo também não fazia um bom debate de Saúde); mas o que havia de fato era o choque pela insistência nesse debate de saúde. Talvez isso seja importante. Em 2002 a gente chega no ENEEF com as pautas locais, né? A gente tinha camiseta contra o “Agita São Paulo”, tinha a compreensão de que o ‘Agita São Paulo’ é em São Paulo, mas ele já não era mais apenas em São Paulo, né?! O ‘Agita São Paulo’ já tinha um peso nacional. Ele servia como exemplo

para vários outros lugares: havia o “Agita Curitiba”, “Agita Belém”, já existia Agitas em vários lugares e o modelo era São Paulo. Então a gente achava que era importante esse debate: a gente fez camiseta, a gente tinha um manifesto, tínhamos um texto sobre isso e sobre a prova da aptidão, a gente foi inclusive de forma bem organizada para esse ENEEF, foi bem interessante. Entretanto, não teve eco nenhum esse movimento que a gente fez: a gente percebia que existia (e era uma coisa que a gente não esperava) uma grande resistência ao debate de saúde, mas de uma certa forma um olhar acolhedor de algumas regionais, por conta de sermos de São Paulo. Foi como: “Olha, vocês tentaram discutir saúde, mas a gente quer vocês aqui, porque até então não estavam presentes de forma organizada”. Existiam alguns locais mais organizados: para citar mais gente, existia o Matheus na UNICAMP e existia o Ferdinando na USP. Mas nunca conseguiam levar nem mesmo os seus centros acadêmicos. E naquele ENEEF de 2002, a gente leva algumas pessoas umas dez pessoas, o que não parece muita coisa mas para uma regional que levava 2, isso é significativo.

Talvez um pouco pelo ímpeto de acolhimento, eles se mostraram minimamente abertos ao tema que estávamos preparados para tratar. Em 2002, a gente tem ali algum algum espaço por fora do ENEEF e começamos a chamar, logo após o término desse ENEEF, um CONEEF na USP. A gente começa a pautar a discussão de saúde, com mais boa intenção do que com conteúdo, afinal a gente não tinha nenhum: era muito mais uma coisa de que era possível pensar a saúde para além do viés biológico. A gente trazia uma coisa que era quase que uma coisa “mágica”, que era o conceito ampliado de saúde. Era como se disséssemos: “Olha, a gente pode pensar saúde para além da clínica mais tradicional”. Eu acho que era essa a formulação que a gente tinha, não passava disso de jeito nenhum. E tinha algumas palavras chaves, como o conceito ampliado de saúde e promoção da saúde. Depois a gente mesmo vai criticando esses mesmos movimentos, mas a gente começa um pouco a partir daí. Se eu puder classificar a presença do tema na ExNEEF, principalmente no começo da minha militância, era uma discussão frágil mas que ocupava os espaços, como espaços de CONEEF’s, e EREEF’s. Nos EREEF’s talvez o debate de saúde foi mais presente, no ENEEF muito menos.

A partir daí, a gente começa a aceitar estar em alguns espaços gerais de saúde; naquela época tinha sido criado há pouco tempo o GTT I (Grupo de Trabalho Temático) do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), intitulado “GTT Atividade Física e Saúde”; de uma certa forma, esse GTT é criado muito pra ser um colégio americano de saúde, ou seja, para reproduzir e nova saúde pública e os conhecimentos mais tradicionais da saúde. Por conta de alguns professores mais progressistas, ele começa a fazer alguns debates mais interessantes pra gente naquele momento, e a gente começa a estabelecer alguma tentativa de

conversa; é isso, acho que a gente tinha um debate muito frágil, mas a gente vai ocupando alguns desses espaços, tentando estabelecer algumas dessas conversas. A gente vai como ExNEEF pra Conferência Nacional de Saúde, para o Fórum de Executivas de cursos da área da saúde; e isso é importante porque no início do ano de 2002, ocorre um movimento do governo que é de captura das executivas. Então as executivas estavam muito bem organizadas, e o governo começa a criar uma série de comissões institucionais e começa a colocar as executivas. Por exemplo, houve a comissão nacional de residência multiprofissional, eu não lembro se é exatamente esse nome, e o governo coloca que haveria uma vaga do fórum de executivas da área da saúde. Houve o chamamento das executivas de Saúde para comissão do VER-SUS, que dura no máximo até 2003 e começa a ter uma série de rompimentos; a Educação Física é uma das primeiras a não topar e a ir rompendo com isso. Essa ocupação desses espaços foi importante pra gente estabelecer alguns diálogos.

Eu acho que até tem algumas coisas bem gerais que foram importantes, a exemplo do Fórum Social Mundial: provavelmente em 2005, a gente vai de forma organizada enquanto Executiva, e lá tivemos o primeiro contato com o debate crítico. Se eu não me engano, quando eu não estava mais na coordenação nacional mas ainda acompanhava a ExNEEF, a gente participa do Fórum Mundial da Saúde e tivemos contato com uma série de debates de saúde na América Latina e no mundo; a gente começa a fazer algumas elaborações pra além de apenas exigir políticas públicas de saúde, né? Enfim, a gente vai entendendo que existem lógicas internacionais de saúde -uma saúde global liberal- e que naquela época pautava muito a ideia da cobertura universal, uma coisa que Organização Mundial de Saúde (OMS) defende até hoje, que é uma extensão dos serviços de saúde pra todo mundo. Mas uma extensão a partir de serviços pagos, então pra pobres a gente oferece planos pobres de saúde e que sejam mais baratos de pagar. Ao mesmo tempo a gente começa a ter um contato com o movimento latino-americano de saúde, que eu acho que tem um efeito interessante pra puxar a nossa formulação mais madura de saúde.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

A ExNEEF tinha uma orientação materialista histórico dialética, então existia uma orientação marxista, existia uma orientação crítica, mas o debate de saúde não, né? Eu acho que isso é importante colocar. Então as nossas referências eram o GTT I do CBCE e a própria Yara na USP: fato é que existia mais uma negação do que a gente não queria, do que uma orientação do que a gente queria. A gente não tinha isso muito bem claro. O que a gente tinha era uma crítica ao “Guedes e Guedes”, à saúde renovada, e a gente começava a fazer uma

crítica à ideia de promoção da saúde como uma coisa da vigilância, que foi um movimento mais “policialesco” da saúde. O que existia era uma referência externa, isso eu acho que sim. Nós tínhamos poucos conceitos de saúde, mas a gente tinha uma relação muito orgânica ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) na época, né? O setorial de saúde do MST ou debates muito puxados por iniciativas locais, por exemplo. Nacionalmente, toda a Executiva estava vinculada aos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE’s), então eu me encontrava dentro do DCE da USP, e vários camaradas em outros; e isso fez com que a gente fosse amadurecendo nosso debate de saúde a partir de um debate externo. Então a gente não tinha referências na saúde, a gente não sabia onde encontrar essas referências, mas a gente vai se aproximando de debates críticos da educação, bem como de outras áreas, e vai fazendo pontes com a saúde. Eu acho que a gente começa a ter um contato mais crítico, do ponto de vista marxista, com autores da saúde no fórum de executivas. Naquela época existia um grupo bom da Direção Executiva Nacional de Estudantes de Medicina (DENEM) e eles soltavam alguns cadernos de debate; a gente vai tendo acesso às formulações da Cecília Donangelo - que é uma brasileira que já tinha falecido na época- e algumas outras referências de fato marxistas que a gente poderia olhar pra aquilo. Eu acho que é basicamente isso, a DENEM e a Executiva Nacional de Estudantes de Enfermagem (ENEENF) vão trazendo umas referências teóricas mais orgânicas ao debate de saúde. Fora disso, a gente fazia pontes com outras áreas: os debates de cultura, debate de educação, a gente ia fazendo pontes pra dentro da área de saúde. A presença em estágios de vivência no MST, a organização do MST e uma série de espaços assim faziam com que a gente debatesse de uma forma mais coerente (ou crítica) a saúde.

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

Não existia uma apropriação consolidada; mesmo em 2004, quando eu saio da nacional, eu fico acompanhando um pouquinho e não existia algo consolidado. Quando eu saio, existe uma presença constante do tema de saúde, então ele estava em todos os espaços e a gente ocupava esses espaços. Houve uma estratégia, se eu não me engano em 2003, que era o Grupo de Trabalho Temático Permanente (GTTP), que era uma ideia termos uma coisa que atravessasse não só os eventos (EREEF’s e ENEEF’s), mas sim tivéssemos pessoas organizadas em algumas temáticas que estivessem sempre debatendo e militando em torno daquilo. Então a gente tinha o GTTP de saúde e tentava manter aí algumas discussões, preocupava com alguns espaços e que foi chamado pra muitos EREEF’s. Então a gente tinha

uma apropriada teórica, pra usar esse termo, um pouco melhor do que em outros momentos, mas que eu acho que dependia ainda daquela relação com o local, né?! Então a relação com os DCE's, com algumas executivas que tinham mais história com o debate de saúde (à exemplo da Executiva de Enfermagem), dependia muito disso. E talvez dependesse um pouco de pautas: me lembro que 2003 a gente tem uma grande luta contra o ato médico e esse tema tomava muito espaço da discussão de saúde. Então a discussão de saúde vira a discussão em alguma medida de ato médico, ou seja, a gente deixa de discutir outras coisas e vai discutir que a gente não pode pedir permissão pra medicina pra poder trabalhar na saúde. Enfim, fizemos algumas associações gerais sobre isso.

5. Sobre a criação do GTTP, quando ele foi criado e até quando ele esteve vigente?

O GTTP a gente cria, se eu não me engano, em 2003 e ele atravessa toda a minha militância, então mesmo depois de sair em 2004, ele permanece até pelo menos até 2005 e aí eu perco o contato com ele. Como a comunicação entre os membros dele ocorria por meio de um grupo de email, existia essa noção de que a gente precisava estar ocupando esses espaços gerais que começavam a aparecer; esse governo Lula foi um momento que apareciam muitos espaços, e a gente se organizava pra ocupar esse espaço a partir um pouco do GTTP. Eu imagino que ele tenha existido de 2003 à 2005, após esse período creio que tenha morrido logo em seguida. A gente de São Paulo puxava muito isso, então com a minha saída e com a saída de algumas pessoas ali mais próximas que ajudavam a puxar isso, talvez ele tenha morrido rápido.

6. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confef/Cref's ?

De 2001 à 2005, que eu acompanhei mais, não existia muito uma preocupação com divergir do sistema CONFEF/CREF's, a gente só era contra ele. O Sistema CONFEF/CREF's, diferente de agora, ele não estava muito interessado no SUS né? Então esse vilão de mercado para o sistema sistema CONFEF/CREF's é posterior. Então não é como se existisse uma formulação do sistema CONFEF/CREF's para a intervenção numa área de saúde comunitária ou num programa de saúde específico, por exemplo. A posição do sistema CONFEF/CREF's era de regulamentação da profissão e isso a era gente contra, né? A ExNEEF vai começar a sentir a necessidade de ter uma posição na formulação de saúde diferente desse sistema em um momento posterior à algumas construções de programas e políticas que puxa a Educação Física para dentro do SUS, à exemplo dos NASF's. Não existia

essa preocupação, a nossa formulação não precisava ser contra a deles, a gente era contra o sistema CONFEF/CREF's. Talvez o que existia ali era uma coisa do tipo: “olha, o que o sistema CONFEF/CREF's chama de saúde, é o interesse do que as academias de ginástica no geral chamam de saúde, que é a melhora da aptidão física, a estética, enfim. É isso, não era uma preocupação não.

7. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Tem uma presença regional muito maior do que nacional, isso sim. Acho que 2003 e 2004 a gente têm espaços na nacional (no ENEEF) que organizavam os espaços pra isso, mas se não me engano nunca em mesas principais. Existiam algumas coisas principalmente pagas - era uma época que a gente não tinha dinheiro nenhum- como congressos, eu acho que a gente não foi pra nenhum. Havia o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), que a gente já chamava de “Cobra-se” na época, bem como os congressos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), que a gente não ia porque não tínhamos dinheiro pra isso, simplesmente não íamos. A gente foi para o Fórum Social Mundial e organizamos um setorial de saúde por lá, isso foi importante. Era um espaço de promoção de saúde e organização de saúde; a gente organizava, enquanto MEEF, o setorial do MST, chegamos a participar da Conferência Latino-Americana de promoção da saúde (em São Paulo), e nessa época participamos da conferência nacional de saúde em 2003 que estava pautando o Ato Médico e outras coisas.

Por volta do final do ano de 2005, a gente organiza um Seminário de Movimento Estudantil e Esporte (SMEE), que em princípio não tinha o tema Saúde, mas a gente acabava criando um debate de esporte e saúde, alguma coisa que trazia uma relação da saúde dentro do debate de esporte. Existiam tinham alguns grupos mais ligados à saúde, grupos de estudo principalmente no Sul (talvez o professor Felipe Wachs que trabalhava na UFG tenha participado desses grupos de estudo). Em São Paulo, a gente -o núcleo duro do centro acadêmico- participava do grupo de estudo e pesquisa da professora Yara de Carvalho, mas era mais um espaço que tínhamos para sobreviver dentro da USP, do que uma coisa que a gente se identificasse exatamente com a linha teórica dela, né? A gente já não se identificava muito com aquilo, mas era um espaço protegido, onde a gente conseguia fazer uma discussão da universidade e a gente achava importante ocupar aquele espaço. Na UNICAMP existia um espaço fértil, também do Centro Acadêmico de Educação Física (CAEF) da UNICAMP, e eu

acho que em São Paulo talvez seja só isso mesmo; no interior, em Presidente Prudente, eram outros os debates centrais, a saúde não aparecia tanto. Nos espaços institucionais, a partir de 2002, havia o VER-SUS e a gente chega a participar de oficinas: a gente vai pra Brasília e faz reuniões com o Ministério da Saúde. Havia inclusive estudantes de Educação Física, das regionais do MEEF, participando mais localmente dessa experiência de estágio e vivência no SUS e é isso. Acho que o que atravessava os eventos era o GTTP, fora isso eram bem fragmentados os eventos, ou seja, não existia alguma coisa que se ligasse à uma formulação necessariamente crítica.

8. Qual a data de realização da conferência latino-americana de promoção da saúde e educação para a saúde comentada anteriormente ?

A conferência foi em 2002, ela trazia como centralidade o discurso de saúde pan-americana, naquela época a gente ainda não tinha essa coisa de que a gente precisaria colar num debate da América Latina, né, o recorte Sul da América Latina. A gente já achava progressista esse recorte pan-americano, que juntava Canadá e Estados Unidos, e que havia uma grande hegemonia por esse debate da promoção da saúde. Posteriormente, a gente rompe com esse movimento de Saúde Internacional Pan-Americana, nos aproximando do Movimento Internacional latino-americano. Então ao invés de olharmos para a América inteira, a gente vai olhar pra América Latina. Então existe um debate que vai se diferenciar com o norte global: “olha, a gente precisa fazer uma discussão de saúde que não é similar ao norte global”. Entretanto no início de 2002, a gente ainda acredita naquela discussão de saúde ampliada pela promoção da saúde, né ?

9. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

O meu interesse pela saúde é anterior ao meu contato com o MEEF, mas de certa forma o amadurecimento acontece dentro dessa militância: por meio do contato com alguns teóricos de saúde internacional (a promoção da saúde, depois uma relação mais próxima com a América Latina) e a partir de alguns textos mais críticos do Brasil, como os da Cecília Donangelo. Eu vou tendo esse contato em 2003 e 2004 e de uma certa forma me formando pra outras coisas, então já não é muito da minha militância da ExNEEF; já dentro do DCE da USP, eu vou puxando o núcleo de saúde do DCE, esse núcleo de saúde organizava como se fosse um “Fórum de executivas da USP”, né? Depois quando a gente perde o DCE, a gente cria um Núcleo Livre de Saúde, ou seja, a gente mantém a organização. Daí eu saio da

universidade e a gente criou o Fórum Popular de Saúde, e é quando a gente começa a fazer um movimento mais popular de saúde, mas aí eu entendo que interessa menos à você essa trajetória. Mas assim, acho que a militância na Educação Física amadurece a minha discussão de saúde e a vai tornando mais internacionalista, já que ela me aproxima mais de uma discussão latino-americana de saúde, que era e é a discussão mais avançada em saúde coletiva. Acho que é importante falar isso. De uma certa forma, eu me formo em um momento onde a gente tinha uma criação de espaços de intervenção da Educação Física no SUS. Então eu me formo quando eu me encontro pensando a saúde com o amadurecimento de saúde, já um pouco entrando em trabalhos no SUS. Eu acho que há uma confluência aí, uma sequência de fatos que me fazem mergulhar cada vez mais no debate de saúde, de saúde coletiva e um debate crítico de saúde. É muito importante, principalmente pra que eu saia de um debate mais romântico de saúde, um debate que eu não tenho acesso na USP -apesar de ter lá uma referência em saúde coletiva, a profa. Yara nunca debateu saúde na USP e sim lazer, discutia outras coisas em virtude de não estar inserida nas disciplinas da universidade. Tivemos acesso à algum debate de saúde que ela fazia no grupo de pesquisa, que era esse debate mais da amorosidade: debater saúde do ponto de vista crítico e do ponto de vista progressista, era ter amorosidade e fazer uma discussão da promoção da saúde muito por essa essa saúde internacional panamericana. O que o movimento estudantil me faz é ir negando essa possibilidade: “Olha, para além de uma saúde pan-americana, a gente pode fazer uma saúde crítica, uma saúde latino-americana, né? E vai me apresentando alguns autores mais críticos e marxistas da saúde coletiva.

APÊNDICE F – Entrevistado/a F

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Cara, eu militei no MEEF de 2008 até 2013 e eu fui coordenador da Executiva de 2009 à 2014. Eu acabei me formando em 2013, mas acabei pegando metade da gestão como não mais estudante . A principal pauta desse período veio a partir do rompimento da EXNEEF com a UNE (2006), então era um debate muito forte sobre a questão da reorganização do movimento estudantil ; e esse debate da reorganização apontava a necessidade da gente construir a partir da base, reorganizar o movimento estudantil a partir da base dos estudantes, conseguindo fazer um debate com as demandas que estão colocadas. E a partir dessa discussão, a gente começa a debater muito o problema da formação: a divisão entre licenciatura e bacharelado e conseqüentemente a proposta que o MEEF acumulou, da Licenciatura Ampliada. Vamos dizer assim, essa é a principal pauta que a gente acaba construindo no período, disputando inclusive processos de reestruturação curricular: Em Santa Maria (RS) a gente foi meio “ponta de lança”, nacionalmente: a arte da campanha do dedinho acaba saindo numa articulação entre nós e a URGS (diretório da URGS) e conseguimos, inclusive pela luta dos estudantes e uma ocupação do conselho de centro, apontar a reestruturação curricular e a unificação dos cursos; houve um processo, que não cabe aqui falar, mas infelizmente foi desmontado e desarticulado pelos professores, por conta dos embates que a gente teve no Conselho de Educação Física e Desporto (CEFD)).

Uma outra pauta que a gente tinha muito presente também era a questão da Universidade: fazendo um balanço crítico do que foi a reforma universitária dos governos Lula, a partir do balanço do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), das próprias ocupações de reitoria que acontece em 2006, 2007 e em 2011 (quando a verba do REUNI acaba). Então posso dizer que essas foram as pautas que nos articularam (que a gente teve que acumular, debater e formular), mas não foram as únicas: a ExNEEF sempre manteve uma formulação em torno do debate de esporte, debate de teoria da organização política (TOP’s), que acabaram se desdobrando em GTT’s depois, nos ENEEF’s. Enfim, acho que de cabeça agora, foi um pouco isso.

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

Eu acho que ele não era tão presente não: era uma necessidade da gente estar

acumulando, mas até se tu for ver as formulações do ExNEEF, para além dos cadernos de debates, não é um tema muito presente. Tinha alguns diretorios acadêmicos e alguns militantes que puxavam mais o tema por acúmulo, mas ao ponto da ExNEEF encampar como uma pauta não era colocado. Inclusive, lembro que em alguns COREEF's e alguns CONEEF's, os pontos de saúde (não só eles, mas os de esporte também) acabavam sendo suprimidos e as contribuições ficavam apenas para as relatorias. Isso se dava por conta da demanda da campanha nacional do processo de reorganização estudantil e como as universidades estavam se colocando também, quanto a questão do REUNI com o problema do acesso e permanência, e os próprios debates de reorganização no movimento estudantil. Foi um período também com muita movimentação e muita tentativa de reorganização: havia o Fórum Nacional de Executivas e Federações de curso (FENEX), a Assembléia Nacional dos Estudantes (ANEL), Encontro Nacional de Estudantes, etc. Então isso demandava muito como que a ExNEEF ia se colocar frente ao Conselho Universitário (CONUNI) e por aí vai.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

Uma perspectiva teórica que eu me lembro e que a gente até usa no texto com Osama como referência é a perspectiva ampliada de saúde, entendendo ela com um embasamento a partir do marxismo e da epidemiologia crítica, Jaime Breilh era o nome do teórico; mas a partir também desse ponto de vista de classe e análise de que são vários determinantes que constituem o processo de saúde e doença e que isso vinha um pouco na contramão do que é hegemônico na área da Educação Física: a atividade física como saúde, o exercício como saúde e que a saúde é obra e responsabilidade somente do indivíduo. Desse modo, tem todo um contexto econômico político social que intervém na vida das pessoas e que a saúde e a doença em si é um processo da vida, a gente adocece e fica saudável e a pergunta é “qual é a estrutura que nos permite isso: alimentação, moradia e a questão dos direitos?” Acabava que quem tinha mais contato com esse debate nos cursos de formação, numa perspectiva mais de discutir a área da saúde, acabava que trazia mais a necessidade e a importância desse debate porque estava por dentro, estagiando ou trabalhando já nessa perspectiva. Assim, a USP, pela própria divisão curricular e por ter um dos cursos mais voltados para a área da saúde, bem como o pessoal do Paraná ali que acabava trazendo, mas também sem muita (...); basicamente era o pessoal do diretório acadêmico da USP.

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

Não era um debate muito constante, se tu for olhar assim as mesas de debate que tiveram, ao menos na minha época, nos EREEF's e ENEEF's, o tema da saúde dificilmente entrava pois não era um tema assim que movimentava a base estudantil, no caso a galera nos diretórios acadêmicos. Acabava sendo produzido a partir do GT de saúde e a partir dos pontos em COREEF's e CONEEF's, mas não era um tema massivo: era mais quem estudava e quem tinha um contato com a academia a partir do tema. E aí claro, quando estourava alguma pauta em relação a privatização do SUS e ataques à política de saúde; mas não ao ponto de ter uma formulação própria do MEEF, um acúmulo do MEEF acho que não. Acho que a gente parte de uma síntese de que a atividade física pela Educação Física não é saúde e talvez até por isso seja um tema que, ao menos na minha época, não tinha sido muito abordado não.

5. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confef/Cref's ?

Acho que entrava muito mais na ingerência do sistema CONFEF'CREF's na atuação do professor de Educação Física nos espaços de saúde, espaços não formais e espaços formais de atuação, mas a ponto de discutir a concepção que o CONFEF'CREF's apresentava, eu não me recordo não.

6. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que?

Não sei se chega a ser uma inconsistência, mas a necessidade do período nos apontou para discutir outros problemas que estavam colocados para nós e que fugiam talvez um pouco das formulações do que a academia exige de debate. Então nós tínhamos uma tarefa: trabalhar para reorganização do Movimento Estudantil da Educação Física, fortalecer os diretórios e centros acadêmicos, construir a partir da pauta dos estudantes que compunham o movimento, politizar e conseguir se localizar na conjuntura da reorganização. Aí acaba que a demanda foi colocada para o problema da formação, da fragmentação em licenciatura e bacharelado que acaba debatendo, a partir da identidade profissional da área, o que é ser professor e o que é ser professor de Educação Física na área da saúde; mas em termos de formulação do que que é saúde e a concepção de saúde, não foi esse debate que nos movimentou. Acho que a necessidade do período apontou para outra questão, muito mais da ordem do dia a dia da estudantada mesmo. Não considero que tenha sido uma inconsistência, uma coisa ruim, porque a demanda era outra, a demanda do movimento era outra: se a base do estudante estava apontando para uma problemática para nós construirmos e acumularmos, a gente tinha

que focar nesse viés. Tanto é que a ExNEEF se tornou uma referência no debate de formação, de modo que, através do FENEX, articulou o processo de luta com a comunicação social, com direito, com a história, por ser uma referência de debate de formação: qual o currículo e qual a formação que teriam que ser pensados para os cursos e para a própria Universidade.

7. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Eu me lembro apenas de debates de COREEFs e CONEEF's, tanto os de construção e como os deliberativos, para os EREEF's e ENEEF's, respectivamente. E a construção de GT's: eu acabei que nunca peguei nenhum grupo de trabalho em debate de saúde não, nem EREEF nem em ENEEF; sempre acabei caindo pra formação ou para o debate da universidade, ou até reorganização no momento estudantil, mas mesa de discussão não me lembro. Talvez no Seminário de Movimento Estudantil e Esporte (SMEE), que aconteceu na UEFS, em 2009, o tema tenha entrado, mas de cabeça eu não consigo te precisar.

8. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

Eu era estudante de fisioterapia também, e o debate do MEEF me ajudou muito a olhar a concepção de saúde que está sendo trabalhada nesta área da saúde, acho que o primeiro ponto é esse. Nos cursos de formação, ainda há uma visão muito individualizada/utilitarista, e as bases do movimento estudantil acabam apresentando uma outra idéia do que seria saúde, como seria trabalhar em saúde. Então eu posso dizer que o acúmulo que o MEEF tinha na época contribuiu para pensar a saúde sobre outro ponto de vista, não apenas como uma responsabilidade do individuo, ou seja, se alimentar direito e praticar atividade física no mínimo 40 minutos por dia (como a OMS fala). Eu acabei abandonando o curso de Fisioterapia porque me entendi como professor da escola, então acabei fazendo concurso para escola, dou aula na rede estadual; e é um tema que aparece nas minhas aulas, no debate com outros colegas que acabam trazendo o tema muito a partir da pegada da atividade física e saúde, mas que a gente acaba apresentando o ponto de vista do MEEF.

Inclusive uso de referencias vídeos e textos que o movimento estudantil me apresentou com essa pegada mais ampliada; por exemplo, uma aula sobre nutrição, que a gente acaba tendo que entrar as vezes para nutrição/atividade física, a gente pode usar isso de uma forma

instrumental (“tem que se alimentar direito”), ou podemos entrar num ponto de debate de quais são as condições que as pessoas têm para se alimentarem direito, realizar atividade física e até a própria questão da pandemia: “quais são as condições que o trabalho remoto tem proporcionado pra galera ter o seu momento de produzir e acessar a cultura corporal?” O presencial nas escolas, a gente está perdendo isso: a privatização de parques e de vias públicas que geralmente seriam os espaços para a galera acessar, a precarização está nos tirando esse direito. O tempo de trabalho nem se fala, então isso acaba entrando como discussão nas aulas porque isso é da vida da galera; agora o trabalho na área da saúde eu nunca desenvolvi, no SUS eu acabei não caindo pra esse lado não.

APÊNDICE G – Entrevistado/a G

1. Qual foi o seu período de militância e quais as pautas mais enfatizadas pela ExNEEF durante este período ?

Eu estive na Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física no período de 1999 até o final de 2002, ou seja, por 4 gestões, e foi um período em que o principal tema que a gente tratava era sobre a divisão da formação dos cursos de Educação Física oriundos da pressão que o CONFEF/CREFs fez, dividindo a formação em Licenciatura e Bacharelado. Era um período em que havia intensa mobilização para além do movimento estudantil na área da Educação Física, e a ExNEEF cumpriu um papel muito importante, discutindo as diretrizes curriculares nacionais, sustentando uma posição em relação à formação na licenciatura ampliada, né? A gente produziu esse conceito de licenciatura ampliada, buscando garantir a unidade no processo de formação na área da Educação Física; e dentro dessa discussão das diretrizes curriculares nacionais, a ExNEEF historicamente tinha um posicionamento em defesa da formação em licenciatura ampliada, por compreender que um dos principais campos de atuação era a escola, mas que independente da atuação ser na escola ou não, o núcleo central da atuação era o trabalho educacional com a cultura corporal e seus elementos, e, portanto, esse caminho conduzia para nós pensarmos o currículo com todas as principais áreas das ciências que sustentam o trabalho na área da Educação Física. Penso que esses eram os elementos principais que nós abordávamos; além da Educação Física escolar, também estava a preocupação com as outras áreas de atuação do profissional de Educação Física (posteriormente a gente deixou inclusive de usar essa nomenclatura por força da apropriação feita pelo CONFEF) e que obviamente também entrava o debate sobre as distintas perspectivas que defendiam o que era o objeto central da Educação Física: a ExNEEF defendia que era a cultura corporal e compreendendo que os demais campos se associam ao desenvolvimento da cultura corporal.

2. Como você avalia a presença do tema da Saúde nos debates da ExNEEF em sua época de militância no movimento estudantil ?

Sobre o tema da Saúde, ele sempre teve uma importância muito grande; havia e ainda há no campo da Educação Física uma disputa muito forte em torno da concepção de Saúde que deveria estar presente no processo de formação dos cursos de formação à nível superior, bem como uma disputa em relação a qual seria o papel da Educação Física no âmbito escolar e em outros âmbitos sociais em torno da Saúde. Nós tínhamos um debate bastante

presente sobre a questão da Saúde naquele período: por um lado por aquilo que eu já comentei por força de debate que fazíamos sobre as diretrizes curriculares nacionais, e por outro porque a gente se confrontava com o processo já bastante acelerado de mercantilização das atividades físicas voltadas ao ideário neoliberal e que permanece até hoje; que no caso seria a Saúde vinculada ao desenvolvimento de um determinado padrão corporal e outros elementos mais. Então nós tínhamos tanto nos ENEEF's (diretamente com a apresentação e a discussão dos trabalhos científicos que nós fazíamos), como em mesas dos encontros regionais, a presença de pessoas que debatiam isso por meio de uma perspectiva crítica no trabalho com a Saúde. Nós convidamos em diversos momentos, estudiosos da área da Saúde advindos de uma perspectiva crítica vinculada à Saúde Coletiva para fazer essa discussão; sem querer entrar em muitos detalhes com nomes, havia o professor Edgard Matiello (se não me falha a memória, ele estava terminando seu doutorado) e o professor Sérgio Cahú Rodrigues (atuante na região Nordeste).

Então havia um debate bastante intenso em relação a qual concepção de Saúde se aproximava com o que nós defendíamos como centralidade para o processo de formação, e que se relacionava com o nosso reconhecimento da cultura corporal como objeto central da Educação Física. Além dos encontros (apresentações de trabalhos e das mesas), nós tivemos uma iniciativa bem legal junto ao Fórum de Executivas, que foi a criação de um seminário (Seminário Estudantil Popular de Educação, Ciência e Tecnologia- SEPECT) no qual tivemos contato com outras executivas de cursos da área da Saúde, e nos vimos presentes em uma discussão do papel da universidade pública, ou seja, qual seria o papel dos diferentes profissionais formados na universidade pública brasileira para fazer esse debate sobre a saúde de forma mais ampliada e não apenas restrita às especificidades de cada um dos cursos. Então penso que a gente tinha a presença constante desse debate da saúde nas atividades. Também nos cadernos, a gente no período fazia cadernos de formação e nos cadernos de formação a gente também teve textos de referência que eram pra auxiliar nos debates nos centros acadêmicos (a formação na base) (...). Quando eu me formei no curso de Educação Física, eu me mudei de cidade e eu enviei todo o meu arquivo pessoal com as coisas que eu tinha para o memorial do movimento estudantil que estava sendo transferido para o UFRGS, então talvez na UFRGS estejam esses cadernos e talvez sejam uma referência legal pra gente ver esse debate sobre a Saúde. Então tinha várias iniciativas no âmbito da ExNEEF, várias discussões e nos eventos principais era uma temática bastante recorrente.

3. A partir de quais influências e perspectivas esse debate estava presente ?

Então, na Educação Física eu penso que ainda é assim: a gente tem a predominância nesse debate da saúde do pessoal da Atividade Física e Saúde, que têm uma compreensão muito restrita da relação entre Atividade Física enquanto promotora da Saúde; de certa forma, ela negligencia as consequências que a Atividade Física quando não executada dentro das limitações da nossa corporeidade podem provocar exatamente o inverso, prejudicando a saúde. Então acho que essa é a concepção dominante. Na época tínhamos distintas perspectivas que estavam fortemente em embate: por exemplo, no âmbito das disputa que nós tínhamos na Educação Física escolar, havia a perspectiva que era defendida pelo Guedes e Guedes (o professor Dartagnan Pinto Guedes e a professora Joana Elizabete R. Pinto Guedes) que tinham um trabalho bastante importante defendendo a centralidade do trabalho na Educação Física escolar a partir da Atividade Física para a promoção da Saúde: a Educação Física como promotora da saúde, numa perspectiva muito próxima ao Eugenismo. Havia um pessoal ligado ao professor Go Tani, o grupo da USP liderado por ele, que também tinha perspectiva bastante limitada na compreensão da Atividade Física vinculada à Saúde.

Já nós, tínhamos naquele momento uma articulação bastante importante surgindo na Educação Física, com o pessoal de outras áreas da saúde coletiva; articulação essa inclusive dos estágios no campo da saúde vinculados à saúde coletiva. Desses grupos, eu penso que se destacava o grupo da UNICAMP, onde o próprio professor Edgard Matiello estava fazendo doutorado; tinha um grupo bastante crítico em Pernambuco fazendo essa discussão: o próprio Sérgio Cahú Rodrigues que foi orientado pela professora Celi Taffarel fazia uma discussão muito importante nesse sentido. Nós tínhamos apoio também de outras executivas, eu acho que isso era bastante interessante na articulação do movimento estudantil com as outras executivas, pra gente compreender como é que se fazia essa discussão de forma mais ampliada com os demais cursos da área da saúde. A gente sempre teve essa relação no movimento estudantil. E o que nos permitia acessar produções de outras áreas e fazer essa discussão no âmbito da Educação Física com o que nós tínhamos de formulação naquele momento. Aqui em Santa Catarina tinha um grupo vinculado ao professor Nahas, que também defendia uma perspectiva bastante restritiva para a formação vinculada à saúde: na verdade, foram esses grupos que conseguiram prevalecer posteriormente, nas discussões das diretrizes curriculares e impuseram sua visão, o que auxiliou no processo de fragmentação da formação. Também em grande medida, isso condicionou e direcionou a Educação Física para e como área da Saúde nas instâncias de fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); então esse debate estava bastante intenso inclusive por conta disso, de

qual seria a concepção de saúde que sustentaria a formação, de modo que prevaleceram naquele momento, infelizmente, essas perspectivas que eu acabo de comentar.

4. Como você avalia a apropriação teórica da ExNEEF do debate crítico sobre o tema da Saúde?

Eu acho que nós naquele período sempre tivemos uma dificuldade de pensar, como Executiva, nessa apropriação, porque em grande medida nós tínhamos uma contradição interna muito grande, que nós mesmos estudantes nos nossos cursos tínhamos uma formação com pessoas com uma compreensão bastante diversa daquilo que nós defendemos. Para exemplificar, se nós pegarmos os anais das apresentações de trabalho que a gente tinha nos encontros nacionais e separarmos os trabalhos que eram da área da saúde, a gente vai verificar que não tem uma congruência com o que a gente defendia teórica e politicamente. Exatamente porque, como estudantes, nós fazíamos os nossos estudos e a nossa formação nos currículos dos cursos com uma concepção bastante (...), enfim, era diversificada. Havia diversas concepções de saúde ali, mas nenhuma delas em uma perspectiva crítica; e o movimento estudantil era o local onde a gente fazia essa discussão de forma mais aprofundada e em uma perspectiva crítica. A gente tinha poucas universidades com a presença de estudos de professores e de grupos de pesquisa que trabalhassem numa perspectiva crítica, então a própria Executiva era o espaço de fazer essa formulação e nas formações a gente convidava pessoas que sempre pudessem nos auxiliar nesse sentido; eu acho que essa dimensão é muito bacana porque por um lado era um período em que a Executiva da Educação Física assumiu um papel muito importante no Fórum das Executivas, e com isso a gente conseguia ter uma articulação com as outras executivas, inclusive algumas delas da área da saúde.

Havia ainda as que trabalhavam com a saúde coletiva, por exemplo a do serviço social que a gente tinha uma interface super interessante, então a ExNEEF acabava sendo um espaço de síntese e de aprofundamento na formação das distintas perspectivas, tentando uma apropriação crítica. E a gente tinha limites muito importantes nesse sentido: um primeiro limite era com quem a gente podia contar para essas discussões (a gente tinha sempre um grupo bastante restrito de pessoas da área que se disponibilizavam para auxiliar nessas discussões, dentro de todas as restrições que tinham, e que trabalhassem nesse perspectiva. Então acho que essa contradição entre aquilo que a gente tinha de formação nas nossas áreas, nos nossos cursos e nas nossas universidades, e entre aquilo que a gente tinha de perspectiva política geral de uma concepção de formação (a nossa defesa do que era o objeto central da formação na Educação Física), isso tudo fazia com que a gente tendesse a se aproximar

de uma perspectiva crítica e a gente ia construindo as sínteses. Acho que o que pode dar uma indicação legal é a gente olhar, também se for possível recuperar no arquivo do movimento estudantil, atas e relatos das reuniões que a gente fazia e onde aparecia essa necessidade: a discussão sobre como é que a gente colocava o pessoal da área da saúde em uma mesa de ENEEF sem direcionar a discussão para o campo com o qual nós não concordávamos (da Atividade Física e Saúde, por parte desses grupos todos que estavam dominando já o debate nessas formulações por conta da conjuntura, de quem era o governo que lá estava). Era o período do governo FHC, e com uma reformulação profunda em todos os cursos com novas Diretrizes Curriculares, isso tudo demandava debate para gente, mas também uma articulação por fora com o próprio CBCE e outras organizações.

5. Considerando os grupos citados como os hegemônicos no debate sobre Saúde, quais seriam os grupos pioneiros no debate contra-hegemônico ?

Os grupos que trabalhavam numa perspectiva crítica eram mais restritos. Penso que aquele com os quais nós sempre mantivemos relação àquele período e que deram muita sustentação para esse debate era o grupo LEPEL; e antes do LEPEL, quando a professora Celi e a professora Michelle Ortega ainda estavam na Universidade Federal de Pernambuco, eles tinham pessoas que já estudavam a Atividade Física. Tinha o grupo da UNICAMP e infelizmente eu não vou lembrar do nome dele, mas de lá saiu o professor saiu o prof. Edgar Matiello, que posteriormente passa em um concurso da UFSC e faz uma discussão muito importante por aqui, ampliando a discussão no âmbito da saúde coletiva inclusive com outros países, notadamente na América Latina, a partir da articulação que eles fizeram com o professor Jaime Breilh e outros grupos na América Latina. Na UFRGS, estava iniciando um grupo importante de onde saiu o “Tartaruga” (que foi posteriormente o presidente do CBCE). Então haviam pessoas que estavam em alguns lugares fazendo essas discussões e abrindo alguns grupos; obviamente não estou aqui esgotando todos os grupos, mas penso que por aí tem um pouco do caminho desse período.

6. Sobre a questão da formação dos estudantes e a perspectiva limitada sobre o debate de Saúde, pode-se dizer que esse quadro predominou antes ou depois da fragmentação do curso de Educação Física ?

Me refiro ao período entre 1998 à 2003, aproximadamente. Mas é claro que isso sofria os reflexos do período anterior, que culminou em 1996 com a criação do CONFEF/CREF's: houve toda uma reorganização nesse processo das forças mais reacionárias que atuavam na

Educação Física. Desde o período da ditadura militar, eles se reorganizam e conseguem fazer uma atualização, digamos assim, na linguagem que eles utilizavam no período, abertamente eugenista, para atuarem de forma mais direta e consolidaram grupos que foram mudando as articulações que se tinha na área da Educação Física que antes aconteciam muito nas Associações de Profissionais de Educação Física (APEF's), presentes em vários estados. E quando o CONFEF assume, eles conseguem arrumar uma forma institucional de ação mais direta nas instâncias estatais para incidir sobre esse processo de mudança na formação. Então eles têm um ganho de força e por outro lado a gente têm uma desestabilização no próprio CBCE, que era e continua sendo nossa entidade científica na área, pois havia já um esgarçamento nessa discussão, e determinados grupos que estavam no CBCE, inclusive na direção, começaram a ceder em alguns aspectos em relação a posição histórica na defesa da formação unificada e em relação ao que deveria ser central nas diretrizes curriculares; inclusive a defesa de que as diretrizes curriculares tivessem o papel de diretrizes e não de imposição sobre os cursos, garantindo autonomia universitária. Isso tudo gerou essa fragmentação, que é o que a gente ainda acompanha hoje, todas as consequências; nesse período, posterior à 1998, já nos anos 2000, ela assumiu bastante força com as reformulações que aconteceram dos cursos.

7. Havia posicionamentos da ExNEEF em relação à perspectiva de saúde apresentada pelo sistema Confef/Crefs ?

Veja, o CONFEF nunca apresentou de uma forma mais estruturada uma concepção, até ele ser de fato efetivado e passar a fazer os seus cadernos, inclusive passando a incidir sobre o processo das diretrizes. Ali estava uma concepção de saúde vinculada à venda de atividades físicas pelas instituições mercantis que atuam com a venda de atividade física. Era vinculado muito a um ideário, bastante insustentável do ponto de vista dos estudos do pessoal da atividade física e saúde, que era essa noção de que a atividade física sendo executada sob a supervisão do profissional registrado no CONFEF garantia a Saúde. Então eles deram um passinho a mais para sustentar uma concepção de atividade física e saúde vinculada diretamente à mercantilização, e vinculada à predominância do agrupamento político que dominou o CONFEF, exigindo que quem trabalhasse nas academias, nos grupos e etc fosse necessariamente filiado ao CONFEF. A Executiva já combatia isso, inclusive antes mesmo da minha entrada, tendo um papel importante na resistência de criação do CONFEF. No período que eu entro, já havia articulação para construção do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), e eu acho que a principal

resistência que a gente construiu naquele momento foi exatamente a participação intensa da Executiva nas atividades do MNCR. E eu acho que a gente sustentava isso como concepção, exatamente ao reconhecer que a cultura corporal é o objeto de estudo da área da Educação Física, e portanto deve ser a referência do processo de formação. E que na cultura corporal há a dimensão da saúde sendo tratada não como consequência apenas da atividade física que é executada em espaços e tempos limitados sob orientação de um profissional da Educação Física; mas vinculada à relação social que se estabelece na relação social da produção da existência e que exatamente nesse processo dentro da sociedade dividida em classes, dentro da sociedade capitalista, há a geração do adoecimento, e portanto, não se poderia trabalhar a Saúde desvinculada do processo de produção da existência humana em relações sociais determinadas; e que no nosso tempo histórico são as relações sociais capitalistas. Isso pra gente era muito claro: essa formulação pode ser encontrada na defesa que a gente fazia nas diretrizes curriculares, ou seja, a gente sempre vinculou o debate da saúde à forma pela qual o ser humano produz a sua existência e onde é possível nessa produção a gente inserir uma discussão de saúde pensando o que gera saúde, qual o conceito de saúde que a gente trabalha. Por isso a nossa briga histórica por um conceito ampliado de saúde vinculado às discussões mais da saúde coletiva, não restritas apenas à realização de atividade física sob orientação do profissional de Educação Física. Eu acho que ali a gente tinha um campo também de debate sobre a regulamentação que se relacionava com outros elementos da cultura corporal, nos quais se realizam atividades físicas, como a Capoeira e a Dança. Ao se considerar um capoeirista não registrado no CONFEF, a Capoeira seria prejudicial à saúde, podendo provocar problemas de saúde. Então esse ideário, na verdade, oculta exatamente o tipo de relação social em que os seres humanos produzem a sua existência, e que pode por ali reconhecer esse debate da saúde e todas as suas relações.

8. Você avalia que a ExNEEF, em seu período de militância, realizou de forma consistente esse debate? Por que ?

Penso que sim e penso que não. Dentro das condições que a gente tinha, sim: foi um dos espaços onde se impulsionou esse debate. Então acho que a Executiva conseguiu avançar, tem alguns documentos importantes que contém essas elaborações (como os cadernos de debate e documentos construídos em conjunto com grupos de pesquisa, sustentando a concepção de formação em Licenciatura Ampliada). Ali a gente tem uma concepção, e para essa concepção a gente fez uma discussão bastante aprofundada, mas nós não conseguimos, devido às condições que a gente estava, ampliar essa discussão na base. A gente não

conseguiu fazer esse debate de forma mais aprofundada nos CA's, levando isso para dentro dos cursos e isso muito por conta das limitações da correlação de forças que a gente tinha naquele momento; além das debilidades históricas que a gente tem quanto à conseguir pela Executiva, ampliar esse debate dentro das instituições formadoras (faculdades e universidades). Então acho que a parte do “não”, seja essa: essa dificuldade que não nos permitiu ampliar. Por outro lado, naquele momento a Executiva teve um papel muito importante, inclusive com ações dentro das reuniões que o CBCE promovia (os Congressos Brasileiros de Ciência do Esporte), para garantir espaços nas plenárias mais ampliadas e não apenas no GT, onde a gente fizesse essa discussão desses encaminhamentos mais gerais, e aí apareciam essas rupturas que já aconteciam por dentro do próprio CBCE. E eu acho que foram questões bastante fundamentais para as perspectivas reacionárias terem avançado tão rápido. Então, falando de forma objetiva, a gente tinha sim uma formulação mais consistente, entretanto não de uma forma mais ampliada, onde a gente tivesse conseguido levar isso para dentro das instituições de formação, mas na articulação com as entidades da área, como o MNCR, a gente conseguiu ter uma síntese bastante importante naquele momento.

9. Você se recorda de ações do MEEF -quer você tenha participado, quer não- que envolveram o tema da Saúde, como mesas de debate, grupos de estudo, seminários ? Quais foram estas ?

Então, sim, no ENEEF a gente tinha mesas e grupos de estudos nos ENEEF's (em algumas ocasiões) que tratavam da questão da Saúde; nós tivemos a participação no SEPECT, onde houve um debate importante sobre saúde. Nas reuniões com as outras executivas, no FENEX a gente já tinha naquele momento essa discussão, inclusive porque naquele momento havia um debate sobre a regulamentação da profissão do pedagogo, bem como no âmbito da História, e sobre a Saúde estava a discussão sobretudo com a Fisioterapia (que detinha outros campos de atuação da Saúde): então a gente tinha debates. De forma mais sistemática, a gente conseguia mesmo ter uma formação mais sistemática era dentro dos nossos encontros regionais e do ENEEF; não me lembro se houveram outros seminários específicos chamando para essa discussão, talvez tenha tido mas não me recordo.

10. Na sua trajetória profissional, qual seu vínculo com o tema da saúde? Você avalia que a presença de debates da Saúde foram importantes nesta trajetória?

Não, nunca cheguei a entrar de forma mais direta no tema da Saúde. No meu curso de graduação, eu participei durante um semestre de um laboratório de cineantropometria, que

fazia também a discussão um pouco vinculada à saúde, e depois eu participei do Núcleo de Estudos da Terceira Idade, onde tinha também uma discussão sobre Saúde, mas não de forma mais direta, ou seja, com estudos mais sistemáticos sobre atividade física e saúde ou sobre saúde coletiva, por exemplo. Nunca tive uma participação efetiva em nenhum grupo de estudos dessas questões. Desde que eu me formei, minha atuação sempre foi na área de movimentos sociais e atuação não diretamente no campo da Educação Física. Eu tenho experiência na formação de professores em geral.